

Mestrado em História e Cultura Medievais

The image shows a silhouette of a medieval city skyline against a sunset sky. The skyline consists of several towers and buildings of varying heights, with the tallest ones on the right. The sky is filled with soft, golden clouds, and the sun is visible as a bright spot behind the buildings. The entire scene is framed by a dark, textured border.

*Sinais da Guimarães
Urbana em 1498*

Dissertação de
Alberto Sá

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

BRAGA
2001

Aos meus Pais.

Ao meu irmão.

Para ti, Diogo.

A perplexidade dos acontecimentos conduz
a uma constante mutação de trajectórias,
alteração de objectivos e sonhos...

vivências tão díspares em tempos tão curtos...

é o modo como olhamos, a força e a vontade com que
enfrentamos, que pode tornar a adversidade uma
realidade ousada e bem aventurada.

Girassol

Agradecimentos

A concretização de um trabalho como este é tributária da ajuda de várias pessoas em relação às quais qualquer agradecimento nunca corresponderá à totalidade daquilo que me foi dado.

Espero ser justo na apreciação, pelo que, de antemão, devo confessar a todos, sem excepção, o meu agradecimento por comigo terem estado.

Como em tudo, também neste trabalho houve um princípio. Por sinal bem definido no tempo e no espaço. A esse *momento zero* correspondeu o encarregar de um percurso que julgava perdido, um desejo que havia sido atirado para a gaveta da esperança.

Mas a força do destino impôs a razão do que devia ser. No regresso a esse instante, vislumbro duas pessoas amigas. A ambas devo o conforto do voto de confiança, as palavras envoltas de amizade e o incentivo em forma de alento. Em comum, têm a franca amizade e a generosidade da alma, virtudes que se associam à sensação de uma aprendizagem incessante, fruto de intensas conversas onde a fronteira entre o que era aprendizagem e incentivo não se vislumbrava:

À Doutora Conceição Falcão, minha Orientadora de dissertação, saliento precisamente o enriquecimento pela aprendizagem no trabalho. Espero ter devolvido pela mesma medida a alegria com que me contagiou, desde a primeira hora. Conversar sobre Guimarães de há quinhentos anos atrás pareceu sempre ser assunto do quotidiano, tão frescos pareciam estar os factos que me relatava. Para além de usufruir do seu imenso saber, tive ainda a recompensa de contar sempre com a sua amizade;

À minha amiga Manuela, não menos orientadora, beneficiei da sua visão pelo sentido correcto das coisas. Devo-lhe o primeiro impulso, de tão intenso que em muito me ajudou para hoje estar aqui.

Não posso deixar de estender o meu apreço a todos os meus colegas do Departamento de Ciências da Comunicação, que, ao longo deste tempo, me têm sabido acolher e me têm proporcionado o melhor dos ambientes. Sem desprimor pelos restantes, que por certo coincidem na melhor das vontades, enalteço o apoio da Felisbela (abriu os cordões à bolsa do encorajamento!) e a garra da Sandra.

Por certo eivados do mesmo desejo, estendo o meu apreço aos colegas do Instituto de Ciências Sociais, em particular, a atenção da Doutora Marta Lobo.

Ao Arnaldo, para além das sempre valiosas conversas, o meu justo e sincero agradecimento pelo auxílio, paciência e confiança despendidos.

Aos meus Pais, e ao meu irmão, porque de certeza sempre estiveram comigo, algo também lhes pertence.

À Mita, o meu mais carinhoso obrigado. Mesmo quando tudo parece correr mal, é bom saber que há alguém cujo brilho nos ilumina e nos faz acreditar no melhor. E ambos sabemos que nada funciona sem estarmos bem connosco próprios. Agora sei de onde veio aquela força para prosseguir em frente...

Ao meu filho Diogo, pelo exemplo de coragem e determinação que representa, o meu terno agradecimento.

Índice Geral

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 A fonte de estudo	12
1.2 Período cronológico	14
1.3 Espaço de estudo.....	14
1.4 Gentes	15
1.5 Metodologia de trabalho.....	15
1.6 Análise e interpretação de dados numéricos	18
2. A CRISE DA ASSISTÊNCIA EM PORTUGAL NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA	24
3. UM PERCURSO ATRAVÉS DA PAISAGEM URBANA MEDIEVAL.....	30
3.1 Antecedentes urbanísticos em 1498: o espaço construído.....	30
3.2 O núcleo urbano de Guimarães.....	39
3.2.1 Rua de Santa Maria.....	45
3.2.2 Rua dos Mercadores	47
3.2.3 Rua Sapateira	48
3.2.4 Rua Nova do Muro	51
3.2.5 Torre Velha.....	53
3.2.6 Rua e Adro de S. Paio.....	55
3.2.7 Rua de Val-de-Donas	56
3.2.8 Rua de Santiago	58
3.2.9 Rua dos Fornos	61
3.2.10 Rua do Castelo	61
3.2.11 Judiaria	62
3.2.12 Rua Escura	64
3.2.13 Rua Forja (das Flores)	65
3.2.14 Rua do Gado	66
3.3 Os arrabaldes	68
3.3.1 Rua de Gatos	68
3.3.2 Molianas.....	70
3.3.3 Toural	71
3.3.4 Rua de Caldeiroa	72
3.4 As construções	76
3.4.1 Tipologia das casas	77
3.4.2 Dimensões das casas	79
3.4.3 Valores médios para comprimento e largura	81
3.4.4 <i>Ratios</i>	84
3.4.5 Área	85
3.4.6 Exidos.....	86
3.4.7 Cobertura.....	87
3.4.8 Evidências de destruição.....	87
3.4.9 Renovação urbana	88
3.4.10 Intramuros/Arrabalde	88

3.5 Contratos	90
3.5.1 Emprazamentos	90
3.5.2 Sub-emprazamentos	91
3.5.3 Aluguer	94
3.5.4 Pagamentos.....	97
3.5.5 Prazo/Censo	99
4. AS GENTES	102
4.1.1 A particularidade dos elementos informativos	104
4.1.2 A oculta presença da mulher	105
4.1.3 O vislumbrar de resultados	107
4.1.4 Topografia ocupacional	117
5. CONCLUSÃO	121
6. APÊNDICE DOCUMENTAL	124
7. APÊNDICE GRÁFICO	158
8. FONTES	163
9. BIBLIOGRAFIA	164

Índice de tabelas

Tabela 1 - Comprimento das sacadas	45
Tabela 2 - Dimensões das casas na rua dos Mercadores	48
Tabela 3 - Dimensões das casas e exidos na rua Nova do Muro	52
Tabela 4 - Dimensões das casas na rua da Torre Velha	53
Tabela 5 - Dimensões das casas e exidos na rua de Val-de-Donas	58
Tabela 6 - Dimensões das casas e exido na rua de S. Tiago	60
Tabela 7 - Dimensões da casa na rua da Judiaria	64
Tabela 8 - Dimensões das casas e exidos na rua do Gado -	66
Tabela 9 - Dimensões das casas e exidos na rua de Gatos	69
Tabela 10 - Dimensões da casa e exido nas Molianas	71
Tabela 11 - Dimensões das casas no Toural	72
Tabela 12 - Dimensões das casas e exidos na rua de Caldeira	73
Tabela 13 - Menção das ruas	74
Tabela 14 - Distribuição da tipologia das casas pelas ruas	79
Tabela 15 - Dimensões das casas (resultados globais)	81
Tabela 16 - Dimensões das casas e exidos no intramuros e no arrabalde	89
Tabela 17 - Ocupações (por ordem numericamente decrescente)	109
Tabela 18 - Oficiais (por ordem numericamente decrescente)	111
Tabela 19 - Categorias sócio-profissionais, por sectores de actividade	115
Tabela 20 - Profissões, por rua, tendo interesses	118
Tabela 21 - Base de dados	141

Índice de documentos

Documento 1 - Ordem do Juiz Diogo Borges	125
Documento 2 - Capela ordenada por Francisco Geraldês	126
Documento 3 - Capela ordenada por Martim Chantre	127
Documento 4 - Chão que já foi casa	130
Documento 5 - Sub-emprazamento	131
Documento 6 - Casa encostada ao muro da vila	134
Documento 7 - Forno	136
Documento 8- Hospital de S. Domingos	137
Documento 9 - Casa alugada	139
Documento 10 - Casa de prazo indefinido	140

Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Pano da muralha de Guimarães	41
Ilustração 2 - Casa do Arco (rua de Santa Maria)	46
Ilustração 3 - Porta da Vila	49
Ilustração 4 - Porta da Torre Velha	54
Ilustração 5 - Postigo de S. Paio	55
Ilustração 6 - rua de Val-de-Donas	57
Ilustração 7 - rua de Santiago	60
Ilustração 8 - Dimensões das casas e exidos na rua do Castelo	62
Ilustração 9 - Judiaria	63
Ilustração 10 - rua Escura	65
Ilustração 11 - rua de Gatos	68
Ilustração 12 - Base de dados: formulário para 'Casas'	158
Ilustração 13 - Base de dados: formulário para 'Pessoas'	158
Ilustração 14 - Base de dados: esquema das relações entre categorias	159
Ilustração 15 - Casas na rua de Santiago até aos Fornos.....	160
Ilustração 16 - Guimarães: mapa das ruas medievais	161

Capítulo 1

Introdução

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é a última etapa de uma candidatura a grau de Mestre no âmbito do Mestrado em História e Culturas Medievais da Universidade do Minho.

Estudar Guimarães medieval continua a ser uma tarefa aliciante para qualquer investigador. O protagonismo histórico deste núcleo urbano, de argumentos sobejamente conhecidos, é, por si só, bastante motivador. Sendo vimaranense, habituado a encontrar em cada dobrar de esquina os resquícios físicos dos tempos medievais passados, a possibilidade de contacto com gentes e espaços de há quinhentos anos atrás revestiu-se de uma emotividade maior. Se ainda incentivo faltasse, por certo tal insuficiência seria suprimida pelo prazer de trabalhar com alguém que parece conhecer Guimarães, desde sempre, a Doutora Conceição Falcão, cuja dinâmica contagiante e conhecimento profundo das gentes e espaços vimaranenses, de hoje e de outrora, são o tónico para levar adiante um estudo sobre Guimarães.

Nos últimos anos, vários têm sido os trabalhos versando sobre historiografia urbana medieval. Embora circunscritos a espaços localmente definidos, com carácter geográfico mais ou menos abrangente e de pendor analítico, ora mais sociológico, ora mais económico ou político, os seus ensinamentos por certo terão a virtude de contribuir para a composição a um nível mais global daquilo que consistiu o espaço urbano medieval português, constituindo peças de um *puzzle* para a formação de um cenário maior.

Este estudo, que ora se apresenta, insere-se nesta linha historiográfica privilegiadora dos espaços e dos homens como elementos simbióticos de um núcleo habitacional. Guimarães merece, certamente, o conhecimento profundo do seu percurso histórico. Na impossibilidade material de se construir uma história completa, pois são conhecidas as limitações das fontes de estudo disponíveis para o período medieval, o caminho do conhecimento terá que evoluir por meio de pequenos impulsos promovidos por estudos monográficos, reduzidos à análise de uma fonte de âmbitos parcelares. Tal é o caso.

Deste modo, o nosso trabalho pretende ser uma abordagem do espaço e da sociedade de Guimarães, no ano concreto de 1498. Decorrente deste raciocínio, quatro são os elementos que urge justificar: a fonte primordial de estudo, a data referida, o espaço abrangido e a sociedade “visitada”.

1.1 A fonte de estudo

Utilizámos como fonte primordial um documento produzido no ano de 1498, sob a égide de D. Manuel I, que, em termos concretos, fez promover o levantamento da propriedade vinculada: instituições de assistência, capelas e morgadios, a nível do Reino. Propósito que nos legou a “identificação” das pessoas ligadas aos bens patrimoniais, constituindo o resultado de um conjunto de medidas em torno da Reforma da Assistência em Portugal, designado o ***Tombo das Capellas e Hospícios, etc., da Villa de Guimarães. Liv. XXVI***. Esta acção fiscalizadora incidiu na reparação dos danos de administrações gravosas que, para agrado dos historiadores, se traduziu num notável contributo: a produção dos conhecidos “Tombo das Capelas (...)”. Muitos destes documentos perderam-se e de outros apenas restam cópias mais tardias (séculos XVII e XVIII), e uns quantos resistiram ao tempo e à incúria dos homens. Assim aconteceu, por felicidade da terra, para Guimarães.

São conhecidos dois exemplares: um localizado no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), mais concretamente no Núcleo Antigo, número 272, que serviu de base ao nosso estudo, e um outro no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP), em Guimarães. Deste último exemplar, já se lhe perdeu a forma original, já que foi fragmentado, ao que tudo indica, para ser inserido em cada uma das instituições inquiridas nos maços referentes a cada uma delas. Até hoje, este facto tem sido impeditivo da sua total reconstituição.

A área de trabalho do tomo incidu sobre a comarca do Entre-Douro-e-Minho, para a qual o juiz Diogo Borges, sob mandado régio, elaborou um alvará judicial dirigido aos administradores das capelas, gafarias e hospitais. Ordenava-se o levantamento das propriedades consignadas no tomo referente à instituição da capela, pormenorizando-se as medidas em varas de cinco palmos, a descrição das confrontações, segundo a orientação dos pontos cardeais (nascente, poente, aguião e vendaval). Dado o carácter expedito desta medida, o tabelião seria multado em dois cruzados em caso de incumprimento (cf. Documento 1, p. 125).

O manancial informativo que a referida fonte nos oferece permitiu-nos elaborar um estudo sincrónico dos espaços e pessoas da vila de Guimarães. Como o âmbito de inquirição era alargado à comarca do Entre-Douro-E-Minho, subsistem informações sobre o termo de Guimarães, bem como de outras áreas pertencentes a outros termos, como sejam, por exemplo, o de Monte Longo e o de Felgueiras.

Reportando-nos ao enfoque do nosso estudo, de entre os visados nesta inquirição constam as confrarias do hospital de S. Francisco, a gafaria de Santa Luzia, o hospital da confraria de S. Domingos, a confraria do serviço de Santa Maria de Oliveira, a confraria do Hospital dos Sapateiros, a ordem e gafaria de Santo André e a confraria de Santa Margarida.

A título individual, foram de igual modo chamados os administradores das capelas de Vasco Lourenço, de Gonçalo Colete, de Gonçalo do Lobo e Urraca Pais, de Duarte Afonso, de Gil Lourenço de Miranda e Joana Gonçalves, de Francisco Geraldês, da capela de Guilhamelo, da capela da Quinta da Casa Nova, de Martim Sordo e Martim Nogueira e sua mulher Maria Domingues, entre outros.

Ao todo, uma súpula de bens de herdade e de raiz constituída por casas e outras dependências, exidos, quintas, casais, eiras, fornos, poços, entre outros imóveis.

De todo este percurso investigacional, um primeiro obstáculo consistiu na necessidade de adaptar a linguagem coeva e convertê-la à realidade apreensível neste dealbar do século XXI. Esta tarefa não se resumiu a uma leitura paleográfica do texto, antes pressupôs a busca do significado das expressões, actualização dos nomes próprios usados pelo Contador dos Resíduos e pelo Tabelião, a par de uma diversidade de situações entre inquiridos e inquiridores. É conhecida a ausência de homogeneidade em expressões como “huas casas”, que podem, ou não, suportar uma interpretação pluralista do número de habitações. Procedeu-se à conversão de “varas” para metros e, como já referido, actualizaram-se nomes como “Joham” e “Pero” para João e Pedro, respectivamente.

Como é óbvio, a primeira tarefa a realizar passou por um contacto ligeiro com a principal fonte de estudo. O conhecimento daí resultante pressupôs uma prévia transcrição do documento, segundo critérios metodológicos válidos. Sem dúvida, o primeiro fôlego a tomar na longa caminhada a percorrer consistiu na leitura do *Tombo das Capelas*. A análise do documento foi a meramente necessária para dele extrair a informação que achámos pertinente para o nosso trabalho, e não a de exercer uma investigação aprofundada que um trabalho de Paleografia ou de Diplomática exigiria, caso fosse esse o objectivo.

Dadas as limitações da informação produzida, uma vez que limitámos as perguntas em função do que a fonte podia suportar para o conhecimento do espaço e sociedade de Guimarães, foi inevitável socorreremo-nos da leitura de outros trabalhos de investigação já produzidos sobre o tema. Com isto, pretendemos partilhar opiniões e pontos de vista, comparar metodologias de estudo e processos de análise, não apenas aplicados à realidade urbana medieval portuguesa, como

também à de casos análogos na Europa Ocidental. Importante, também, foi a comparação dos resultados, como meio de despistarmos convergências ou dissonâncias.

Tratou-se de uma tarefa necessária, como meio de fundamentação do estudo, sem se esgotar no acto da comparação. A diferença é igualmente factor primordial, e apenas se revela pelo acto de confrontação.

1.2 Período cronológico

De antemão, é sabido que a visão será sempre circunscrita à cronologia da fonte histórica, sobre a qual se apoiou este estudo, ou seja, um cenário limitado a um ano específico: 1498. O tipo de análise daí decorrente será sempre sincrónica, um olhar sobre a vila de Guimarães neste momento concreto.

No entanto, os imperativos de natureza contextual levaram-nos a percorrer outros períodos cronológicos, no intuito de tornar perceptível os percursos das gentes e mutações dos espaços. Foram consultadas outras fontes de análise apenas como pontos de referência, mais pela necessidade de preenchimento de lacunas informativas, do que propriamente por objecto principal de estudo. De salientar os estudos entretanto elaborados por Conceição Falcão que, longe de esgotarem Guimarães – no dizer da própria autora –, se assumem como um importante contributo, em termos de historiografia recente da cidade.

1.3 Espaço de estudo

Incidimos preferencialmente o olhar sobre o espaço intramuros e arrabaldes. Embora sendo realidades específicas, são, contudo, simultaneamente partes integrantes de um todo inseparável e mais abrangente, onde se incluem, a escalas diferentes, a franja periurbana e o longo termo concelhio. Todavia, razões de ordem metodológica e didáctica impuseram um corte espacial, forçosamente aleatório, limitado ao intramuros e aos arrabaldes.

Transposto o ângulo de observação a uma escala menor, é evidente a subsidiariedade entre as áreas de dentro e do imediatamente fora das muralhas. Excluir qualquer uma destas partes seria amputar uma realidade urbana concreta, produto da dinâmica característica do urbanismo medieval, desde os tempos da sua formação.

Excluimos, portanto, a zona periurbana e o termo envolvente que, pela abundância de informação documental, haverão de permitir abordagens parcelares.

Como elemento essencial da paisagem urbana, a rua é o cenário principal onde incidiremos a atenção, espaço convergente das actividades económicas e sociais de um núcleo urbano. Constitui, deste modo, o elemento ordenador da vivência do homem medieval e a fronteira entre os espaços público e privado.

A rua é, igualmente, meio de comunicação de pessoas e mercadorias e o elemento de aproximação entre os extremos do núcleo urbano, espinha dorsal de um organismo vivo. Sendo local de compra e venda por excelência, onde os olhares dos compradores se cruzavam com as mercadorias expostas de quem vendia, a rua representava, assim, um autêntico mercado a céu aberto e um espaço eivado de valências múltiplas.

1.4 Gentes

Embora sem uma alusão directa à caracterização dos grupos sociais que compunham a então vila de Guimarães, as informação contidas na fonte de estudo permitem, contudo, elaborar um esboço representativo de parte das gentes que viviam naquele tempo, suas ocupações, seus interesses, suas zonas de incidência económica. Mas não sabemos o quantitativo aproximado daqueles que habitavam Guimarães, em 1498, nem a composição dos quadros sociais em que se desmultiplicavam. Esta não era a preocupação subjacente ao levantamento efectuado. Por analogia, poderemos confirmar algumas tendências que já se verificavam em períodos anteriores, ou o caso contrário. Enfim, hipóteses levantadas por quem já se preocupava em estudar Guimarães medieval.

1.5 Metodologia de trabalho

Seria redundante afirmar que a informática fornece meios de trabalho extremamente úteis para a investigação histórica. No entanto, esta cooperação não é feita de modo simples.

Para o presente estudo, uma das dificuldades consistiu na transposição de uma linguagem própria do século XV, para uma outra do século XXI. Os critérios de registo do homem medieval não obedeciam a regras de sistematização actuais, como é óbvio. Hoje, valorizam-se as tarefas de normalização e seriação, a pensar no manuseamento do conjunto de dados reunidos, que quase sempre passa por

alguma operação informatizada, seja ela de simples registo escrito em processamento de texto, seja ela de operações mais complexas numa folha de cálculo ou em base de dados. Outro tipo de estudo se poderia elaborar pelo uso convergente de várias ferramentas de trabalho, agrupadas no que se designa, actualmente, por *Sistemas de Informação Geográfica* (SIG), que consiste no uso genérico da informação alfanumérica trabalhada sob a perspectiva da base de dados e da cartografia¹. Contudo, o nível de rigor exigido pressupõe um amplo conhecimento da realidade a estudar, sobre vários domínios, sendo necessária uma plataforma que abarque várias áreas do saber científico².

Em termos das ferramentas informáticas aplicadas a este estudo, recorreremos primeiro e inevitavelmente a uma base de dados entendida como um conjunto de informações, relacionado com um assunto específico ou um objectivo determinado, o que permite ordenar, organizar e alinhar informação importante. A principal intenção é a de simplificar o trabalho, de modo a aumentar a eficácia do tratamento dos resultados.

A Idade Média não era, com efeito, a “idade do número”, no sentido prático do termo³. Só gradualmente, sobretudo a partir dos séculos XV e XVI, a mentalidade contista se foi estabelecendo em todos os aspectos do quotidiano, extravasando o mero âmbito contabilístico. Para V. M. Godinho, tal facto se deve à “progressiva construção do Estado moderno substituindo os laços de dependência pessoal e passando do momentâneo, do ocasional, para o duradouro, para o permanente”⁴. Deste modo, a exigência de registar rendas, transacções, e todo o tipo de percebimentos, não podia escusar o homem medieval de recorrer às práticas de contabilidade no quotidiano.

Nada que, a séculos de distância, torne fácil compatibilizar a informação numérica com as exigências de um tratamento informático. Daí que, para o nosso

¹ Veja-se, a título demonstrativo, a aplicação deste tipo de estudo à realidade urbana, em GIESTAL, Carlos Dantas - *Sistema de informação geográfica para a arqueologia urbana: o caso de Bracara Augusta*, Braga, Universidade do Minho, Dissertação de mestrado policopiada, 1998.

² Veja-se, a este propósito, o trabalho desenvolvido pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, sobretudo no âmbito da reconstituição 3D dos edifícios escavados e estudados de *Bracara Augusta*, uma vez que exige a colaboração estreita entre arqueólogos, arquitectos e informáticos. Outro exemplo de integração multidisciplinar do conhecimento histórico envolvendo as tecnologias da informação pode ser consultado em RIBEIRO, Maria do Carmo Franco - *A Arqueologia e as tecnologias de informação. Uma proposta para o tratamento normalizado do registo arqueológico*, Braga, Universidade do Minho, Dissertação de mestrado policopiada, 2001.

³ Sob o ponto de vista simbólico, o número era um elemento importante na mentalidade do homem medieval. O próprio carácter alegórico da Bíblia exercia forte influência na interpretação do sentido das coisas, elevando ao nível mítico a numeração: três (Santíssima Trindade), quatro (Evangelhos), sete (sacramentos, pecados), dez (Mandamentos), a passagem do milénio, entre outros (cf., LE GOFF, Jacques - “O homem medieval”, *O homem medieval* (dir. de Jacques Le Goff), Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 29; DUBY, Georges - *O ano mil*, Lisboa, Edições 70, 1992).

⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães - *Os descobrimentos e a economia mundial*, Vol. I, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1963-1971, p. 31. Como referência, ver também GODINHO, Vitorino Magalhães - *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, págs. 59-67 e 84-86.

estudo, fosse premente reunir um conhecimento prévio do modo como a informação se apresentava na fonte em questão, por via a organizá-la em termos de metodologia quantitativa. Tal como em outros documentos da contabilidade oficial, em finais da Idade Média, manteve-se a coexistência do sistema numérico romano, dos algarismos árabes e do processo de escrita por extenso dos quantitativos, simbiose que haveria de perdurar até finais dos séculos XVI e XVII⁵.

A chave para o armazenamento e para a recolha eficiente dos dados é o processo de planeamento. Ao identificar, primeiro, a finalidade da base de dados e a informação que se necessita encontrar, estaremos aptos a criar um esquema prático, que resulta numa ferramenta de gestão de dados mais rápida e apropriada.

Para a construção da base de dados, que dá suporte técnico ao presente trabalho de investigação, foram tidos em linha de conta os seguintes aspectos:

- ◊ Quais as diferentes categorias de informação sobre as quais os dados seriam armazenados e que factos se impunha armazenar sobre cada categoria?

Na busca do espaço e dos homens de Guimarães, à data de 1498, seria lógico registarmos informação relativa a nomes, morada, profissão e/ou ofício, estado civil, entre outros, para o caso dos homens. No caso do espaço, registámos informação relativa a dimensões e tipo de casa, o seu titular e/ou morador, existência de quintal e/ou telhado, número de sobrados, proprietário, quantia paga e tipo de pagamento, entre outros.

- ◊ Qual o modo de inter-relacionamento dessas categorias?

Cada uma destas características constitui campos de informação que, por sua vez, são parte integrante de uma tabela específica. Assim, a informação, uma vez categorizada, pode ser agrupada em tabelas. Por exemplo: uma tabela para casas, outra para ruas, outra para pessoas, etc.

Mas uma base de dados não é apenas um repositório ordenado de informação. A sua grande virtude consiste na capacidade de promover inter-relações entre as várias tabelas, entretanto criadas. Essas conexões permitem cruzar informação pertencente aos diferentes campos de cada uma das tabelas, podendo chegar-se, como resultado final, a conclusões não perceptíveis à primeira vista.

⁵ OLIVEIRA MARQUES, A. H. - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 63; do mesmo autor, o artigo OLIVEIRA MARQUES, A. H. - L'introduction des chiffres arabes dans les documents médiévaux portugais, *Graphische symbole in mittelalterlichen urkunden*, Bd. 3, Sigmaringen, Jan Thorbecke Verlag, 1996, págs. 503 a 508.

O relacionamento entre tabelas parece ser, sem dúvida, a grande virtualidade de uma base de dados. Neste aspecto, torna-se mais evidente a tecnologia informática como verdadeira ferramenta de trabalho, essencial para um estudo. Basta, para o efeito, recordar que, em poucos segundos, se conseguem operações de manipulação de grande quantidade de dados que, sem recurso às tecnologias da informação, seriam quase impossíveis de gerir ou manusear.

- ◊ Que resultados se pretende obter da base de dados, uma vez introduzida toda a informação?

Só após um longo trabalho de recolha de informação da fonte, e da introdução da mesma na base de dados, chegamos à fase da produção de resultados, talvez a tarefa mais apetecível de todas, neste tipo de investigação. No entanto, tal não significa o atingir de um destino, como se a produção informatizada de dados fosse um fim em si mesmo. Em termos de produção de conhecimento historiográfico está tudo por fazer, ou seja, falta a interpretação dos resultados.

Outras aplicações foram usadas como complemento na interpretação de toda a informação recolhida. Referimo-nos, para além do óbvio processador de texto, ao programa de folha de cálculo – para a elaboração de tabelas e gráficos – e ao programa de análise estatística – em busca das relações intrincadas entre as variáveis de estudo, contagem de casos e de proporção.

Apesar de relevante, a produção informatizada dos dados não é suficiente para, por si só, constituir conhecimento histórico. É imprescindível interpretar os dados numéricos, à luz dos trabalhos de investigação histórica já produzidos sobre a matéria em análise. Só com este processo, a panóplia de números toma significado. Esta é, sem dúvida, a última fase da Dissertação, e a mais relevante: difícil não é quantificar, ousado é interpretar.

1.6 Análise e interpretação de dados numéricos

A recolha dos dados envolve a sabida componente de esforço, por parte do investigador. Tarefa que visa não só proceder à recolha da informação para o seu armazenamento, como também para a análise, tendo em vista uma maior profundidade de conhecimento do assunto em causa. Dizendo de outro modo, a

recolha de dados é a fase inicial que precede a análise, com vista à obtenção de resultados e teste de hipóteses sobre os mesmos.

À primeira vista, o manancial numérico recolhido pouco ou nada nos acrescenta sobre a natureza do fenómeno em estudo. Embora dizendo respeito a uma realidade compreendida como um todo, é necessário reduzir essa realidade a dimensões mais inteligíveis: “primeiro, transformando as impressões em dados quantitativos, depois, utilizando instrumentos válidos para análise, apresentação e interpretação desses dados”⁶. Neste sentido, no trabalho que ora se apresenta procedeu-se à utilização de um conjunto de medidas estatísticas, no intuito de extrair conhecimento de uma grande quantidade de dados numéricos, muitas vezes imperceptíveis à primeira vista, conferindo-lhes maior utilidade.

Foram manuseadas algumas das principais técnicas de investigação, fazendo uso de procedimentos concretos conducentes à rendibilização dos dados, com o maior grau de eficácia possível.

Assim, fizemos uso dos princípios mais rudimentares da estatística descritiva, na caracterização da distribuição dos dados numéricos, com vista ao registo das frequências observadas e à apreensão das tendências mais gerais da distribuição de valores. Embora organizados em forma de tabela, os dados numéricos nem sempre se apresentam de modo familiar ao investigador, pelo que se recorre frequentemente à apresentação dos mesmos em forma gráfica, num esforço evidente de tornar mais fácil a sua interpretação, aumentando a legibilidade dos resultados.

Como medidas de tendência central, isto é, aquelas medidas que indicam qual a tendência ou comportamento dos dados em termos de centralidade, usámos as mais comuns que, a seguir, descrevemos sucintamente:

◊ Média aritmética

É descrita como a soma de todos os valores a dividir pelo número total de casos compreendidos. É considerada a medida mais estável, dado que varia menos de amostra para amostra. Trata-se de uma medida de tendência central uma vez que, geralmente, se localiza em torno do meio de uma distribuição, onde a maior parte dos dados tende a concentrar-se. Ao fim e ao cabo, dá-nos aquele resultado que representa o que é mais típico num determinado grupo.

⁶ REIS, Elizabeth - *Estatística Descritiva*, Lisboa, Ed. Sílabo, 1991, p. 5.

Comparativamente com a mediana, é uma medida preferível, já que utiliza bastante mais informação (faz uso da totalidade dos valores de forma exacta, o que é desejável). Para além do mais, a média é mais facilmente manipulável em termos algébricos, permitindo cálculos estatísticos mais avançados, o desvio padrão, por exemplo, de grande utilidade no campo da estatística indutiva. A sua preferência em relação à mediana é mais apropriada em casos de distribuições unimodais simétricas.

No entanto, a média é bastante afectada por alteração dos valores extremos, o que pode produzir resultados ambíguos em determinadas circunstâncias, ao contrário da mediana que apenas é sensível quando há alteração dos valores situados no meio da distribuição.

No caso da dúvida se instalar, a média deve ser preferencialmente empregue em detrimento da mediana⁷.

Esta medida está restrita exclusivamente a dados intervalares.

◇ Mediana

Trata-se de uma medida de posição relativa dos valores, pois, quando os valores estão ordenados por ordem de grandeza crescente ou decrescente, permite determinar qual é o ponto central da distribuição, ou seja, a mediana. Tem a particularidade de dividir os elementos ordenados em dois grupos ou metades iguais: um com os valores inferiores à mediana e o outro grupo com os valores superiores. Esta medida permite, então, localizar a posição de algum caso particular em relação aos outros valores.

Tem a desvantagem de não usar a totalidade dos valores para o seu cálculo e de ter uma grande variabilidade de uma amostra para outra, o que lhe retira carácter comparativo.

No entanto, “sempre que uma distribuição é fortemente assimétrica, isto é, sempre que há consideravelmente mais casos extremos numa direcção que na outra, a mediana será normalmente mais adequada que a média”⁸.

Esta medida só pode ser obtida a partir de dados ordinais ou intervalares, pois exige a ordenação das categorias.

⁷ BLALOCK, Hubert M. - *Estatística Social*, 2ª ed., 3ª reimp., México, Fondo de Cultura Economica, 1986, p. 83.

⁸ *Idem*, *Ibidem*-, p. 83; cf., também, LEVIN, Jack - *Estatística aplicada a Ciências Humanas*, 2ª Ed., São Paulo, Harbra, 1985, p. 52.

A decisão entre o uso da média ou da mediana será sempre muito influenciada por factores como o nível de mensuração (se nominal, ordinal ou intervalar), o formato da distribuição dos dados de que se dispõe (unimodal ou multimodal) e os objectivos particulares da investigação (estatística mais superficial ou mais avançada).

As já referidas medidas de tendência central, quando empregues de forma isolada, fornecem apenas uma visão incompleta de um conjunto de dados, levando, portanto, a uma distorção daquilo que se pretende esclarecer. Como complemento, existem outras medidas que averiguam o quanto os valores se encontram espalhados em torno do centro da distribuição, isto é, em torno da média – são as medidas de dispersão, ou de variabilidade.

De entre estas, usámos as mais comuns, que a seguir se descrevem sumariamente.

◇ Amplitude

É a medida de dispersão mais rápida e de maior facilidade de uso, pois resume-se à diferença entre o valor máximo e o valor mínimo de uma distribuição. No entanto, a sua vantagem constitui a sua maior desvantagem: ao tomar em conta apenas dois valores, o maior e o menor, ignorando os restantes valores da distribuição, pode dar uma ideia errada quanto à verdadeira dispersão.

◇ Desvio padrão

Define-se como sendo a raiz quadrada da média aritmética dos desvios quadrados em relação à média. O valor resultante desta operação é também conhecido por média quadrática.

É a medida de dispersão mais utilizada e a mais apropriada para aplicações de estatística avançada, de natureza indutiva. Todos os valores registados entram para o cômputo do desvio padrão, pelo que o seu valor é sensível a qualquer alteração dos dados. No entanto, não se aconselha a sua utilização em distribuições altamente assimétricas, dado o seu valor ser fortemente afectado pelos valores extremos.

Esta medida representa a variabilidade dos valores em relação à média de uma distribuição. Quanto maior a variabilidade/dispersão em relação à média, maior o valor do desvio padrão (logo, maior ou menor homogeneidade entre os grupos de dados comparados).

A já aludida forte sensibilidade, em presença de valores extremos vem cercear a consideração desta medida como a melhor em termos de dispersão. Em casos de forte assimetria, tal como se aconselha o uso da mediana em detrimento da média, o desvio quartílico⁹ apresenta-se mais fiável que o desvio padrão¹⁰.

Um outro cuidado a ter prende-se com o tamanho da amostra, ou seja, a quantidade de valores disponíveis para estudo. Quando menor que trinta casos, situação frequente no nosso estudo, o cálculo do desvio padrão deve sofrer certos ajustamentos na sua fórmula de cálculo, resultando daí uma estimativa melhor do desvio padrão da população da qual a amostra foi extraída¹¹.

◇ Coeficiente de variação (CV)

O coeficiente de variação faz a divisão do desvio padrão pela média.

Trata-se de uma medida de dispersão relativa que tem como grande vantagem permitir a comparação da dispersão de duas distribuições expressas em unidades de medida diferentes. Como independente das unidades adoptadas, revela-se mais vantajosa para a comparação de distribuições cujas unidades de medida podem ser distintas. Assim, os resultados são dados em termos de dispersão relativa, sendo que um valor superior a 50% é considerado de alto grau de dispersão relativa, logo de uma pequena representatividade da média como medida estatística. Para valores inferiores a 50%, a representatividade da média é tanto maior, quanto menor for o valor do CV.

Uma desvantagem desta medida é que ela deixa de ser útil quando a média está próxima de zero¹².

⁹ É calculado a partir da diferença entre o primeiro e o terceiro quartil, correspondendo a um intervalo que engloba 50% das observações centrais, o que constitui simultaneamente uma desvantagem, pois ignora a outra metade dos valores observados e que são valores extremos.

¹⁰ BLALOCK - *Estatística Social, op. cit.*, p. 94.

¹¹ SPIEGEL, Murray R. - *Estatística*, 2^a ed., São Paulo, McGraw-Hill, 1985, p. 85.

¹² *Idem, Ibidem-*, .

Capítulo 2

A crise da Assistência em Portugal nos finais da Idade Média

2. A CRISE DA ASSISTÊNCIA EM PORTUGAL NOS FINAIS DA IDADE

MÉDIA

A vivência de tempos difíceis no quotidiano, entre os séculos XII e XVI, cujas causas são sobejamente conhecidas e se reúnem genericamente na trilogia da fome, da peste e da guerra, contribuíram para a formação de uma sociedade medieval com características sentimentais específicas. A par das misérias materiais, outras se desenrolavam, "sofrimentos mudos e obscuros, lágrimas sem consolação, fomes ocultas, sofrimentos físicos e morais que apenas foram conhecidos pelos que os suportaram e por quem os mitigou ou procurou valer-lhes"¹³.

É indissociável a acção da Igreja para a interpretação do contexto envolvente deste período. Como resposta aos males que flagelavam o Homem medieval, a Igreja contrapunha a necessidade da salvação eterna com base na execução de tarefas terrenas. Decorrente deste estado de espírito, várias eram as vias conducentes à salvação final das almas, independentemente da condição social ou económica de cada indivíduo. Para o caso português, e no dizer de Fernando da Silva Correia, "o Cristianismo iluminou e determinou pois a orientação da assistência no nosso país, desde o século XII ao fim do século XV"¹⁴.

Conforme apontou Isabel dos Guimarães Sá, "a Idade Média (...) operou uma sacralização da pobreza que haveria de estruturar o processo de salvação da alma e por conseguinte a assistência"¹⁵. A importância da Igreja em matéria assistencial não podia deixar de ser relevante, pela formulação de todo um conjunto de crenças em torno da salvação da alma, e pelas normativas do Direito Canónico relativamente a fundações assistenciais. Como causa das misérias, quer as materiais quer as morais, o Cristianismo indiciava os pecados mortais. Para alívio das mesmas, aventava-se com os princípios eternos as catorze Obras de Misericórdia, sete espirituais e outras tantas corporais¹⁶.

Tal intensidade de vivências havia despertado na sociedade o sentimento de caridade e de beneficência, ora movido pelo espírito de entreajuda, ora impulsionado pelo desejo da salvação final, que cada qual, segundo a sua condição e as suas

¹³ CORREIA, Fernando da Silva - *Origens e formação das Misericórdias portuguesas. Estudos sobre a história da assistência.*, Lisboa, Henrique Torres - Editor, 1944, p. 255.

¹⁴ *Idem, Ibidem-*, p. 264.

¹⁵ SÁ, Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*, Lisboa, CNCDP, 1997, p. 33. Da mesma autora, consultar SÁ, Isabel dos Guimarães - "A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600)", *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1998.

¹⁶ Cf. CORREIA - *Origens e formação das Misericórdias (...)*, *op. cit.*, p. 271 e seguintes.

possibilidades, procura cumprir por forma a merecer a graça divina na tentativa de compensar eventuais prejuízos causados ou sanar maldades infligidas¹⁷.

Hospitalidade, caridade e remissão dos pecados constituíam as virtudes associadas à criação de instituições, subjacentes às múltiplas formas de assistência medieval: albergarias ou albergues, hospitais, gafarias, lazaretos ou leprosas, mercearias, confrarias e capelas¹⁸.

Sem a pretensão de nos debruçarmos sobre o panorama geral e definição de tais instituições, onde a "hospitalidade se confunde com a assistência"¹⁹, e o medo da doença e da morte se mistura com a caridade, é a partir dos seus bens que podemos reconstituir um cenário de Guimarães urbana. Ainda que fragmentado.

Dado estes bens serem vinculativos e indivisíveis, e as vontades testamentais terem carácter perpétuo, a gestão tornou-se em muitos casos difícil. As finalidades de assistência e caridade, para as quais os bens estavam orientados, nem sempre foram respeitadas. Nos séculos XIV e XV, tanto o conceito de assistência, como as instituições destinadas a esse fim, manifestavam sintomas evidentes de crise.

As causas apontadas são de variada índole.

Como razão principal apontou-se a má administração dos provedores e administradores dos hospitais, dos rendeiros e dos oficiais concelhios. Como exemplos, o desrespeito dos administradores pelas últimas vontades do instituidor, ou, também, a existência de estabelecimentos simplesmente sem gestor. Decorrente desta situação, de referir os "abusos" ou à má governança dos provedores dos hospitais (permitindo o aproveitamento pessoal de bens alheios ou de rendimentos), ou mesmo, o desleixo com que a administração desses bens estava votada²⁰.

¹⁷ Sobre a temática geral das instituições de assistência medievais, cf., COSTA, António Domingues de Sousa - "Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV", *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas luso-espanholas de História Medieval*, tomo I, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, Lisboa, IAC, 1973, págs. 262 a 327; CONDE, Manuel Sílvio Alves; SILVA, Manuela Santos - "Recursos económicos de algumas instituições de assistência nos finais da Idade Média", *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, Patrimonia, 1999, págs. 221 a 297; MARQUES, José - "A assistência aos peregrinos no norte de Portugal, na Idade Média", *Revista de História*, vol. 11, Porto, CHUP/INIC, 1991, págs. 9 a 22;

¹⁸ Veja-se, a título meramente exemplificativo, alguns pormenores sobre a dotação de uma capela ordenada por Francisco Geraldês, no mosteiro de S. Francisco de Guimarães (Documento 2, p. 125). Ver igualmente as considerações sobre a capela de Gil Lourenço de Miranda, em OLIVEIRA MARQUES, A. H. *et alii* - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa, Ed. Presença, 1998, p. 151.

¹⁹ SÁ, Isabel dos Guimarães - "Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno", *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora. Actas*, Évora, 1996, p. 28; Cf., de igual modo, CORREIA, Fernando da Silva - "Os hospitais medievais portugueses", *Medicina Contemporânea*, ano LXI, Lisboa, 1943.

²⁰ Para uma análise mais pormenorizada destas causas, cf., BRAGA, Paulo Drummond - A crise dos estabelecimentos de assistência aos pobres nos finais da Idade Média, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1991.

Outros casos decorreram da própria natureza dos testamentos, onde os instituidores, pretendendo perpetuar a memória, colocaram num patamar difícil, senão mesmo impossível, a observância das suas vontades.

A análise da fonte permitiu entrever situações como as referidas. Se, na globalidade, a conformidade da administração não suscitou a menor dúvida (os bens estavam localizados, as pessoas identificadas e as exações cumpridas), em alguns outros casos foi perceptível uma menos adequada administração e desrespeito pelas intenções do instituidor.

Serve, a título meramente exemplificativo, o caso de Duarte Afonso, memposeiro e administrador da capela do chantre Martim Pais, que, quando ordenado a declarar os bens da dita capela, perante o juiz Diogo Borges, afirmou não possuir o documento original contendo a declaração da instituição. Apresentou, ao invés, uma carta selada de D. João II, outrora solicitado a pronunciar-se sobre a situação, pois atingira contornos vagos e confusos, andando os bens “sem rregra e sem encarreguo”, havendo mesmo muitos “halheados (...) os quaaes se agora nam podiam saber quaaes eram”, e mesmo daqueles bens que subsistiram na posse “os aujam sem mandar nem dizer misa nem auangelhos per la alma do dito defunto”. A falta de um suporte legal que definisse a sucessão, motivou o litígio entre Duarte Afonso e o seu meio-irmão, João de Braga²¹. Se, neste caso, a inexistência do documento original pôde ser suprimida pelo recurso à memória e à tradição oral, repondo-se a vontade do instituidor e executadas as obrigações inerentes, outros casos, por certo, não puderam ser esclarecidos.

Sendo as instituições de assistência fruto da vontade expressa de uma pessoa, não existia uma autoridade central que regulasse e fiscalizasse a eficiência das instituições. O resultado foi a degradação da paisagem urbana e a delapidação da riqueza patrimonial.

A necessidade de se encetar um processo reformador foi assunto que não passou despercebido à Coroa portuguesa. A intervenção régia pautou-se pela preservação do património, fiscalização da acção dos administradores e cumprimento das vontades testamentárias²². Para uma gestão mais eficiente, as pequenas unidades assistenciais foram agregadas em hospitais maiores, permitindo, assim, melhor viabilidade económica e funcional. Tais acções iniciaram-se com D. Duarte, através de um pedido ao Papa para unificação dos hospitais (1434), evoluindo gradualmente até D. Manuel, consistindo num sistema oficial e

²¹ Ver mais em pormenor a contenda, em Documento 3, p. 127.

²² Cf. BRAGA - A crise dos estabelecimentos de assistência (...), *op. cit.*, p. 187 e seguintes.

centralizado pela Coroa, o que, comparativamente ao panorama dos reinos ibéricos como à generalidade do espaço europeu, assumiu um carácter particular²³.

D. João II não foi insensível à situação, pautando a intervenção régia pela centralização das unidades de assistência em torno dos Hospitais, cujo primeiro grande momento unificador foi a criação do Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa, fundado em 1492. Outros se seguiram, como o do Espírito Santo, de Évora, o de Jesus Cristo, de Santarém, e o Hospital das Caldas da Rainha (1485). De referir a criação da primeira Misericórdia, a Confraria da Misericórdia de Lisboa (1498), já sob a protecção da rainha D. Leonor²⁴.

Gradualmente, outras medidas foram tomadas: a dotação de novos Regimentos, a substituição dos administradores (por incúria de funções) e a elaboração de livros de receitas e despesas das instituições (sinónimo de rigor na contabilidade e prenunciador de fiscalização). De interesse particular para este estudo, destaca-se o tombamento dos bens das instituições de assistência.

Em termos globais, a reforma da Assistência em Portugal resultou num sistema inédito na Europa Ocidental, fazendo sobressair o papel das Misericórdias como elemento centralizador das funções assistenciais, sob os auspícios da Coroa²⁵.

A tendência centralizadora teve, em D. Manuel, a manutenção da linha reorganizacional da assistência. Para um conhecimento mais aprofundado, o monarca ordenou a elaboração dos livros de tombo e dos regimentos, nas comarcas respectivas. Pretendeu-se indagar se as disposições testamentárias estavam a ser cumpridas, se ainda existiam os documentos da fundação ou se existiam compromissos.

Da enorme tarefa de inquirição a nível nacional, realizada por acção dos desembargadores de D. Manuel I, resultou, para Guimarães, o já referido *Tombo das Capellas e Hospícios, etc., da Villa de Guimarães. Liv. XXVI, de 1498*²⁶. O manancial de informações colhido permitirá descrever o espaço e as gentes de Guimarães, orientado sob uma perspectiva sincrónica.

²³ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, vol. I, Braga, Dissertação de Doutoramento em História - Idade Moderna, apresentada à Universidade do Minho, 1999, p. 25.

²⁴ Sobre a fundação das Misericórdias em Portugal, cf., SOUSA, Ivo Carneiro de - *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, CTT, 1998, p. 114-116. Sobre a reforma das capelas e hospitais, cf., SÁ - "Os hospitais portugueses (...)", *op. cit.*, .

²⁵ SÁ - "A reorganização da caridade (...)", *op. cit.*, , p. 35. Já em Espanha, o problema do aumento dos pobres e da ineficácia das instituições assistenciais teve uma participação mais activa da sociedade, recebendo por parte dos teóricos uma problematização mais aturada sobre esta polémica (cf., ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - "A reforma da assistência nos reinos peninsulares", *Actas do XXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social* (APHES), Volume I, Universidade do Minho, Braga, 2001).

²⁶ Cf. MARQUES, José - "A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras. História*, vol. VI, II série, Porto, Universidade do Porto, 1989, págs. 11-93.

Finalmente, em 1514, era publicado o *Regimento das Capellas e Hospitais*, diploma legislativo que abrangia a fiscalização geral de todas as instituições de assistência.

Capítulo 3

Um percurso através da
paisagem urbana medieval

3. UM PERCURSO ATRAVÉS DA PAISAGEM URBANA MEDIEVAL

3.1 Antecedentes urbanísticos em 1498: o espaço construído

Como em tudo, há um princípio. As origens de Guimarães, como local atractivo de gentes, perdem-se no tempo. Não é este o estudo que vise identificar o momento a partir do qual a população se fixou, bem como os factores de fixação. Esta tarefa, para além de inconclusiva, dada a escassa informação, ainda carece de elementos bastantes para deles se apurarem factos concretos. À medida que o filão informativo das fontes documentais se vai esgotando, pela acção dos investigadores, cada vez mais se torna necessário recorrer a alternativas de conhecimento: a toponímia, a iconografia, a cartografia²⁷ e, principalmente, o contributo precioso da Arqueologia Urbana, disciplina que para o período medieval ainda se encontra aquém do desempenho alcançado noutras áreas de investigação, como o período clássico, por exemplo.

Para uma retrospectiva da Guimarães medieval, uma vez mais valemo-nos dos estudos minuciosos da Doutora Conceição Falcão, que resultaram um deles em dissertação de Mestrado²⁸ e um outro em tese de doutoramento²⁹, para além de vários trabalhos de especialidade.

Como atrás foi dito, apesar do perscrutar das origens de Guimarães como núcleo urbano não ser nosso objectivo, reveste-se de grande importância conhecer o seu percurso histórico, até à data em que a nossa atenção se fixa com maior pormenor – 1498.

Este exercício reveste-se de grande importância, sem o qual a nossa atenção sobre Guimarães em finais da Idade Média estaria de todo comprometida de entendimento.

Pese embora a nossa análise ter uma incidência sincrónica, seria uma grave ligeireza não ter presente a evolução de um núcleo urbano num período tão longo

²⁷ Sofrendo os centros urbanos medievais um efeito de utilização contínua que os transformou nas cidades actuais, faz da topografia e da fotografia elementos preponderantes na definição da morfologia urbanística, ainda para mais se for levado em conta o facto de na documentação da época raramente se fazer referência à dimensão espacial dos centros urbanos, produzindo um vazio informativo até meados do século XVI em matéria de representação gráfica (Cf. BENITO MARTÍN, Félix - *La formación de la ciudad medieval* (La red urbana en Castilla y León), Valladolid, Universidad de Valladolid, 2000, págs. 13 e segs.). Sobre a representação do espaço na Idade Média, ver ZUNTHOR, Paul - *La mesure du monde*, Paris, Éditions du Seuil, 1993. No mesmo âmbito, recomenda-se LE GOFF, Jacques - *Por amor das cidades*, Lisboa, Teorema, 1999.

²⁸ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, C. M. de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento, 1989.

²⁹ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de História Urbana (1250-1389)*, Braga, Dissertação de Doutoramento em História - Idade Média, apresentada à Universidade do Minho, policopiada, 1997.

como o da Idade Média. A sua realidade não será a mesma no dealbar do Ano Mil, que em vésperas da Época dos Descobrimentos, pelo que ao longo desse vasto período, o seu desenvolvimento apresenta tendências e ritmos que importa ter presente. O caso de Guimarães reveste-se de particular importância, já que experimentou uma realidade urbana binuclear até atingir a sua génese como centro urbano unificado, entre 1367 e 1389.

O desenvolvimento urbano da Europa Ocidental, que se fez sentir a partir do século XI, não faz de Guimarães uma excepção. Com o passar dos anos, e como em tantas outras paragens, em Guimarães começaram a ser visíveis diversos elementos simbólicos que, ao viajante, lhe faziam rapidamente identificar a presença de um “vulgar” núcleo habitacional: a muralha³⁰, a catedral, as igrejas paroquiais e os conventos mendicantes, o castelo, a torre senhorial e um centro com as suas construções³¹. Destaca-se a tonalidade militar na paisagem, elemento significativo na vida dos homens da Idade Média e que corresponde ao designado “ciclo dos inimigos”³².

Apesar das generalidades evidenciadas, cada centro urbano é único, pois é fruto de uma “relação com o carácter moral dos seus habitantes, com as suas paixões, hábitos e tendências”³³. A realidade urbana é, deste modo, muito mais ampla e complexa do que qualquer abordagem genérica. “*A paisagem urbana, o traçado das suas ruas e as formas arquitectónicas das suas vivendas, respondem às formas de vida, às estruturas económicas, políticas e sociais que as comunidades urbanas desenvolvem*”³⁴.

Cada núcleo urbano assemelha-se a um organismo vivo, que com o decorrer do tempo vai adensando o seu espaço interior, reflectindo na paisagem urbana a diminuição dos espaços livres, o aumento da altura e volume dos edifícios³⁵.

O mesmo se passou para Guimarães, por certo.

As linhas de evolução que determinaram a configuração dos espaços ocupados num núcleo urbano e a mentalidade das suas gentes são consequência de

³⁰ A presença da muralha não é de todo um elemento indissociável aos centros urbanos, sendo mais uma manifestação ideológica fruto da mentalidade da época. Existiam cidades abertas e núcleos amuralhados mas de débil carácter urbano. A este propósito, refira-se o caso de Ourense, que apesar de ser Sé episcopal, não dispunha deste elemento defensivo, embora a peculiaridade do seu traçado urbanístico assumisse funções de defesa (Cf. LÓPEZ CARREIRA, Anselmo - *A cidade medieval galega*, Vigo, Ed. A Nosa Terra, 1999, p. 96). Barcelos manteve-se desprovida de muralhas até D. Afonso V, e mesmo assim, erigida por questões de prestígio (cf., FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - “Barcelos terra de condes”, *Barcelos Revista*, Barcelos, 1992, p. 34).

³¹ STOUFF, Louis - “Arles à la fin du Moyen Age: paysage urbain et géographie sociale”, *Le paysage urbain au Moyen-Age*, Lyon, PUL, 1981, p. 226.

³² BAROJA, Julio Caro - *Paisajes y ciudades*, Madrid, Taurus, 1984, p. 42.

³³ *Idem*, *Ibidem*-, p. 8.

³⁴ ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz - *Urbanística medieval (Guipúzcoa)*, San Sebastian, Kriselu, 1990, p. 9.

³⁵ “*Paisaje pleno de pintoresquismo y abigarramiento, que nos ha legado una imagen mítica de la ciudad medieval muy alejada de la real que debieron tener los nucleos en aquella época, com una aparência mucho más cercana al mundo rural*”, BENITO MARTÍN - *La formación de la ciudad medieval*, op. cit., p. 13.

um conjunto de factores, sempre sensíveis aos condicionalismos históricos e determinados pelas decisões que cada um tomou para si.

Deste modo, se atentarmos nas várias definições de cidade, ou se nos debruçarmos sobre os elementos que permitem destringer os critérios de passagem de uma vila a cidade, o consenso parece ser de difícil alcance, produzindo-se diversas taxonomias. O enfoque parece recair mais nas suas funções do que propriamente em qualquer outro critério definidor. Mesmo neste capítulo, a conclusão geral é a da complexidade funcional, realidade que, aliás, não destoa das actuais cidades no dealbar do milénio³⁶.

Na Idade Média, os núcleos urbanos formavam um conjunto bastante diferenciado, com respeito a dimensões físicas, número de habitantes e funções exercidas no território envolvente e mais além. A cidade é, pois, entendida não como um conceito absoluto, mas antes flexível, cuja essência se define com base em critérios variáveis, no tempo e lugar.

A diversidade de aspectos que concorrem para a definição de cidade faz com que o respectivo estudo se desmultiplique em perspectivas de análise, desde o percurso histórico à Arquitectura, passando pela Geografia, Economia, Política e Sociologia³⁷.

Como é do conhecimento comum, em Portugal eram cidades apenas aquelas consideradas sede de bispados³⁸, não havendo correspondência entre a terminologia e a realidade urbana, pois existiam vilas com muito maior índice urbano e urbanístico que certas denominadas cidades. Neste aspecto se inclui Guimarães, por certo uma "vila" com muito mais dinamismo económico que muitas "cidades", como, Lamego, Guarda, Silves ou Viseu³⁹. "*Guimarães, era uma cidade*

³⁶ Sobre a vasta problemática em torno da definição do conceito de cidade, a lista de publicações é extensa. No entanto, e assumindo o risco inerente a qualquer exclusão, cf., entre outros, CHUECA GOITIA, Fernando - *Breve história do urbanismo*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1989; JEHEL, Georges; RACINET, Philippe - *La ciudad medieval. Del Occidente cristiano al Oriente musulmán (siglos V-XV)*, Barcelona, Ed. Omega, 1999; PARDO, Vittorio Franchetti - *Historia del urbanismo, siglos XIV y XV*, Madrid, Institutos de Estudios de Administración Local, 1985, págs. 18 a 21 (conceito de cidade, campo e território); SICCA, Paolo - "La idea de la ciudad en la Edad Media", *La imagen de la ciudad de España a Las Vegas*, Barcelona, Gustavo Gili, 1970, págs. 58 a 71; CHEVALLIER, Bernard - "Le paysage urbain a la fin du Moyen Age: imaginations et réalités", *Le paysage urbain au Moyen-Age, Actes de XI^e Congrès des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur*, Lyon, PUL, 1981, págs. 8 -10; RONCAYOLO, Marcel - "Cidade", *Enciclopedia Einaudi*, Lisboa, INCM, 1986, págs. 396 a 487.

³⁷ CHUECA GOITIA - *Breve história do urbanismo*, op. cit., p. 7 e segs.

³⁸ Braga, Coimbra, Évora, Guarda, Lamego, Lisboa, Porto, Silves, Viseu (cf., AZEVEDO, Pedro de - "As cartas de criação de cidades concedidas a povoações portuguesas", *Boletim da Segunda Classe*, vol. X, Homenagem a Olavo Bilac, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1917, págs. 930 a 971). Bragança surge como a primeira excepção à regra, passando a cidade em 1464, sem presença de Bispo. A justificação é de ordem política, nomeadamente, como agradecimento ao contributo dado pela Casa de Bragança a D. Afonso V nas "questões africanas". Com D. Manuel, factores políticos também estiveram na origem da passagem a cidade em Elvas, Tavira e Beja, nomeadamente, pelo contributo à presença nacional em Marrocos (cf., SERRÃO, Joaquim Veríssimo - "A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX", *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, FLUL, 1973, págs. 19 e segs.).

³⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Ed. Presença, 1987, págs. 181 e segs.

nas funções que cumpria, quer a nível local e regional, quer a nível do reino; vila na lógica administrativa do tempo"⁴⁰.

Sobre a origem de Guimarães, outros já escreveram. Desses trabalhos, é possível, com alguma nitidez, apreciar no tempo o curso do processo de formação do núcleo habitacional, pefigurador do centro urbano medieval.

Para Guimarães, os filamentos embrionários cruzaram-se no momento da Reconquista, acontecimento protagonizador da presença de famílias condaís portuguesas, elemento da génese de Guimarães e, porque não dizê-lo, da Nacionalidade. O fenómeno do repovoamento assumiu um papel complementar no renascimento urbano em toda a Europa ocidental, mas essa incidência foi muito mais determinante no conjunto dos reinos cristãos da Península Ibérica, funcionando como elemento dinamizador do crescimento territorial e urbano.

Não podemos deixar de referir o benefício que a devoção a Santiago de Compostela proporcionou às regiões inseridas na rota jacobea, dinamizadores das actividades económicas⁴¹, do qual Guimarães não foi excepção⁴².

No quadro do fenómeno urbano português, existem assimetrias regionais que opõem o Norte ao Sul, e o litoral ao interior. As linhas de contraste estão bem definidas geograficamente através da localização dos principais pólos urbanos, num eixo Norte-Sul paralelo à costa⁴³. Tal resulta da confluência dos diversos factores que moldaram a realidade nacional a este nível, alguns deles, mesmo, anteriores à afirmação da identidade portuguesa.

O processo de romanização, para além do substrato linguístico, dotou o espaço peninsular de uma rede viária, em particular na região Norte. A influência do traçado hipodámico, embora nem sempre presente em centros urbanos, foi decisiva na definição de um quadro mental que perfilhava o alinhamento das casas com respeito à rua.

O legado muçulmano exerceu influência sobretudo no universo urbano do Sul, se bem que nenhum centro tenha tido alicerces islâmicos. Em comum na fisionomia, salvo excepções, tinham tamanho geralmente pequeno e planta triangular ou

⁴⁰ FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...), op. cit.*, vol. I, p. 240.

⁴¹ "(...) Sus consecuencias socioeconomicas fueron notabilísimas. Por la Ruta Jacobea llegaron marcaderes que reactivaron la vida comercial y artesanal de las nuevas poblaciones; sobre su trazado se renovaron las calzadas y se reconstruyeron puentes (...). Es decir, el Camino sirvió de nexo permanente entre la Península y el resto de Europa", GARCÍA TURZA, Javier - "Lo imaginario y lo real en la figura de Santiago", *El Camino de Santiago y la sociedad medieval* (dir. de Javier García Turza), Logroño, Ediciones Instituto de Estudios Riojanos, 2000, p. 15. Cf., também na mesma edição, PASSINI, Jean - "Estructura de los espacios urbanos a lo largo del Camino de Santiago en la época medieval", *El Camino de Santiago y la sociedad medieval* (dir. de Javier García Turza), Logroño, Ediciones Instituto de Estudios Riojanos, 2000, págs. 31 a 46, a propósito do papel do Caminho de Santiago na articulação do espaço hispânico a diferentes escalas: peninsular, regional e comarcal.

⁴² Ponto de passagem do Caminho de Santiago, em Guimarães haveria de prevalecer na toponímia o culto ao Santo.

⁴³ MATTOSO, José - *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325 - Oposição*, Vol. I, Lisboa, Ed. Estampa, 1985, p. 207

trapezoidal. A estrutura interna regia-se por uma rede irregular de estreitas ruas, sombrias e labirínticas, com dicotomia alcáçova/almedina. A compartimentação dos centros económico, religioso e político-militar. A casa era o elemento base do assentamento urbano, voltada para a intimidade do lar⁴⁴.

A herança da Reconquista procedeu a uma viragem na reorganização do espaço, com a criação de centros urbanos em pontos estratégicos e de estrutura urbana e social adequada à defesa da mesma⁴⁵. A incidência foi notória a diferentes níveis: centro urbano, campo, economia e povoamento.

Durante o século XI, a Península Ibérica manifesta a evolução europeia de progresso urbano, com as características peculiares que lhe confere o movimento da Reconquista. A norte do Douro e em Castilla-León, vão surgindo, de modo ainda rudimentar, os conceitos definidores de um núcleo urbano medieval: organização colectiva, estrutura paroquial, aparecimento de muralhas, regulamentação jurídica de carácter foraleiro e controlo comunitário do solo urbano⁴⁶.

Resumindo, Guimarães pertence ao grupo de núcleos de criação espontânea⁴⁷, de ampliação gradual. Tal como na generalidade dos centros urbanos cujo crescimento se processou de forma orgânica e natural, a irregularidade do traçado não pode, de modo algum, ser comparado a caos ou a desordem. Na morfologia natural há sempre um sentido, quer pela forma como se adapta à topografia do solo, quer pelos núcleos que promove, quer pelos caminhos que passam as ruas, pela disposição lógica da muralha⁴⁸.

Nas suas origens, estão já presentes dois elementos que caracterizarão Guimarães ao longo de muito tempo. Em baixo, um pequeno burgo nascido em torno do primitivo mosteiro de S. Mamede, mandado edificar por Mumadona Dias⁴⁹ entre 950 e 959, futura Igreja de Santa Maria, desde o século XIV apelidada de Nossa Senhora da Oliveira, acabando por se processar um novo e duradouro aglomerado, contíguo ao mosteiro, embrião da posterior vila. No cimo, um pequeno núcleo habitacional que, pelo menos desde meados do século X, se distribuía em redor do Castelo de S. Mamede⁵⁰, mandado edificar em 968 pela dita Condessa,

⁴⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira - "Introdução à história da cidade medieval portuguesa", *Bracara Augusta* (Separata da Revista), vol. XXXV - Fasc. 79 (92), Braga, Jan.-Dez. 1981, págs. 7 a 17.

⁴⁵ LACARRA, José Maria - "Panorama de la historia urbana en la Peninsula Iberica desde el siglo V al X", *Settimani*, tomo IV, Spoleto, 1959, p. 355. Cf., também, OLIVEIRA MARQUES, A. H. - Introdução à história da cidade medieval portuguesa, *Bracara Augusta* (Separata da Revista), vol. XXXV - Fasc. 79 (92), Braga, Jan.-Dez. 1981.

⁴⁶ BENITO MARTÍN - *La formación de la ciudad medieval*, op. cit., p. 18. A obra serve de referência para a realidade urbana em Castela e Leão.

⁴⁷ "As vilas espontâneas criaram-se a partir de um elemento não urbano, como um castelo ou um mosteiro (...), as vilas 'criadas' puderam fundar-se onde não existia população alguma", *ARIZAGA BOLUMBURU - Urbanística medieval (...)*, op. cit., p. 66.

⁴⁸ CHUECA GOITIA - *Breve história do urbanismo*, op. cit., p. 96.

⁴⁹ COSTA, Avelino de Jesus da - "Mumadona Dias (século X)", *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 3, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, p. 357.

⁵⁰ FERNANDES, A. de Almeida - "A burguesia vimaranense nos Sécs. XII e XIII", *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Actas*, Vol. 3, Guimarães, 1981, págs. 9 a 24.

como defesa às ameaças dos invasores muçulmanos (?) e normandos, correspondendo à necessidade de salvaguarda de pessoas e bens. Sendo causa e efeito ao mesmo tempo, a fortificação situado no *Monte Latito* actuou como pólo de atracção de novas gentes.

Sinónimo de amadurecimento, Guimarães manteve condições para prosseguir a sua evolução urbana, mesmo quando Afonso Henriques se decide por Coimbra, em 1131.

A já aludida dicotomia existencial há-de marcar Guimarães ao longo de muito tempo, assumida pelos poderes senhoriais e régios que sobre ela deliberavam separadamente, acto decorrente da existência de duas vilas com jurisdição própria: a do Castelo e a de Guimarães, ou, utilizando uma visão mais simbólica, o mosteiro, na parte baixa, e o castelo, na parte alta.

Esta dicotomia, aliás, não era original para a época, inserindo-se no quadro paisagístico da Cristandade Ocidental das cidades duplas.⁵¹

Em torno de um e outro núcleo se foram anexando as habitações, funcionando como pólos dinamizadores da vida humana. Durante muito tempo, o mosteiro e o castelo constituíram a espinha dorsal do desenvolvimento de Guimarães. Funcionando em conjunto, dada a proximidade física, tinham igualmente vida própria, o que levou à constituição de um núcleo habitacional bicéfalo. Como elemento de comunicação, ressalta a rua de Santa Maria, não só pela sua precocidade no contexto das ruas de Guimarães⁵², como também pelo seu pendor estratégico, como elemento prioritário de ligação ao Castelo⁵³.

O tecido urbano foi-se expandindo, acompanhando a orientação das suas artérias em função dos dois pólos de atracção. A já citada rua, funcionando como elo de ligação entre esses dois pontos nevrálgicos, acabou por assumir funções de eixo ordenador do espaço urbano, sobretudo na fase inicial de desenvolvimento, já

⁵¹ Referência para alguns casos similares, como, por exemplo, Rodez: "Le fait le plus important pour la compréhension du Rodez médiéval est la scission de la ville entre la cité, au nord, et le bourg, au sud. L'enceinte construite à partir du milieu du XIV^e siècle englobe les deux ensembles" (DESACHY, Matthieu - "Querelles et conflits autour de la cathédral de Rodez (1300-1500)", *La ville au Moyen Âge* (sous la direction de Noel Coulet et Olivier Guyotjeannin), Paris, Editions du CTHS, 1998, p. 13). Também Arraz e Sainte Menehould tinham estrutura dupla, e Angers três núcleos (cf., LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne - *L'urbanisme au Moyen Age*, Genève, Droz, 1967, págs. 18, 39, e 23, respectivamente). Segóvia, a partir dos tempos iniciais (1088), dividia-se em duas aglomerações, comunicando-se intramuros por uma quantidade de portas (HEERS, Jacques - *La ville au Moyen Age en Occident: paysages, pouvoirs et conflits*, Paris, Fayard, 1990, p. 84). Do mesmo autor, a referência à 'vila alta' e 'vila de baixo' em Tomar (p. 131), também estudada em CONDE, Manuel Silvío Alves - *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996, págs 65 e segs. Ainda no quadro das cidades duplas, a referência à justaposição do burgo e do castelo, com o exemplo de Puy Saint-Fronte, em BAREL, Yves - *La ciudad medieval. Sistema social-sistema urbano*, Madrid, IEAL, 1981, p. 60 e segs. Outros exemplos podem ser consultados em CHUECA GOITIA - *Breve história do urbanismo*, *op. cit.*, p. 73.

⁵² A primeira notícia directamente alusiva à dita rua data de 1214 (*V.M.H.*, P. II, Doc. 173, p. 122 e 123)

⁵³ Sobre a preponderância da rua de Santa Maria, tanto na vertente de eixo ordenador do espaço urbano, como meio de comunicação, consultar obrigatoriamente FERREIRA - *Uma rua de elite (...)*, *op. cit.*, p. 44 a 62.

que, como adiante esclareceremos, a expansão do núcleo urbano conheceria outras nuances.

Na parte baixa, a Igreja bem como a praça que lhe confinava tornaram-se o centro da vila, ao qual todo o restante espaço envolvente se subordinava, na forma de ruas e vielas.

A segunda metade do século XIII veio alterar a paisagem do sítio: novos muros no Castelo e os primeiros indícios do cercar o antigo burgo do mosteiro. Iniciada com D. Afonso III, mas concluída no tempo de D. Dinis, a muralha veio unificar os dois núcleos, embora seja de crer que o núcleo da parte alta tivesse já sido amuralhado por mando de Mumadona Dias⁵⁴. Referências aos muros da vila são dadas em 1220, que se crê referirem-se ao Castelo⁵⁵.

Este período coincide com o grande desenvolvimento urbano português, e, também, da sua fortificação. O sistema defensivo consistia no erigir da cerca, na elevação de torres, no reforço das portas (por vezes, torreadas, como a Porta da Torre Velha, para Guimarães), na disposição de fossas no exterior da muralha (por vezes alagadas), e na construção de barbacãs em zonas frágeis⁵⁶.

O devir histórico haveria de determinar o princípio do fim da dicotomia vila alta/vila baixa. Aquando das guerras fernandinas, com o episódio de Henrique II de Trastâmara que, depois de ter conquistado Braga, investiu sobre Guimarães. Aí deparou com bem maior resistência⁵⁷, que valeria o reconhecimento do rei: D. Fernando concedeu privilégios à igreja, ao concelho e às suas gentes⁵⁸.

Com D. João I, foi dado o golpe final aos privilégios e bons usos do castelo, quando o seu alcaide, Aires Gomes da Silva, fiel aos códigos medievais, tomou voz por Castela contra o Mestre de Avis, tendo tal ocorrência significado o fim da "Vila do Castelo" como autonomia jurisdicional⁵⁹.

Em 1389, D. João I ordenou que o burgo exercesse a supremacia jurisdicional, ao fazer incorporar a vila alta e a vila baixa num só concelho, o de Guimarães, fazendo com que em Guimarães, "*seiam todos huum poboo e contribuam todos como huum poboo*"⁶⁰.

Em consequência da perda de prestígio da parte alta do burgo, foi notória uma menor procura daquele espaço por parte dos habitantes da vila, que assim procederam a um descendo para as zonas mais baixas, não sendo alheias as razões

⁵⁴ Cf. *Ibidem*-, nota 71, p. 22.

⁵⁵ Cf. *Ibidem*-, nota 70, p. 22.

⁵⁶ BARUQUE, Julio Valdeón - Reflexiones sobre las murallas urbanas de la Castilla medieval, *La ciudad y las murallas* (dir. de Cesare de Seta e Jacques Le Goff), Madrid, Ediciones Cátedra, 1991, p. 81.

⁵⁷ Cf. Fernão LOPES – *crónica de D. Fernando*, Vol. 1, Barcelos, Portucalense Ed., 1933, cap. XXXIV, p. 87 a 89.

⁵⁸ V.M.H., P. II, Docs. 326, p. 411, nº 237, p. 411, nº 329, p. 412 a 415 e seguintes.

⁵⁹ Cf. Fernão LOPES – *Crónica de D. João I*, Vol. 2, *ob. cit.*, caps. IX a XII, p. 22 a 30, e ANTT – *Chancelaria de D. João I*, Liv. 2, fol. 3 e 4.

⁶⁰ TT, *Ch. D. João I*, L. 2, f3v e 4.

de ordem natural dos movimentos das populações em busca de locais mais amplos, mais protegidos das intempéries e de melhor acessibilidade comercial. Paulatinamente, assistir-se-á à diminuição da importância que a vila do Castelo em tempos deteve, ora motivado pelo despovoamento dada a atracção exercida pela parte baixa da vila⁶¹, ora pelo desinvestimento do cabido e demais proprietários, até à chegada do Conde de Barcelos.

Assim, o eixo dinamizador do desenvolvimento espacial da vila de Guimarães alterou-se: a dualidade nuclear passava a concentrar-se num só espaço, o entorno da igreja de Santa Maria, que permaneceu como núcleo dinamizador⁶². A inicial ordenação espacial no sentido longitudinal mosteiro/castelo (Sul/Norte, respectivamente) sofreu uma deslocação no sentido geográfico para sudoeste, de acordo com a maior atracção exercida pelas vias conducentes ao litoral e saída para o Porto⁶³.

A acção influenciadora das características orográficas de Guimarães, que esteve na base do primitivo desenvolvimento como centro urbano, perdeu importância face à primazia dos centros da vida económica e à preponderância das vias de comunicação. Se para alguns autores a orientação Este-Oeste “não deve à casualidade tanta coincidência, mas antes ao produto de uma mentalidade determinada”⁶⁴, em outros trabalhos parece evidente a atribuição dos planos de crescimento das cidades a razões de ordem económica e política, e/ou outros condicionalismos particulares, sem esquecer os imperativos orográficos⁶⁵.

Por tal facto, não é de estranhar que, a partir de Quatrocentos, a relação de novas ruas se tenha feito sentir mais densamente na zona envolvente ao burgo, como se pode atestar pela análise do Tabela 13 (p.74). Uma pluralidade de novos arruamentos aparece registada nos livros de contabilidade do cabido⁶⁶. Embora tal não signifique forçosamente a inexistência dessas ruas até à data dos registos, o facto de as contemplarem a partir de 1402 é sinónimo de uma efectiva

⁶¹ É de todo útil ter presente as melhores condições naturais de habitabilidade que a parte baixa oferece, nomeadamente pela proximidade do curso de água existente, o rio de Couros, bem como pela importância que a peletaria veio a exercer nas actividades vimaranenses, cujo dinamismo aparece atestada já em tempos recuados pela referência à zona de peles no foral de 1096.

⁶² “Ao longo do século XV, era esta a esplanada, que se estendia em frente da igreja, o local de mercado permanente, o ponto de reunião dos homens do governo local e do oficialato régio, o palco das celebrações litúrgicas extraordinárias, o centro da opinião pública e da vida social”, FERREIRA - *Uma rua de elite (...)*, *op. cit.*, págs. 61-62.

⁶³ *Ibidem-*, nota 85, p. 48.

⁶⁴ ARIZAGA BOLUMBURU - *Urbanística medieval (...)*, *op. cit.*, p. 61. Esta tendência reflecte-se de modo evidente na orientação das catedrais, segundo a ideologia simbólica do Oriente como fonte de orientação física e espiritual, ponto difusor de luz solar no raiar do dia. No estudo dos núcleos urbanos espanhóis de Guipúzcoa, em vinte e quatro casos se comprovou esta orientação, cabendo apenas uma excepção.

⁶⁵ Na Galiza, planos marcadamente lineares em relação ao eixo norte-sul têm os centros urbanos de Ourense e Santiago de Compostela, menos acentuados os casos de Lugo e Tui. No sentido Este-Oeste, refiram-se os casos de Pontevedra e Corunha (LÓPEZ CARREIRA - *A cidade medieval galega*, *op. cit.*, págs. 83 a 113).

⁶⁶ Cf., A.M.A.P., *Livros da Fazenda do Cabido*, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 9A, 10, 11, 12.

expressividade no capítulo patrimonial, e, portanto, consequência directa do interesse das gentes sobre esses espaços.

A importância de Guimarães no contexto medieval do Entre Douro e Minho extravasava os seus limites mais contíguos, sendo notória a influência no quadro peninsular e europeu, apenas superada no seu protagonismo 'urbano' pelo Porto⁶⁷.

A importância simbólica de Guimarães revela-se igualmente nos actos de devoção de vários monarcas a Santa Maria, que haveria de ficar ligada a alguns principais marcos da História política nacional – também no plano religioso Guimarães haveria de ser centro de referência, no agradecimento devoto à intercessão da Virgem Milagrosa: D. Afonso IV reconhecia-lhe a protecção aquando da Batalha do Salado, expressa pelo levantamento do Padrão alusivo ao evento; D. João I na promessa à dita Santa Maria de Guimarães, novamente pelos bons desígnios conducentes ao sucesso de Aljubarrota⁶⁸.

⁶⁷ FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...)*, op. cit., p. 241.

⁶⁸ Sobre os milagres da Senhora da Oliveira, cf., MARQUES, José - "Santa Maria de Guimarães, centro nacional de peregrinações", *Santuário de N.ª S.ª da Penha, Simpósio Mariológico, Actas*, Braga, 1994, págs. 65 a 94.

3.2 O núcleo urbano de Guimarães

A fisionomia de um centro urbano reflecte a obra do homem, no seu constante diálogo com o meio⁶⁹. Ela é o melhor suporte de informação para as gerações vindouras, registo dos actos pensados ou involuntários, um verdadeiro palimpsesto. Assim olhámos Guimarães, em 1498, portadora, já, de múltiplos arranjos e intervenções geradoras de matrizes morfológicas diversas. Pelo facto, 1498 é, para nós, um ponto de chegada e um ponto de partida.

Como se sabe, todo um conjunto de circunstâncias concorre para a definição de uma estrutura urbana. A começar pela base, geógrafos e historiadores confluem na tentativa de definição daquilo em que consiste o "suporte estático", ou seja, a realidade geográfico-física⁷⁰. Registo de interacções complexas, o meio ambiente guarda indelevelmente as marcas da presença humana, resultado de adaptações (ou inaptações) a uma paisagem concreta⁷¹.

Ao percurso histórico que determinou Guimarães já tivemos oportunidade de referir. Mas, obviamente, nem tudo se explica pela vinculação aos factos históricos. A organização do espaço, pelo homem, manifesta a projecção do seu próprio ser no exterior. Processo inacabado, porque em mutação constante, a paisagem urbana reflecte as intervenções humanas no espaço natural, ideogramas do quadro mental das sociedades⁷². Uma vez construído, o espaço perde a sua forma natural. Uma vez habitado, "*queda en cierta forma sociabilizado (...). La edificación no habla del espacio: hace hablar al espacio en ella*"⁷³.

A imaginação medieval, em busca da ordenação do caos espacial, reduzia o espaço a planos simbólicos: por um lado, o espaço habitado, cultivado e construído (cidades, aldeias, castelos, campos); por outro, o mundo propriamente selvagem (mar, floresta – o domínio da Natureza)⁷⁴.

⁶⁹ "Não são as pedras mas os homens que fazem a cidade", fórmula atribuída a Isidoro de Sevilha, nos inícios do século VII, retirada de ROUX, Simone - *Le monde des villes au Moyen Age. XI-XV siècle*, Paris, Hachette Livre, 1994, p. 3.

⁷⁰ GARCÍA TURZA, Javier - "Morfológia de la ciudad de Nájera en la Edad Media", *III Semana de estudios Medievales*, Logroño, Governo de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1993, p. 63.

⁷¹ Sobre a confluência entre historiadores e geógrafos, vejam-se, DURANY CASTRILLO, Mercedes - "El paisaje rural medieval a traves del ejemplo berciano", *Aragón en la Edad Media: Sesiones de Trabajo. III Seminario de Historia Medieval. Paisajes rurales y paisajes urbanos: métodos de análisis en Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1994, págs. 29 a 64; GASPAR, Jorge - "Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. X, n.º 19, Lisboa, 1975, págs. 107 a 152; SALGUEIRO, Teresa Barata - *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Porto, Ed. Afrontamento, 1992.

⁷² CHEVALLIER - "Le paysage urbain (...)", *op. cit.*, p. 14.

⁷³ MOLINA MOLINA, Angel Luis - "Territorio, espacio y ciudad en la edad Media", *La ciudad medieval. Aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*, Valladolid, Universidad de Valladolid, SPIC, 1996, p. 36.

⁷⁴ LE GOFF, Jacques - *Histoire de la France urbaine* (dir. de George Duby), tome 2, Paris, Ed. du Seuil, 1980, págs. 17 a 19. Cf., também, LE GOFF, Jacques - *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*, Lisboa, Edições 70, 1983, págs. 51 a 52.

Como em tantos outros lugares, era impossível conceber um núcleo urbano sem o diálogo constante com o campo, quer ele marque a sua presença no espaço circundante, à distância de um atravessar das portas da muralha, ou pela presença de caracteres rurais mesmo dentro do intra-muros, na forma de pequenas parcelas de terreno cultivável, ou na forma da criação de animais domésticos, desde que resolvido o equilíbrio da relação entre alojamento e subsistência⁷⁵. Na cidade não falta o mercado, local de congregação da economia citadina com a do entorno, evidência do relacionamento entre o mundo urbano e o rural. É frequente a imagem do artesão abandonando temporariamente o seu ofício para realizar tarefas agrícolas na sua parcela, dentro ou fora das muralhas.

Um dos elementos espaciais que permite 'falar' pelo homem é a muralha. Acima de tudo, materializa a necessidade básica de protecção.

De todo o dispositivo defensivo, a muralha é, de longe, a que maior importância condensa. As razões são várias, derivando uma multiplicidade de funções⁷⁶: militar, como anteriormente referido, mas também política (a sede de concelho é intramuros), judicial (passar a porta da vila significava o acesso a uma jurisdição própria; o tribunal e a prisão estavam dentro da muralha, embora a forca, para efeitos persuasivos, fosse no exterior), fiscal (para se entrar na cidade, em certas ocasiões, era necessário pagar, funcionando as portas como receptores de impostos), económica (local privilegiado de comércio e de negócios), colectiva (o esforço da construção - anúduva, "velar e rondar" - e os custos da reparação - "peitas, fitas e talhas" - eram suportados pela comunidade), social (vizinho/forasteiro), espacial (dicotomia intramuros/arrabalde, centro/periferia, fora/dentro).

A um outro nível, a muralha exercia um fascínio tal que era inconcebível um núcleo urbano sem a respectiva fortificação pétre⁷⁷, desempenhando um papel importante na tomada de consciência de 'cidade': "*En un viaje ideal, a través del ilimitado repertorio iconográfico ofrecido por la civilización occidental, podemos*

⁷⁵ Sobre a complexidade das relações entre cidade/arrabaldes/campo, no que concerne a questões de alimentação e abastecimento urbano, cf., LEGUAY, Jean-Pierre - "Le rôle de la zone péri-urbaine dans l'approvisionnement des villes armoricaines au Moyen Age", *Flaran 5 - L'Approvisionnement des villes de l'Europe occidentale au Moyen Age et aux Temps modernes, Cinquièmes Journées Internationales d'Histoire, 16-18 Septembre 1983*, Flaran, AUCH, Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, 1985, págs., 189 a 201. De referir, também, ESTEPA DÍEZ, Carlos - "El alfoz y las relaciones campo-ciudad en Castilla y León durante los siglos XII y XIII", *Stvdia Historica*, vol. II, n.º 2, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, 1984, págs. 7 a 26.

⁷⁶ A generalidade da bibliografia consultada refere os vários conceitos de muralha. Sem particularizar, veja-se, por exemplo, BENITO MARTÍN - *La formación de la ciudad medieval*, *op. cit.*, págs. 133 a 144.

⁷⁷ Famosas, as *Partidas* de Afonso X, o Sábio: "cidade era todo aquele lugar cercado por muros, com os arrabaldes e os edifícios que se têm neles" (citação por VALDEÓN BARUQUE, Julio - Reflexiones sobre las murallas urbanas de la Castilla medieval, *La ciudad y las murallas* (dir. de Cesare de Seta e Jacques Le Goff), Madrid, Ediciones Cátedra, 1991, p. 67-68).

*recorrer todos los monumentos que manifiestan la relación que se establece entre la ciudad y las murallas y la vida que transcurre en este ámbito territorial*⁷⁸.



Ilustração 1 - Pano da muralha de Guimarães

Este esquema mental resulta de um processo imaginário de construção colectiva, interiorizado pela projecção de sentimentos humanos na ideografia da muralha. O medo do saqueio é apaziguado pelos dispositivos defensivos, reforçando a sensação de paz e segurança intramuros: *"Cómo, en estas condiciones, no relacionar la muralla com la idea obsesiva de la seguridad?"*⁷⁹. A este nível, a cidade funciona como factor de integração⁸⁰, intensificado pela tendência gregária do ser humano, reflectida, por exemplo, em estruturas afectivas de solidariedade 'artificial'

⁷⁸ SETA, Cesare de - "Las murallas, símbolo de la ciudad", *La ciudad y las murallas* (dir. de Cesare de Seta e de Jacques Le Goff), Madrid, Ediciones Cátedra, 1991, p. 22.

⁷⁹ BARUQUE - Reflexiones sobre las murallas (...), *op. cit.*, p. 69.

⁸⁰ A cidade medieval sempre teve que se debruçar sobre os problemas migratórios, fossem eles voluntários ou não, cf., JEHEL; RACINET - *La ciudad medieval (...)*, *op. cit.*, p. 201-202.

como a vizinhança⁸¹, ou as confrarias⁸²: "*Cité* semble en français mot de style noble, renvoyant un peu plus précisément à l'habitat collectif et emmuré"⁸³.

É comum encontrarem-se referências aludindo a Jerusalém como centro perfeito (mensagem de forte pendor religioso, aliás, estendida à cartografia, como se sabe), e que no interior das muralhas estava a salvação eterna, e fora delas, imperava o caos. O conceito de cidade eterna será posteriormente transposto para Roma, cidade papal, enfatizando a cidade amuralhada como metáfora sagrada. Ainda no plano mítico, Bizâncio era a maravilha longínqua, Babilónia a maldita.

Iniciados os primeiros trabalhos em 1265, a muralha cercou completamente Guimarães entre a segunda metade do século XIII e inícios do seguinte. Elemento robusto (dois metros de espessura), de alto teor defensivo (nove metros de altura), tinha cerca de 1564 metros a envolver uma área de 18,29 hectares⁸⁴.

Não é possível falar da muralha sem referir as suas aberturas: portas e postigos⁸⁵.

Dado o carácter defensivo dos centros urbanos medievais, o número de portas foi reduzido, invertendo-se essa tendência, de modo gradual, a partir da Baixa Idade Média. Em Guimarães, e para a data a que nos reportamos, estão referenciadas cinco portas, a saber: a principal, a *Porta da Vila* (ou *de S. Domingos*), a *da Torre Velha*, a *de Santa Luzia*, a *da Garrida* e a *da Freiria* (estas duas últimas na zona do Castelo)⁸⁶. Conhecem-se, também, o *Postigo de Santa Maria* e o *Postigo de S. Paio*⁸⁷. Burgos e Salamanca, por exemplo, contavam com doze⁸⁸.

Elementos essenciais, pontos de passagem do fluxo vital de uma comunidade, as portas são elementos fundamentais para a definição da morfologia dos eixos viários, tanto para os espaços extramuros como intramuros, manifestado pela

⁸¹ "Todo o forasteiro que residisse na cidade ano e dia adquiria a condição de vizinho", MARQUES - "Introdução à história da cidade medieval portuguesa", p. 22. Sobre a definição de "vizinho", cf., também, DIAS, João José Alves - *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1996, págs. 33-39. Sobre a particularidade da vizinhança de Génova, em meados do séc. XV, cf., ROSSIAUD, Jacques - "O cidadão e a vida na cidade", *O homem medieval* (dir. de Jacques Le Goff), Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 110.

⁸² Embora tenham existido confrarias no campo, é na cidade que o movimento associativista se fez sentir com mais vigor (cf., COELHO, Maria Helena da Cruz - "As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte", *Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa medieval, XIX Semana de Estudios Medievales*, Estella, Departamento de Educación y Cultura do Gobierno de Navarra, 1992, p. 157).

⁸³ ZUNTHOR - *La mesure du monde, op. cit.*, p. 113.

⁸⁴ FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...)*, *op. cit.*, págs. 352 e segs.

⁸⁵ DUFOR BOZZO, Colette - "La porta di città nel medioevo come «testo» semiotico", *Fortifications, portes des villes, places publiques, dans le monde méditerranéen* (Textes réunis par Jacques Heers), Paris, PUF-Sorbonne, s/d, págs. 67 a 79.

⁸⁶ Não há certezas quanto à existência de um ponto de comunicação entre as duas vilas de Guimarães, que, em alguns estudos, aparece denominada como de *Porta de Santa Bárbara* (FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...)*, *op. cit.*, págs. 365 e 602-603).

⁸⁷ *Ibidem*-, págs. 363 a 383.

⁸⁸ BENITO MARTÍN - *La formación de la ciudad medieval, op. cit.*, p. 205.

convergência de caminhos e de estradas à porta das muralhas, obviamente, efeito produzido pela escassez de abertura na parede.

As portas tinham na razão de existir também o seu maior perigo, constituindo secções vulneráveis na muralha. Carecendo, portanto, de protecção defensivas, estavam muitas vezes associadas a torres.

O ponto de ligação de todos os elementos da génese de um centro urbano é a rua. Por ela percorre o fluxo vital que alimenta cada comunidade, estendendo-se por uma hierarquia de pequenas ruas até ao mais recanto perímetro amuralhado.

Os estudos consagrados ao urbanismo antigo reconheceram vários planos topográficos, sem, contudo, esquecer a máxima de que cada vila é um caso particular. A conjugação de determinados factores físicos e humanos actuou na disposição das ruas no espaço segundo um plano linear, quadriculado ou radiocêntrico⁸⁹.

Encruzilhada 'de vidas' de um centro urbano, enleva para a paisagem urbana as marcas da seu percurso existencial, como se de linhas vitais gravadas na palma da mão se tratasse.

As ruas são, acima de tudo, vias de comunicação. Por ela acedem os 'nutrientes' essenciais ao devir da comunidade: cruzam-se os veículos; os animais de carga; os homens, trazendo os alimentos essenciais à sobrevivência; as matérias-primas para o trabalho artesanal e para a construção; os produtos acabados e os de utilidade doméstica. Mas por ela também vagueavam as notícias, o rumor, as misérias humanas, o ruído, a doença. Por ela acedia o invasor à intimidade.

Salvaguardando alguns casos excepcionais⁹⁰, na generalidade, as ruas eram exíguas, apresentando forma estreita, acidentada, tortuosa, onde a luz escasseava⁹¹.

A espinha dorsal da maioria dos centros urbanos era constituída pela via principal, ao que a toponímia dos lugares costuma designar por 'rua direita' ou 'rua grande'⁹². Uma pluralidade de pequenas ruas, ruelas, becos e vielas se disseminava, formando um complexo emaranhado de percursos, alguns deles privados.

Sobre a largura das ruas nada se conseguiu apurar na fonte. Como via de comunicação, devia comportar o espaço suficiente para a passagem dos meios de

⁸⁹ Cf., LEGUAY, Jean-Pierre - *La rue au Moyen Age*, Rennes, Ouest-France Ed., 1984, págs. 17-29.

⁹⁰ Raras eram as ruas que atingiam dez a doze metros, as "maitresses rues" . Há notícia de uma rua com onze metros em Rouen, e em Paris com oito/nove metros (*Ibidem-*, p. 11).

⁹¹ *Ibidem-*, p. 8.

⁹² Sobre a toponímia como elemento identificador do espaço urbano, cf., ANDRADE, Amélia Aguiar - "Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas", *A cidade. Jornadas Inter e pluridisciplinares*, Actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, págs. 121 a 140.

transporte, embora, por norma, a característica que predomina é a sua estreiteza. Em Guimarães, a amplitude oscilaria entre os dois e os quatro metros⁹³, valores que não se distanciam muito nos verificados em outros estudos, quer a Norte⁹⁴, quer a Sul do país⁹⁵, respeitando-se as devidas excepções⁹⁶.

A largura da rua variava entre os 2 e os 6 metros em Rennes, quase impossibilitando a circulação de veículos no caso das mais estreitas. Para uma boa parte das cidades europeias, as principais ruas mediam entre seis e doze metros de largura⁹⁷.

Em Pontevedra, a grande artéria central tinha largura entre seis a oito metros⁹⁸.

A acção humana no espaço urbano pode ser conceptualizada em duas categorias: o espaço público (ruas, praças, igrejas, mercado, castelo e outros espaços públicos) e o espaço privado (casas e 'chãos'). Daí resulta uma compartimentação mutuamente exclusiva, na medida em que, a delimitação de uma implica a delimitação da outra. No intramuros, a distribuição das parcelas privadas ocupava a maior parte do solo urbano.

O espaço público por excelência é a rua, definida a partir de quatro funções essenciais: meio de comunicação, local das mais variadas actividades económicas urbanas, local de encontro social e reflexo da sociedade⁹⁹.

Apesar da exiguidade das vias, o homem procedia à construção de sacadas para aumentar a superfície útil da casa, representando saliências da vida privada sobre o espaço público. Este sistema construtivo foi geral a todos os centros

⁹³ FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...)*, *op. cit.*, p. 386.

⁹⁴ A Norte, medidas similares existiam na Guarda (GOMES, Rita Costa - *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)* (Cadernos da Revista de História Económica e Social), Lisboa, Sá da Costa, 1987, p. 46 a 47); para Braga e Barcelos, ressalta a estreiteza das vias (respectivamente, MARQUES, José - "Braga nos finais da Idade Média (Subsídios para o seu estudo)", *Braga medieval*, Braga, 1983, págs. 43 a 81; FERREIRA - "Barcelos terra de condes", *op. cit.*, págs. 30 a 45); em Ponte de Lima, a variação oscilava entre os quatro e os seis metros, nunca ultrapassando os sete (ANDRADE, Amélia Aguiar - *Um Espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 30);

⁹⁵ Em Torres Vedras, mais estreitas na parte alta e mais amplas na parte baixa da vila, sem exceder os seis metros (RODRIGUES, Ana Maria S. A. - *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995, p. 141); valor máximo também registado para Tomar, Santarém e Silves (por ordem respectiva, CONDE - *Tomar medieval (...)*, *op. cit.*, págs. 95 a 97; BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *Santarém medieval*, Lisboa, UNL/FCSH, 1980, p. 59); BOTÃO, Maria de Fátima - *Silves capital de um reino medievo*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1992, p. 28. Para Évora, valores máximos entre quatro e cinco metros (SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média* (Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa), Lisboa, INIC, 1990, p. 53), e uma rua com seis metros (BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *Évora na Idade Média*, dissertação de doutoramento em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1988, p. 115).

⁹⁶ Em Lisboa e Porto, as ruas Novas tinham dimensões bem mais amplas, entre doze a catorze metros (respectivamente, GONÇALVES, Iria - *Um olhar sobre a cidade medieval* (Patrimonia Histórica), Cascais, Patrimonia, 1996, p. 66; AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luis Miguel - "Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)", *Revista de História*, vol. 6, Porto, CHUP, 1985, p. 11).

⁹⁷ LEGUAY, Jean-Pierre - "La rue: element du paysage urbain et cadre de vie dans les villes du royaume de France et des grands fiefs aux XIV^e & XV^e siècles", *Le paysage urbain au Moyen-Age. Actes du XI^e Congrès des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur*, Lyon, PUL, 1981, págs. 24 a 26.

⁹⁸ LÓPEZ CARREIRA - *A cidade medieval galega*, *op. cit.*, p. 141.

⁹⁹ ARIZAGA BOLUMBURU - *Urbanística medieval (...)*, *op. cit.*, p. 175.

urbanos medievais, apesar de, em muitas vezes, terem sido objecto de regulamentação municipal.

Apercebemo-nos desse modo de construção sobre a rua através de várias passagens da fonte (cf., Tabela 1), tendo, por norma, como é de conhecimento, uma vara de comprimento:

Tabela 1 - Comprimento das sacadas

Local	Casos registados	Dimensão dadas a conhecer
Gatos	8	em três casos: 1,1 m.
Val-de-Donas	5	em um caso: 1,1 m.
Castelo	2	em um caso: 0,6 m.
Nova do Muro	2	(sem informação)
Caldeiroa	2	
Judiaria	1	
Torre Velha	1	
Mercadores	1	

Um dos problemas decorrentes desta situação era a consequente redução da luminosidade sobre a rua, o que impedia a dissipação da humidade¹⁰⁰. Nas ruas mais estreitas, as casas estavam tão juntas que os seus telhados quase se tocavam.

Precisamente porque cada rua tem fisionomia própria, decidimos percorrer os dados quantitativos para cada uma delas, na esperança de aí constataremos assimetrias ou encontros, semelhanças ou particularidades.

3.2.1 Rua de Santa Maria

Sobre a importância desta artéria, já tivemos oportunidade de nos pronunciar. Porque a ela se dedicou um estudo minucioso¹⁰¹, importa apenas aqui resumidamente destacar o seu pendor estratégico que fez dela um marco de referência no urbanismo da vila, sobretudo como elemento ordenador do espaço e como meio de comunicação com a zona alta.

¹⁰⁰ JEHEL; RACINET - *La ciudad medieval (...)*, op. cit., p. 128.

¹⁰¹ FERREIRA - *Uma rua de elite (...)*, op. cit.,

Ilustração 2 - Casa do Arco (rua de Santa Maria)

Prolongando-se até à rua da Infesta e bifurcação da rua do Sabugal, beneficia de uma localização bem no coração do burgo, saindo a sua importância reforçada pela proximidade de dois centros de decisão: o religioso, simbolizado na Colegiada; e o comercial, especializado na Praça de Santa Maria e de S. Tiago. “Tratava-se de um arruamento formado entre espaços de mercadejar e de residência”¹⁰², e que era alvo de elevado interesse por parte dos investidores da vila, a julgar pelo expressivo património régio e capitular, bem como de outros proprietários menores. Precisamente porque o rol de proprietários desta artéria não integrava, na sua maioria, os inquiridos, os contadores não tiveram necessidade de indagar a propriedade aí existente, razão pela qual apenas uma vez apareceu a referência à rua de Santa Maria no *Tombo das Capelas (...)* de 1498. A ausência da evidência, neste caso, não significa a evidência da ausência.

Com efeito, situa-se nesta rua a importante Casa do Arco, onde, na altura, vivia o “Senhor Fernam de Sousa, fidalgo, as quaes teem huum ballcam que passa per cjma da dita Rua, toda com trauees, (...) e que atrauessa a dita Rua per çima

¹⁰² FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...)*, op. cit., vol. 2, p. 402.

com arcos de pedra”¹⁰³, um complexo residencial, de um lado a outro da rua. A fonte apenas regista uma das casas, de um sobrado e de generosas dimensões, medindo com o balcão, por dentro, em comprimento 22 m. e em largura 8,07 m., cujo exido se estendia até à Horta das Maçoulas, medindo 30,07 m. de comprimento e o mesmo de largura, tal como a casa, havendo ainda a referência a laranjeiras. Esta casa havia sido aforada com o propósito de a levantar de novo, o que se verificou, pois outrora “Jaziam derroydas”, havendo de se pagar por elas, em cada ano, trezentos e cinquenta reais. Pelas suas avolumadas dimensões, que fugiam ao padrão normal de casas, os valores das medidas não entraram para o cálculo geral, pois, com certeza, iriam deturpar os valores reais da construção corrente.

3.2.2 Rua dos Mercadores

Trata-se de uma artéria reveladora de grande dinamismo económico. A toponímia remete-nos para o papel primordial desempenhado pelo comércio no desenvolvimento dos centros urbanos.

Fazia ligação para Sudoeste com a Porta da Vila, através do prolongamento na rua dos Sapateiros, pelo que, em conjunto, era uma artéria que acedia directamente ao centro nevrálgico de Guimarães. Provavelmente, o desdobramento destas duas ruas não terá existido sempre, sendo que a primeira referência autónoma à rua dos Mercadores surge em 1341, ainda que a sua existência lhe seja anterior, naturalmente¹⁰⁴.

Pelas informações recolhidas, constitui a terceira maior artéria: vinte e seis registos de casas, sendo dezassete de tipologia desconhecida. Merece especial destaque o facto de nove casas serem de dois sobrados, algo já confirmado em estudos anteriores. Esta característica parece ser atributo generalizado desta rua, fruto de uma forte pressão de procura numa das principais ruas de Guimarães. A reforçar esta concentração, temos conhecimento da existência de sacadas na dita rua, sem dúvida, extravasamento do espaço privado para a via pública.

Atente-se, com maior pormenor, nos seguintes valores registados nesta artéria, relativos às sete casas cujas dimensões foram dadas a conhecer:

¹⁰³ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 491/491v.

¹⁰⁴ IAN/TT, *Colegiada de Guimarães, Documentos Particulares, Documentos Régios e Documentos Eclesiásticos*, m. 28, n. 33.

Tabela 2 - Dimensões das casas na rua dos Mercadores

	Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	7		2	
Média	9,4	2,7	13,5	4,4
Mediana	11	2,8	13,5	4,4
Desvio padrão	2,2	0,4	9,7	3,1
C.V.	23%	14%	72%	71%
Valor máximo	11	3,3	20,4	6,6
Valor mínimo	5,5	2,2	6,6	2,2
Amplitude	5,5	1,1	13,8	4,4
Área média	24,7 m ²		74,4 m ²	
Ratio médio	3,6		3	
Área média total	99,1 m ²			

Parece evidente, nesta artéria, a disposição longitudinal das casas, consequência lógica da sujeição dos lotes à via pública, mas também da pressão urbanística exercida sobre um espaço exíguo. As casas, em geral, são muito mais compridas do que largas (*ratio* de 3,6), sendo que esta configuração se aplica à generalidade dos casos nesta rua, a julgar pelo baixo valor do desvio padrão da largura (0,4). Esta ideia sai reforçada pelo facto dos diferentes registos, sobre a largura das casas, não ter uma amplitude maior que 1,1 m., caracterizador da rigidez quanto ao espaço ocupado pela fachada do edifício. Tal significa que, em termos de ordenamento urbanístico, esta rua apresentava uma grande homogeneização, com um traçado arquitectónico regular.

Não se trata de casas com grandes áreas, apresentando dos menores valores a nível da vila (apenas 24,7 m²).

Quanto aos exidos, o baixo número de registos obtidos com dimensões conhecidas, apenas dois, não permite grandes considerações sobre esta rua. No entanto, fica a informação de que a sua fisionomia acompanha a das casas, ou seja, três vezes mais longo que largo. Os dois registos dizem respeito a um exido de 6,6 x 2,2 m, e a um outro com 20,4 x 6,6 m.

3.2.3 Rua Sapateira

Saindo da Praça de Santa Maria, em direcção à Porta da Vila (também dita Porta de S. Domingos), após a rua dos Mercadores, surgia a rua Sapateira. O topónimo remete-nos para os primitivos arruamentos por mesteres, sendo que tal evidência ainda era perceptível na época (das nove actividades registadas na rua,

cinco eram do mester do calçado)¹⁰⁵. À semelhança da rua dos Mercadores, era igualmente um local apetecível e de grande dinamismo imobiliário¹⁰⁶. Dos vinte e seis registos de casas obtidos, dezanove são de tipologia desconhecida, duas casas têm um sobrado e quatro são de dois sobrados (cf. Tabela 14, p. 79).



Ilustração 3 - Porta da Vila

Exceptuando o único caso que, a seguir, se descreve, não foi feita qualquer referência às dimensões das restantes casas, nem à provável existência de exidos.

A ausência de informação justifica-se pela inexistência de necessidade, facto revelador da correcta administração dos imóveis. O contrário terá acontecido precisamente no único caso reportado: trata-se de uma casa sobrecarregada com obrigações censitárias, o que motivou a sua referência em quatro momentos

¹⁰⁵ Embora o nome das ruas normalmente remeta para organização do espaço sob a forma de especialização de um mester, o carácter móvel e espontâneo da localização dessas actividades fez com que as alterações do espaço se tenham processado a um ritmo mais rápido que o da toponímia, prevalecendo este de modo mais fixo na memória das gentes que recorrentemente continuam a usar nomenclatura antiga.

¹⁰⁶ "(...) negociava-se metade, um terço, um quarto ou simplesmente um quinhão de casas (...)", FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...)*, op. cit., vol. 2, p. 407.

diferentes na fonte, tantos quantos os encargos devidos: à Confraria de S. Domingos, à Confraria dos Sapateiros, à Capela de Gil Lourenço de Miranda e de sua mulher Joana Gonçalves, e, por fim, à Confraria de S. Francisco. O valor de cada censo a pagar era de quarenta reais, salvo no último caso, por desconhecimento do contador ou lapso do escrivão, uma vez que o espaço no fólio destinado ao seu registo permaneceu em branco. Inquirido pelo contador oficial sobre a utilidade a dar aos quarenta reais de censo, o morador Gonçalo Gonçalves, sapateiro, “dise que o nam sabe”, facto que levou o dito contador a mandar “que se buscasse ha scriptura da dita doaçam pera veer o que se mandou que se fizesse”¹⁰⁷. E para nós ficam as dimensões da casa: 12,1 m de comprimento e 2,75m da largura; o exido, nas traseiras, com igual largura e 3,3 m. de comprido.

A exiguidade da fachada da casa e do próprio exido não causa surpresa, atendendo tratar-se de uma das artérias mais concorridas de Guimarães, ponto de ligação a uma das mais movimentadas saídas, a Porta de S. Domingos, via de ligação para o rossio do Toural e conseqüente rua de Gatos, com destino ao litoral, pela que a concentração imobiliária se sentia mais fortemente neste sector. Aliás, esta casa serve de comprovativo da pressão exercida sobre o cada vez mais diminuto espaço intramuros, uma vez que se encontrava “bem chegada” à escada do muro da vila, encostada à Porta de S. Domingos. Saltam à memória os cuidados evidentes nas posturas municipais pela salvaguarda do espaço vital anexo às muralhas, factor de isolamento face aos invasores, mas cujas preocupações defensivas começavam a ceder aos imperativos de ordem económica, ajudados por uma conjuntura militar mais tranquilizadora.

Este último exemplo é, simultaneamente, revelador do modo como a informação se disponibiliza na fonte (ver Documento 6, p. 134). O perigo de inflacionar os dados é por demais evidente, em virtude de uma mesma casa, ou pessoa, poder apresentar-se mais de uma vez, sendo necessária uma triagem, de modo a eliminar registos duplicados. Trata-se de um processo nem sempre possível para o investigador: se neste caso não restam dúvidas quanto à identificação das pessoas e da localização da casa em questão, dado nos quatro momentos em que a eles se fez referência ter havido uniformidade de critérios, já numa grande parte dos registos os hiatos informativos não permitem transformar as dúvidas em certezas, pelo que, em termos de procedimento, achámos por bem não efectuar eliminação de registos com base apenas em algumas semelhanças.

Embora sem o carácter denotadamente regulador das corporações na Europa Ocidental¹⁰⁸, também entre nós se verificou a congregação por ofícios.

¹⁰⁷ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 178v/179.

¹⁰⁸ A este assunto nos referiremos mais detalhadamente adiante (cf., pág. 102 e segs.).

Neste contexto, merece especial destaque a referência à casa do Hospital da Confraria dos Sapateiros, cuja primeira notícia remonta ao ano de 1315, instituição localizada na dita rua¹⁰⁹. Em 1498, dela se diz: parte com a viela do hospital, que vai para a Torre Velha, e com casa que foi de Pedro Fernandes, correeiro; confronta com a rua pública e, por trás, com a viela que vai para S. Paio. Tem catorze câmaras, nove em baixo, no sotão, e cinco em cima. Tem um sobrado, e “estam bem corregidas E de nouo”¹¹⁰. O edifício destaca-se na rua pelas suas dimensões, tendo de comprimento 20,90 m., e de largura 10,45 m. Com uma área aproximada de 218,4 m², tem a particularidade de ter uma *ratio* exactamente igual a dois. Dela se pagava em cada ano cinquenta e oito reais, uma parte a São Martinho de Candoso (30 reais), e a outra a Santo Tirso de Riba D’Ave (28 reais)¹¹¹.

Ainda a referência para a casa do morgado, onde morava Gil Lourenço, escudeiro e fidalgo, filho de Leonor Afonso (que era sobrinha do instituidor da capela, Gil Lourenço de Miranda). O valor do aluguer era de mil reais. Localizava-se em frente do poço, com a sua torre de trás¹¹². O vocábulo “aluguer” raramente foi utilizado, daí o nosso reparo pois, como é de conhecimento geral, a forma preferencial de cedência do *domínio útil* da casa era o empraçamento em três vidas¹¹³. Também é de evidenciar o elevado valor do encargo, o maior verificado, só similar a um contrato com o estalajadeiro Gonçalo Afonso, mas envolvendo um conjunto maior de edificações, bem como de um vinhedo, situado entre a rua de Gatos e o Toural (cf. Documento 5, p. 131).

3.2.4 Rua Nova do Muro

Na toponímia está subjacente a relação com o elemento próximo, a muralha. Com efeito, esta artéria acompanha, pelo interior, o prolongamento da cerca, inclusive moldando-se à ligeira curvatura, desde as proximidades da Porta da Torre Velha até à Torre e Porta do Postigo. Tal facto permite levantar a hipótese desta artéria ter sido construída após a existência da muralha, suspeita de resto presente no próprio nome da artéria. Embora havendo já referências a uma ‘rua nova’ desde

¹⁰⁹ *Idem*, Col. Guim., Docs. Part., m. 25, n. 16 (1331.07.05).

¹¹⁰ *Idem*, N. A., n. 272, f. 182.

¹¹¹ Sobre a realidade assistencial vimaranense realizaram-se já alguns estudos: ROSÁRIO, Frei António do - “Convento de S. Domingos e a Colegiada de Guimarães”, *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 2, Guimarães, 1981, págs. 57 a 98; MARQUES, José - “A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)”, *Revista da Faculdade de Letras - História*, Vol. I, II Série, Porto, 1984, nomeadamente págs. 57 a 95; BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *Confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, 1990; OLIVEIRA, António José de - *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (Séculos XIV-XVI)*, Braga, Universidade do Minho, Dissertação de mestrado policopiada, 1998, bem como, FERREIRA - *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’ (...)*, op. cit., vol. 3, págs. 1094-1110.

¹¹² IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 122; 134; 138/138v.

¹¹³ A este tema nos referiremos com maior enfoque, mais adiante (p. 90).

1215, crê-se que nada tenha a ver com a futura Rua Nova do Muro, que actualmente se denomina rua Egas Moniz¹¹⁴.

A proximidade da muralha condicionou a ocupação do espaço, como seria normal, mas simultaneamente acrescentou um elemento de localização espacial bastante útil. No caso de haver informação disponível, o posicionamento das casas nos lados da rua pode ser conhecido com precisão, quando se registam expressões como “per detrás entestam com o muro da dita villa e per djante com rrua publica de Rua noua”¹¹⁵, ao contrário das outras ruas onde, apenas por um exercício comparativo e baseado nas confrontações, se pode tentar saber de que lado da rua estava determinado imóvel. Obviamente que, nas casas cujas traseiras ‘entestam’ no muro, a existência do exido ficava condicionada, pois o mesmo entrava na área de existência do caminho da ronda, que, como se sabe, era proibitivo para qualquer tipo de construção. Apesar da inexistência de qualquer registo nesta artéria, sabemos que os exidos podiam existir nas ruas próximas das muralhas, como o caso da rua Val-de-Donas, que mais adiante se referirá (p. 56).

Arrolaram-se vinte e seis referências de casas sitas nesta artéria, sendo dezassete de tipologia desconhecida, cinco de um sobrado e quatro de dois sobrados (cf. Tabela 14).

Quanto a dimensões, são possíveis as medidas de seis casas, com média de 3,5 m. de largura e 10,5 m. de comprimento. Embora sem estranheza, atente-se, a título de comparação, nos valores médios da largura da fachada destas casas (4,2 m.) com as congêneres da rua dos Mercadores (2,7 m.).

Tabela 3 - Dimensões das casas e exidos na rua Nova do Muro

	Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	6		3	2
Média	10,5	3,5	8,8	3,9
Mediana	10,7	3,6	8,8	3,9
Desvio padrão	3,6	0,8	1,1	0,8
C.V.	34%	24%	12%	20%
Valor máximo	14,3	4,4	9,9	4,4
Valor mínimo	5,5	2,4	7,7	3,3
Amplitude	8,8	2	2,2	1,1
Área média	39,2 m ²		34,5 m ²	
Ratio médio	3		2,3	
Área média total	73,7 m ²			

¹¹⁴ FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...)*, op. cit., p. 412.

¹¹⁵ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 38.

No que diz respeito aos exidos, a pouca informação recolhida dá-nos mesmo assim uma imagem de menor espacialidade que a da casa. As razões prendem-se com a óbvia falta de espaço, dado que esta rua confronta com a muralha, pelo que as casas têm extremas limitações no espaço traseiro, a sofrer igualmente as pressões dos exidos das casas das ruas circundantes.

3.2.5 Torre Velha

“À porta da torre velha” é uma expressão várias vezes reiterada, o que nos levou a suspeitar se de facto existia uma rua com tal nome¹¹⁶. Contudo, sabe-se que era um espaço localizado, ponto de confluência de várias artérias: rua Nova do Muro, rua de Alcobaça e, nas proximidades, a rua da Queimada¹¹⁷.

Ainda hoje é possível constatar o acentuado desnível que caracteriza este ponto de acesso, aliás, o único caso observável no conjunto das entradas vimaranenses¹¹⁸. A lógica defensiva das portas remetia o lado exterior da muralha para uma cota inferior, sendo o alcance possibilitado pela colocação de um lanço de escadas.

Tabela 4 - Dimensões das casas na rua da Torre Velha

	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	3	
Média	8,1	4,0
Mediana	8,8	3,3
Desvio padrão	2,3	1,3
C.V.	28%	34%
Valor máximo	9,9	5,5
Valor mínimo	5,5	3,1
Amplitude	4,4	2,4
Área média	33,3 m ²	
Ratio médio	2,1	

Não se registaram referências quanto às dimensões dos exidos.

¹¹⁶ “A menção a ruas da *porta de...* ou do *postigo de...* era comum a todos os núcleos urbanos medievais e apontava os locais onde era possível estabelecer contacto com o exterior da muralha”, ANDRADE - “Conhecer e nomear (...), *op. cit.*, p. 126.

¹¹⁷ “La bifurcación interior de calles a partir de una puerta constituye una de las estampas más características de la escena urbana medieval”, BENITO MARTÍN - *La formación de la ciudad medieval*, *op. cit.*, p. 206.

¹¹⁸ Os trabalhos decorrentes do *Plano de Urbanização* de 1863-1867 fizeram subir a cota do pavimento em cerca de três metros (cf., MACHADO, J. de Moura - “A muralha”, *Guimarães do passado e do presente*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1985. p. 45). Actualmente, a Porta da Torre Velha ainda evidencia esse desfasamento, como referimos. Também o rearranjo urbanístico da actual Avenida Alberto Sampaio permitiu entrever parte do pano da muralha oculto sob o solo.

Verificou-se a existência de uma casa na torre velha, que denunciava um contrato de sub-emprazamento: "... per huumas casas que traz gonçallo pirez de matos E agora as traz Joam sodre...", no valor de trinta e oito reais¹¹⁹.

Das catorze ocorrências, sabe-se as dimensões de três casas e, de cinco delas, a tipologia: três têm um sobrado, e duas dois sobrados.



Ilustração 4 - Porta da Torre Velha

Como se constata pela observação da Tabela 4, embora com um reduzido número em análise, a largura das mesmas variava entre os 3,1 e os 5,5 m., com média de 4 m., portanto, valores ligeiramente inferiores aos da média global. A diferença para o valor da mediana reflecte a variação de medidas, situação que também não fica insensível à escassez da amostra. Semelhante observação pode ser feita quanto ao comprimento, com média e mediana a diferirem em 70 cm., e com 4,4 m. a separar o valor mínimo do máximo. A área das casas apresentou um valor total inferior ao da média global para Guimarães.

¹¹⁹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 253v.

3.2.6 Rua e Adro de S. Paio

Embora as referências a casas de habitação neste espaço sejam escassas, os registos obtidos parecem indicar uma zona de concentração de cavalariças, o que de todo não é de estranhar, se atentarmos à localização do adro de S. Paio como um espaço contíguo a uma das mais importantes portas da vila, precisamente aquela que conduz ao caminho para o Porto e litoral. As referências a este espaço ora apareceram à rua em si, ora ao adro. Pelas confrontações surgiu-nos a notícia da existência de uma tulha no local.



Ilustração 5 - Postigo de S. Paio

Assim, à porta de S. Paio, existiam umas cavalariças de herdade da confraria de S. Francisco, das quais se diz: "sam todas em huua casa convem a saber em quatro peças Repartidas todas de huum telhado"¹²⁰, que as trazia por prazo João Lopes, mercador e escrivão dos Resíduos do Entre o Douro e Minho, o qual paga à

¹²⁰ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 40v/41.

dita confraria dez reais. O edifício mede 14,3 m. de comprimento e 5,5 m. de largura, e tem um exido com igual largura e 9,9 m. de comprimento. A área do edifício é de 78,65 m², com uma *ratio* de 2,6, e a área conjunta perfaz 133,1 m².

De referir, também, a existência de duas outras cavaliariças, uma delas “entesta no adro” local e a outra está conjunta¹²¹, ambas com 2,5 m. de largura e 9,9 m. de comprimento. Da primeira, de herdade da confraria de Santa Maria da Oliveira, diz-se que parte com o caminho que vai para S. Paio, e que se encontrava emprazada a três vidas a Bastião Gonçalves, morador na rua dos Mercadores¹²², por setenta reais. Na altura, “as vidas ainda vivas”; a segunda trazia emprazada Pero Eanes, bainheiro, também como primeira vida, pagando por ela oitenta reais, e partia com o hospital. Trata-se de edifícios com uma área equivalente a 27,22 m², com uma *ratio* de 3,6.

3.2.7 Rua de Val-de-Donas

Esta artéria acompanhava pelo interior o percurso do muro do lado ocidental. A primeira alusão a esta rua data de 1268¹²³. Nos Livros da Fazenda do Cabido (Tabela 13, p. 74), para o ano de 1402/3, ocorre uma primeira referência à rua a confinar com as ruas do Gado e Judiaria, num percurso ainda hoje possível de observar. Na confluência com a rua do Gado, abria-se uma porta na muralha, denominada de Val-de-Donas, mas que viria a ficar conhecida como Porta de Santa Luzia, pois por aqui se acedia ao arrabalde com o referido nome.

Pela informação possível de compilar, algumas referências apontam para a existência de exidos orientados em direcção aos muros, pelo que a frente destas casas confrontava com a rua pública de Val-de-Donas¹²⁴. Das três vezes em que se aludiu a estes exidos, todos confrontando com a muralha, foi dado a conhecer as suas medidas bem como a das respectivas casas, das quais eram parte integrante, sendo permitido obter uma ideia aproximada do espaço que entremeava a rua de Val-de-Donas e aquele que se designava por caminho da ronda. É sobretudo a homogeneidade de medidas em torno de umas totais quinze varas e meia que nos fez deter neste pormenor: num caso, o comprimento da casa mais o seu exido era de quinze varas e meia (onze varas da casa mais quatro e meia do exido)¹²⁵; num outro, obtivemos quinze varas (onze mais quatro varas)¹²⁶; no terceiro caso, dezasseis varas de comprimento ao longo da casa (onze) e exido (cinco), com a particularidade de neste casa o Tombo referir que o exido parte com os exidos das

¹²¹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 147v/148.

¹²² IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 154.

¹²³ IAN/TT, Col. Guimarães, Docs. Part., m. 10, n. 25.

¹²⁴ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fs. 28v, 29v, 41.

¹²⁵ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fs. 28v, 29v.

¹²⁶ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fs. 28v.

casas que ladeavam a sobredita, pelo que é de presumir que tivessem aproximadamente as mesmas medidas¹²⁷.



Ilustração 6 - rua de Val-de-Donas

Nesta artéria, existe informação acerca de sete casas. Para não fugir à regra, mantém-se que o comprimento é superior à largura (*ratio* médio de 2,4). São casas cujas medidas não se afastam significativamente dos resultados globais.

Dos vinte e seis registos obtidos, apenas se sabe que sete casas eram de um sobrado, realçando a referência para uma outra de dois sobrados e para a existência de uma casa com sacada, de uma vara de comprimento.

¹²⁷ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fs. 503v/504.

Tabela 5 - Dimensões das casas e exidos na rua de Val-de-Donas

	Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	7		3	
Média	10,7	4,4	5,0	4,0
Mediana	11,0	4,4	5,0	4,4
Desvio padrão	1,6	1,0	0,6	0,6
C.V.	15,4%	22,6%	11,1%	15,7%
Valor máximo	12,1	6,6	5,5	4,4
Valor mínimo	7,7	3,6	4,4	3,3
Amplitude	4,4	3,0	1,1	1,1
Área média	57,2 m ²		20 m ²	
Ratio médio	2,4		1,3	
Área média total	77,2 m ²			

Das poucas alusões a pormenores arquitectónicos, uma delas é referente a uma casa nesta rua. Para além das habituais confrontações, mais se indica que, por detrás, confronta com os muros da dita vila e, por diante, com a rua pública de Val-de-Donas. A casa é de herdade da Confraria dos Sapateiros e traz por prazo André Esteves, sapateiro. Tem uma “mea cozinha”, que mede de comprimento sete varas (7,7 m.), e de largura, por baixo pela loja, quatro varas (4,4 m.) “e de saída per a sobre a Rua mea vara”¹²⁸.

Apesar do número reduzido de casos (três), não deixa de ser motivo de realce o facto de se verificar nesta artéria o mesmo fenómeno observado na rua Nova do Muro, já referido, onde se constata a existência de exidos com menores dimensões que as da casa. Existe um elemento comum às duas artérias que as torna similares pelo facto de confrontarem com a muralha e, por tal, terem menor possibilidade de expansão para a retaguarda.

Para além das dimensões, foi dado a conhecer que seis casas eram de um sobrado, e uma delas de dois sobrados.

3.2.8 Rua de Santiago

A rua de Santiago permaneceu, até nós, com a mesma designação, embora no tempo presente seja considerada praça e um dos *ex-libris* da cidade. Naturalmente, com configuração diferente da que actualmente apresenta. O seu nome deriva, por razões óbvias, dos muitos processos de devoção ao fenómeno

¹²⁸ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 180.

jacobeu¹²⁹, suspeitando-se da existência de uma igreja próxima do local consagrada ao referido santo.

Foi, também, local da paróquia dos francos¹³⁰ que vieram para Guimarães, por finais do século XI.

A rua tirava proveito da proximidade dos principais centros de decisão de Guimarães: a nascente, pela rua de Santa Maria; a sul, pelo Igreja do mesmo nome, com toda a carga real e simbólica a ele associado.

A rua de Santiago partia da encruzilhada com a rua de Santa Maria e alongava-se para poente verificando-se, depois, uma inflexão para norte em direcção à rua dos Fornos. Deste modo, poderiam ocorrer duas variações para nomear esta artéria: uma, aludindo directamente ao nome de Santiago; outra, fazendo referência ao destino que qualquer um alcançava, percorrendo a rua até ao seu final: "rua de santiago até aos fornos". Esta configuração representa uma diferença para a forma da rua nos tempos actuais. Não é tão longa, nem curva no sentido de poente para norte. Todavia, a orientação não nos parece suscitar dúvidas, através do posicionamento das casas, referindo-se explicitamente a confrontação com a rua de Santiago a nascente. A utilização de todos os quatro pontos cardeais aconteceu poucas vezes ao longo da fonte, mas nesta rua foi empregue para posicionar, entre si, um conjunto de casas com os exidos¹³¹. Como resultado prático, foi possível elaborar um esquema da disposição dos espaços e de alguma informação a eles associada (cf. Ilustração 15, p. 160).

¹²⁹ Sobre a religiosidade vimaranense em devoção ao Santo, veja-se, MARQUES, José - "O culto de S. Tiago no Norte de Portugal", *Revista Lusitania Sacra*, 2ª série, 4, Braga, 1992, págs. 1 a 57; também, do mesmo autor, MARQUES, José - "O culto de S. Tiago em Portugal e no antigo Ultramar português", *Comunidade de Trabalho Galicia-Norte de Portugal*, Xunta de Galicia, 1995, págs. 287 a 313.

¹³⁰ A instalação de emigrantes estrangeiros era oriunda, maioritariamente, das regiões sul da França. A razão da emigração prendia-se com vários factores, como, por exemplo, os privilégios de instalação e as possibilidades de comércio com a Espanha muçulmana, entre outros (MARTÍNEZ SOPENA, Pascual - "El despliegue urbano en los reinos de León y Castilla durante el siglo XII", *III Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Governo de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1993, p. 35). O carácter excepcional atribuído a este grupo de pessoas fizeram com que o termo 'francos' acabasse por designar todos aqueles libertos de cargas senhoriais ('zona franca') e com privilégios em relação aos autóctones. Igualmente encontramos *francos* oriundos da Lombardia e da Alemanha, bem como colonos das Ilhas Britânicas, que, em função da solidariedade, deixavam a sua presença bem definida no tecido urbano: a rua dos Francos (cf., HEERS - *La ville au Moyen Age en Occident (...)*, *op. cit.*, p. 78-79).

¹³¹ Vendaval (e por vezes Sul), aguião, nascente e poente.



Ilustração 7 - rua de Santiago

Pormenor interessante foi a alusão a uma rua de S. Domingos que vai até à rua de Santa Maria. Trata-se provavelmente de um lapso do contador ou do escriba, ocorrido na sequência da descrição de uma casa de propriedade do Mosteiro de S. Domingos. Daí se ter gerado o desencontro de palavras¹³².

Tabela 6 - Dimensões das casas e exido na rua de S. Tiago

	Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	5		3	
Média	11,7	5,7	23,7	5,1
Mediana	11,6	5,9	23,7	6,2
Desvio padrão	0,3	0,6	0,0	2,0
C.V.	3%	11%	0%	40%
Valor máximo	12,1	6,2	23,7	6,2
Valor mínimo	11,5	4,8	23,7	2,8
Amplitude	0,6	1,5	0,0	3,5
Área média	67,3 m ²		120,1 m ²	
Ratio médio	2,1		5,4	
Área média total	187,4 m ²			

¹³² IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 500v.

Constata-se uma certa semelhança entre as dimensões das casas desta zona (baixo desvio padrão (d.p.)), que são ligeiramente maiores em comparação com a média geral.

Pese embora haver apenas três registos sobre exidos, a escassez numérica não corresponde a um diminuto teor informativo, pois, contrariamente ao cômputo geral, o grau de pormenorização é nestes casos maior. Foram feitas alusões à existência de laranjeiras, duas figueiras velhas e cavalariças.

3.2.9 Rua dos Fornos

A existência de um forno neste local (Documento 7, p. 136) é o motivo mais do que óbvio para a contextualização deste espaço. Uma outra notícia refere um exido na rua do Gado “trallo forno nouo”, bem rente a ele¹³³.

Apenas algumas informações sobre sete casas, relativas aos proprietários ou moradores (havendo um forasteiro, Álvaro Fernandes, proprietário de umas das casas e morador em Braga¹³⁴), e descrição de uma das casas como sendo de um sobrado.

Como é sabido, a prática do pagamento dos censos era no dia de S. Miguel de Setembro, quer em géneros, quer em moeda. A este propósito, não podia passar despercebida a menção ao pagamento de um almude de vinho como censo anual à Confraria, pelo Natal¹³⁵.

3.2.10 Rua do Castelo

As informações para ampliar o conhecimento do que foi a vila do Castelo são diminutas.

Registou-se um total de trinta e três casas, na sua maioria de tipologia desconhecida. No entanto, há a salientar o facto de todos os nove registos de casas com tipo conhecido (27,3%) serem sobradadas. Não deixa de se observar uma evolução considerável face ao passado recente, onde o número de casas sobradas parecia ser diminuto¹³⁶. Todavia, cremos que o crescimento em altura, ocorrido nesta zona, parece ter mais a ver com a afluência de ferreiros nesta artéria¹³⁷,

¹³³ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 252v.

¹³⁴ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 42.

¹³⁵ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 42v.

¹³⁶ FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...)*, op. cit., p. 625.

¹³⁷ *Ibidem-*, vol. III, p. 994.

existência já reconhecida no passado¹³⁸, pelo que parece estarmos em presença de habitações que conjuga o espaço de trabalho no piso de baixo, com o de habitação no de cima.

Ilustração 8 - Dimensões das casas e exidos na rua do Castelo

	Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	9		9	
Média	9,68	4,2	7,88	5,43
Mediana	9,9	3,39	7,7	4,03
Desvio padrão	1,15	2,03	2,72	3,69
C.V.	11,9%	48,3%	34,5%	67,96%
Valor máximo	11	8,8	11	13,2
Valor mínimo	8,25	2,75	4,4	2,75
Amplitude	2,8	6,1	6,6	10,45
Área média	40,28 m ²		60,78 m ²	
Ratio médio	2,74		1,85	
Área média total	101,06 m ²			

Na análise dos valores registados nesta rua, interessante é o facto de haver pouca variação quanto ao comprimento das casas (d.p. 1,15 e amplitude igual a 2,8); na largura, a variação é maior (amplitude igual a seis).

A presença dos exidos é relevante, e as suas dimensões foram dadas a conhecer, conjuntamente, com as nove casas já referidas.

3.2.11 Judiaria

O decretar da expulsão dos judeus do reino por D. Manuel I, a 5 de Dezembro de 1496, ainda recente na memória dos inquiridores de 1498, provocou igualmente um alastramento da repulsa à toponímia, fenómeno verificado pela renomeação de ruas associadas ao judaísmo, e na administração do baptismo aos judeus convertidos¹³⁹. Em Guimarães, a exemplo do que se verificou de Norte a Sul, esta tendência manifestou-se de imediato pela referência de uma casa “que estão aa porta da Rua *que* foj Judiaria no quanto da viilla *que* vay per a escada do muro”¹⁴⁰.

¹³⁸ “As exigências das ferragens para as portas do castelo, para as cadeias dos presos e, com certeza, das casas e alfaías domésticas, justificam a presença deste mester, em termos de abastecimento e troca”, *Ibidem*-, Vol. III, p. 626.

¹³⁹ Entre vários exemplos, existiam judiarias como rua em Ponte de Lima (ANDRADE - *Um Espaço urbano medieval: Ponte de Lima, op. cit.*, , p. 9), e na Guarda (GOMES - *A Guarda medieval (...), op. cit.*, , p. 31).

¹⁴⁰ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 48.



Ilustração 9 - Judiaria

Acompanhando um processo verificado noutros centros urbanos, o nome da rua viria a sacralizar-se. Neste caso, rebatizado de Espírito Santo, mais consentâneo com um apagar da memória pejorativa¹⁴¹. Como exemplos de conversão de apelidos, temos o caso de “Riqua... e ora se chama clara gonalvez”¹⁴², ou o registo de um mestre António, cristão novo¹⁴³.

Talvez como reflexo da exclusão forçada dos moradores da rua, a inquirição da propriedade e dos encargos pelo contador foi feita com referência ao passado, usando expressões como “pelas casas que trazia”, ou “vivia”, ou “morou”, sempre associadas a nomes judeus, muito provavelmente já ausentes¹⁴⁴.

¹⁴¹ “... per as casas que estam em rrua de santo espiritos que ffoy judaria...”, IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 293.

¹⁴² IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 132.

¹⁴³ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 169v.

¹⁴⁴ Cf., TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. II, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982, sobre o levantamento populacional da comunidade judaica em várias localidades. Da mesma autora, cf., também, TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisboa, Ed. Presença, 1987; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Judeus e conversos castelhanos em Portugal*, *Anales de la Universidad de Alicante*, n.º 6, Departamento de História Medieval, 1987.

Nesta rua, e apesar das vinte e uma menções a casas, a informação detalhada é escassa, salvo num único caso em que se referiu um prédio de um sobrado, com as medidas que a seguir se indicam:

Tabela 7 - Dimensões da casa na rua da Judiaria

	Casa	
	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	1	
Valor máximo	6,60	2,75
Área média	18,15 m ²	
Ratio médio	2,4	

Mesmo assim, e em cumprimento da tarefa incumbida, o ónus de cada casa foi devidamente registado¹⁴⁵, havendo a referir a particularidade de um encargo dever ser efectuado por um pagamento em moeda, acrescido de quatro varas de tré¹⁴⁶. Também se verificaram cinco ocorrências para o pagamento em género, no caso, galinhas, para além de uma quantia em dinheiro.

3.2.12 Rua Escura

Percorrendo a actual rua Gravador Molarinho, ainda hoje é perceptível a razão daquele epíteto pouco reluzente para uma artéria. À já conhecida exiguidade das vias medievais, verificada em tantos outros centros urbanos do Ocidente, associava-se o crescimento em altura, muitas vezes agravado com a construção de alpendres e sacadas sobre o espaço útil da rua, o que não permitia um bom índice de iluminação¹⁴⁷. Actualmente, a referida rua ocupa longitudinalmente um comprimento maior do que aquele de há uns séculos atrás, pela incorporação da outrora chamada rua de Santiago até aos Fornos.

¹⁴⁵ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 132, na casa onde morou Baru, da qual foi foreira "Lilia judia".

¹⁴⁶ Espécie de tecido antigo (MORAES (Silva), António de – *Novo Dicionário da língua portuguesa*, 7ª ed., vol. V, s/l, Editorial Confluência, Lda., 1992, p. 353).

¹⁴⁷ Para uma rua da vila de Mondragón, na região espanhola de Guipúzcoa, o espaço disponível para entrada de luz era de 1,6 mt. (ARIZAGA BOLUMBURU - *Urbanística medieval (...)*, op. cit., p. 188).



Ilustração 10 - rua Escura

Das oito referências registadas nesta rua, as informações sobre espaço construído são poucas, embora nos seja permitido saber um pouco mais sobre o espaço por construir. Há menção a um exido, a um pardieiro e a um “chão que já foi casa”, sendo deste caso o único acerca do qual conhecemos as dimensões: 11,38m. de comprimento, e 9,9 m. de largura, o que perfaz uma área de 112,7m² e um *ratio* de 1,1. Deste exemplo retivemos o afã de construção do homem medieval, referindo a intenção futura de edificar no local que estava vago (Documento 4, p. 130). Na mesma linha de actuação, retemos mais um outro exemplo, desta vez nas imediações do Toural (Documento 5, p. 131).

3.2.13 Rua Forja (das Flores)

De todas as ruas existentes em Guimarães, e que o presente estudo comporta, esta foi aquela que mais renomeações sofreu. Pelos *Livros da Fazenda*

do *Cabido* chegam-nos registos dessa evolução, conforme se pode apreciar pela interpretação do Tabela 13, p. 74: em 1374/75 era conhecida como Forgo¹⁴⁸, espaço público que se situava entre a Judiaria e a Porta da rua da Sapateira (também conhecida por Porta de S. Domingos, dependendo do ponto de vista, se intra ou extra-muros), e só em 1424/25 se procedeu ao rebaptismo como rua das “froles”, ou seja, das Flores, como passa a ser designada. Apenas se fez referência directa a duas casas, juntando-se outras tantas por efeitos da confrontação. Para as quatro referências são desconhecidas as suas dimensões, exceptuando o caso de uma delas ser de um sobrado. Outro qualificativo a sobressair remete para uma das casas ser do morgado, “em que mora Gonçalo Lourenço”, e dela se paga quatrocentos reais¹⁴⁹.

3.2.14 Rua do Gado

Esta rua faz a ligação entre as partes baixa e alta da vila, desde a rua de Val-de-Donas até à rua do Castelo, percorrendo pelo interior a muralha, dado haver notícia de casas terem os seus exidos até ao muro.

Tabela 8 - Dimensões das casas e exidos na rua do Gado -

	Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	5		5	
Média	9,3	7,0	22,2	11,4
Mediana	10,5	7,7	19,8	8,3
Desvio padrão	3,8	2,0	5,5	7,0
C.V.	40%	29%	25%	61%
Valor máximo	13,1	8,8	28,6	20,9
Valor mínimo	2,2	3,9	16,5	3,9
Amplitude	10,9	5,0	12,1	17,1
Área média	74,5 m ²		237,4 m ²	
Ratio médio	1,7		2,8	
Área média total	311,9 m ²			

De referir alguns deveres contratuais com vista à edificação de casas, ou seja, as conhecidas “benfeitorias”. Num dos empraçamentos, impunha-se a condição de elevar a casa em um sobrado. Este imóvel, para além do foro, estava sobrecarregado com um censo¹⁵⁰. Noutro caso, o registo de “...hum pedaço em

¹⁴⁸ Reminiscências da influência francófona de “forge”, e revelando na toponímia o mister da artéria, a Forja, ligeira variação do nome, assumida em 1402/3.

¹⁴⁹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 134.

¹⁵⁰ “... e sam empraçadas a gonçallo eannes taballiam / com comdiçam que as faça de humm sobrado e paga delas aa dicta com / fraria em cada humm anno cento e quoremtra rreais per sam miguel de setembro / E o cabido de sancta Luzia ha per / as ditas casas de cenço humm ma / rauedy que sam vinte e sete Reais...”, IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 43.

sse de fazer huua casynha que tem de comprjdo noue varas / E tres d ancho..."¹⁵¹. Se juntarmos o facto de estarmos em presença de uma rua onde a menção a exidos na fonte é frequente (cinco casos), quer por referência directa, quer pelas confrontações, podemos deduzir tratar-se de uma zona ampla, sem grande concentração imobiliária. Não se estranha, portanto, que nas dezasseis ocorrências em nenhuma se referiu casa com sacada.

Fica a ideia de um espaço mais pobre, menos procurado, a meio caminho entre a parte baixa e o Castelo.

¹⁵¹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 252v.

3.3 Os arrabaldes

3.3.1 Rua de Gatos

Na altura, e a atender a indicadores económicos, esta rua constituía o principal espaço no extramuros. Prolongamento natural, para o exterior, do importante eixo urbano de Guimarães (Santa Maria – Mercadores – Sapateira), acedia ao rossio do Tournal pela Porta da Vila (ou Porta de S. Domingos). A artéria conduzia em direcção ao Porto e, grosso modo, ao litoral, constituindo-se, naturalmente, como uma importante via de circulação. Espaço movimentado, dinamizado pela entrada e saída de pessoas e mercadorias, sítio ideal para a localização de uma estalagem, como a existente.



Ilustração 11 - rua de Gatos

Dado se encontrar o Hospital de S. Domingos numa zona contígua à rua de Gatos, na rua das Molianas, não se estranha que a quase totalidade do património

imobiliário urbano da área envolvente (rua de Gatos, as Molianas e o Toural) estivesse na posse desta instituição. A propriedade urbana era um dos mais fortes indicadores de influência social e do poder simbólico granjeado pelo proprietário, constituindo, claro está, uma fonte de constantes e regulares rendimentos. Daí o acérrimo interesse pela disputa dos espaços entre os principais proprietários dos centros urbanos: o rei, o município, as grandes casas religiosas e as instituições assistenciais, em maior dose de importância, seguidos das pessoas com algumas posses, de variada condição (nobre, mercador ou funcionário público, entre outros)¹⁵².

De entre os registos colhidos na fonte, a rua de Gatos é aquela que mais ocorrências manifesta, num total de quarenta e cinco casas. Se para vinte e quatro delas se ignora a tipologia, conhecem-se, no entanto, dezoito casas de um sobrado, valor significativo para apreendermos a fisionomia daquela artéria. Para mais, atente-se ao facto de não se verificar qualquer registo com dois sobrados e de três casas serem explicitamente designadas como térreas.

Nesta rua, a dimensão das casas merece um olhar mais atento. Dado serem conhecidas dezassete casas com informação relativa a comprimento e largura, há a referir os seguintes detalhes: casas de comprimento irregular entre si (desvio padrão de 3,76 e amplitude de cerca de doze metros), já mais homogénea quanto à largura (desvio padrão de 1,14 e amplitude de cerca de 3,85 metros).

Tabela 9 - Dimensões das casas e exidos na rua de Gatos

	Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	17		16	
Média	11,8	5,97	17,6	6,9
Mediana	11	4,4	13,39	4,77
Desvio padrão	3,76	1,14	9,84	4,9
C.V.	31,9%	19,1%	55,9%	71%
Valor máximo	19,25	6,6	33	17,6
Valor mínimo	7,15	2,75	7,7	2,75
Amplitude	12,1	3,85	25,3	14,85
Área média	83,26 m ²		221,64 m ²	
Ratio médio	2,52		4,05	
Área média total	304,9 m ²			

A já aludida importância desta rua como elemento de comunicação fez dela uma via de grande trânsito de viandantes, ao que não será estranha a presença de

¹⁵² OLIVEIRA MARQUES *et alii* - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, op. cit., p. 137 e segs.

uma estalagem, pelo menos desde 1391¹⁵³. Por esta altura, verificava-se, um pouco por todo o país, a criação de hospedarias, sinónimo de progresso económico e social e de um maior fluxo comunicacional. Merece, então, destaque, a referência à estalagem que foi de Álvaro Afonso, e depois de Diego Lourenço, "e ora he de Pedro Álvares o Pardo"¹⁵⁴. Dela se paga censo à Confraria de Santa Maria de quarenta e dois reais, mais dois pretos, nada se especificando quanto às suas dimensões.

Tratando-se de um negócio de iniciativa particular, tal como a maioria das hospedarias quatrocentistas, as vantagens não recaíam apenas no seu proprietário¹⁵⁵, alargando-se o leque de benefícios ao conjunto da população. Daí ser considerada instituição de utilidade pública. Com a existência de locais próprios para dormida, ficava assim resolvido o problema da aposentadoria, oneroso encargo que recaía sobre o povo, sobre o qual se queixava amiúde.

3.3.2 Molianas

A rua das Molianas servia de comunicação entre as ruas de Gatos e a da Caldeiroa. Neste local, situava-se o hospital de S. Domingos, sem dúvida, a referência de vulto da área envolvente. À sua confraria correspondia a quase totalidade do património urbano conhecido, nas imediações.

O Hospital em questão era de um sobrado, medindo 21,45 m. de comprimento e 7,15 m. de largura (área total de 153,4 m²), incluindo uma "casinha do espiritaleiro". No seu interior havia uma "*camara sobradada*" com 7,26 m. de largura e 4,4 m. de comprimento, havendo nele sete camas. Tinha um exido com 26,4 m. de comprimento e 18,7 m. de largura (área total de 493,7 m²), o que equivale a dizer que o hospital e seu anexo ocupavam uma área de 647,1 m². (cf. Documento 8, p. 137)¹⁵⁶.

Referências a esta zona foram três, mas apenas para uma casa com exido se conhecem as dimensões, ao que se sabe de um sobrado. Sendo zona de arrabalde, não sofria as limitações de espaço como as congéneres do intramuros, pelo que não se estranha as amplas dimensões.

¹⁵³ AMAP, *Nota Antiga*, l. 5, n. 9, 9v.

¹⁵⁴ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 153.

¹⁵⁵ O estalajadeiro beneficiava de privilégios régios em salvaguarda da sua pessoa e da sua propriedade, conjuntamente com isenções nas tributações e outras obrigações, bem como de certas regalias, por exemplo, na comercialização de certos produtos sem risco de contra-ordenação. ("Privilégios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)" em GONÇALVES, Iria - *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, págs. 143 a 155).

¹⁵⁶ Sobre outros assuntos relacionados com a Confraria de S. Domingos de Guimarães, consultar MARQUES - "A Confraria de S. Domingos (...)", *op. cit.*, .

Tabela 10 - Dimensões da casa e exido nas Molianas

	Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	1		1	
Média	21,5	7,2	26,4	18,7
Mediana	-	-	-	-
Desvio padrão	-	-	-	-
C.V.	-	-	-	-
Valor máximo	21,5	7,2	26,4	18,7
Valor mínimo	-	-	-	-
Amplitude	-	-	-	-
Área média	153,4		493,7	
Ratio médio	3,0		1,4	
Área média total	647 m ²			

3.3.3 Toural

O Toural começa já a evidenciar os sintomas do crescimento urbano da vila para sudoeste, embora esta evidência apenas adquira sinais incontestáveis no século XVII. São várias as alusões a casas novas, tal como à obrigatoriedade de se transformar alguns 'chãos' em edifícios. Pormenorizando, há inclusive um contrato contendo uma cláusula que impõe um limite temporal, até ao ano seguinte, para a edificação dos chãos¹⁵⁷.

A presença da Confraria de S. Domingos na rua de Gatos, onde se situavam o respectivo Hospital e mosteiro, exercia uma forte influência nas zonas circundantes, da qual o 'rossio' do Toural é parte afectada. No caso concreto do Toural, a quase totalidade das casas registadas eram bens de herdade da dita Confraria.

Pela sua atipicidade, importa referir um contrato de sub-emprazamento que a Confraria de S. Domingos providenciou a Gonçalo Afonso, estalajadeiro, e que, em certa medida, reforça a capacidade negocial inerente a esta actividade¹⁵⁸.

No total, estavam envolvidas seis casas, destacando-se as três que entestavam no 'rossio' do Toural, trazidas da mão do dito Gonçalo Afonso, e por ele sub-arrendadas. Todas elas eram de um sobrado, sendo que numa delas morava um ferrador (João Eanes), e numa outra um oleiro (Gonçalo Eanes). A presença de oleiros nesta zona é motivo de maior atenção, pois se fez referência a dois chãos

¹⁵⁷ "... e lhe he atermado termo em que as ajam de fazer este anno que vem...", IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 94v.

¹⁵⁸ Deste prazo a três vidas, estava uma já finada (a da mulher, Inês Afonso, tecedeira), e no contrato constavam seis casas no total, incluindo as três orientadas para o Toural acima citadas, mais um palheiro derrubado e uma grande área de vinha, do qual se pagava no conjunto mil reais à Confraria (ver Documento 5, p. 131 e seguintes), *Ibidem*, fls. 93 a 95.

para fazer casas emprazadas, situadas entre a casa de João Eanes, o ferrador, e os 'holeiros'¹⁵⁹. Desta operação não nos ficou registo dos valores acordados.

Das seis casas registadas, quatro são de um sobrado e todas novas. Em nenhuma parece haver exidos, já que pelas traseiras confrontavam com uma grande área de vinha, emprazada ao já referido estalajadeiro Gonçalo Afonso.

	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	6	
Média	8,5	6,5
Mediana	8,8	5,0
Desvio padrão	2,9	3,4
C.V.	34%	53%
Valor máximo	11,0	11,6
Valor mínimo	5,5	4,4
Amplitude	5,5	7,2
Área média	50,8 m ²	
Ratio médio	1,6	

Tabela 11 - Dimensões das casas no Toural

Ainda a referência à existência de dois 'chãos', com 6,6 m. de largura e 8,8 m. de comprimento, com o preceito de neles se erigirem casas.

3.3.4 Rua de Caldeiroa

Pertence à zona mais afastada das muralhas a que se fez referência, confinando com a Madroa. O seu registo no Tombo explica-se pela sua importância no conjunto dos espaços dos arrabaldes, prolongamento para sul da zona dos pelames, ainda abrangida pelo percurso do rio de Couros.

No início de século eram já evidentes os indícios de renovação deste espaço¹⁶⁰ e, à data de 1498, eram referidas no local duas casas de um sobrado e uma térrea. As dimensões conhecidas não fogem à média global.

¹⁵⁹ *Ibidem*, f. 94v.

¹⁶⁰ Cf., FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...)*, op. cit., Vol. II, p. 479.

Tabela 12 - Dimensões das casas e exidos na rua de Caldeiroa

	Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	4		4	
Média	9,1	4,3	13,2	7,3
Mediana	9,9	4,1	13,2	5,5
Desvio padrão	1,7	1,1	0,4	3,6
C.V.	18%	27%	3%	49%
Valor máximo	9,9	5,5	13,8	12,7
Valor mínimo	6,6	3,3	12,7	5,5
Amplitude	3,3	2,2	1,1	7,2
Área média	37,7 m ²		96,2 m ²	
Ratio médio	2,3		2,1	
Área média total	133,9 m ²			

Tabela 13 - Menção das ruas

RUAS	1374/5	1379/80	1402/3	1403 /04	1415 /16	1416 /17	1417 /18	1424 /25	1430 /31	1431 /32	1441 /42	1442 /43
Santa Maria	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Quintã dos Sapateiros	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Forgo	X	Forga	Forja	X	X	X	X	Frolles	X	X	X	x
Sapateira	X	X	Sapateira até S. Domingos	X	X	X	X	X	X	X	X	x
Rochela	X		Arrochela	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Caldeiroa	X	x	x	X	X	X	X	X	X	X	X	x
As tendas	X	X	x	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Nonais	x	X	x	X	X	Donais	X	X	X	X	X	x
Ferraria	X		Ferraria até S. Paio	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Gatos	X	X	Gatos até Porta S. Domingos	X	X	X	X	X	X	X	X	x
Vila do Castlo	X	X	Do Castelo	X	X	X	X	X	X	X	X	x
Sabugal até Porta Freira			X	X	Sabugal	X	X	X	X	X	X	X
Infesta até Castelo			X	X	Infesta	X	X	X	X	X	X	X
Gado até Porta Val-de-Donas			X	x	Gado	X	X	X	X	X	X	X
Val-de-Donas até Judiaria			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Santiago até aos Fornos			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Alcobaça			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Nova do muro até Porta do Postigo			X	x	Nova do Muro	X	X	X	X	X	X	X
Felgueiras a S. Paio			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mercadoresa até Sta. Maria			X	X	Mercadores	X	X	X	X	X	X	X
Trespão			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Escura			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Açougues			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Judiaria			Mostardeiras	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mostaceiras até à praça			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Praça e arredores			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Coiros fora da vila			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Santiago			X	X	X	X	X	X	X	X	X	x
Fornos					x	X	X	X	X	X	X	x
À Porta Judiaria até Sapateira (a quem chamam Flores)					x	X	X	X	X	X	X	x

Fonte: A.M.A.P., *Livros da Fazenda do Cabido*, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 9A, 10, 11, 12.

De entre estes novos arruamentos, começamos por salientar as ruas que serviram de conexão entre as duas vilas, nomeadamente, a rua do Sabugal até à porta da Freiria, a rua da Infesta até ao Castelo, e a rua do Gado até à Porta de Val-de-Donas.

3.4 As construções

São muitas as dificuldades sentidas pelo investigador quando procede à abordagem do tema da espacialidade urbana.

Infelizmente, das informações colhidas quase nada consta acerca dos materiais usados na construção, nem sobre outros pormenores arquitectónicos, como, por exemplo, as aberturas das paredes ou o pavimento. Sobre a compartimentação interior chegaram-nos apenas informações dispersas, como a referência ao Hospital de Santa Margarida que “dentro tem duas cameras repartidas de taboado”¹⁶¹.

Outra limitação latente diz respeito a um possível aproveitamento das informações da fonte para o levantamento cartográfico do que era Guimarães em 1498. À primeira vista, estão presentes os dados que nos permitem recriar a envolvência espacial das casas, uma vez que, para além das referências aos pontos cardeais de uso corrente na altura (aguião para representar o Norte, vendaval ou suão para o lado Sul), a localização geográfica dos imóveis era complementada com as confrontações. Este sistema de indicações paralelo foi uma fonte preciosa, fornecendo dados sobre as casas nas imediações contíguas, bem como de outros elementos importantes, como o nome da rua e outras construções de destaque – o forno, por exemplo, ou a torre. No entanto, apesar do valor evidente dos dados, persistem os hiatos, pois nem toda a propriedade urbana foi cadastrada, criando espaços vazios no nosso esquema de representação. Esta dificuldade só será ultrapassada com a conjugação de elementos provenientes de outras fontes coevas, pelo que o cruzamento de dados possibilitaria o preenchimento dos espaços em branco, e assim a representatividade gráfica. Em termos práticos, na tentativa de esboçar uma simples rua, falta sempre qualquer elemento que sustente a continuidade da ocupação do espaço.

A nível de centros urbanos, na data em que nos situamos, o panorama nacional reflectia indicadores de crescimento da população¹⁶².

¹⁶¹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 275/275v.

¹⁶² A propósito de demografia portuguesa geral, cf., BARROS, José Joaquim Soares de - “Memoria sobre as cauzas da differente população de Portugal em diversos tempos da monarquia”, *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo I, Lisboa, 1789, págs. 123 a 151; RAU, Virginia - “Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI (Resultados e problemas de métodos)”, *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Ed. Presença, 1986, págs. 96 a 127; MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves - “A população portuguesa nos séculos XV e XVI”, *Biblos*, LXX, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994. Para outras regiões, cf., RODRIGUES, Ana Maria S. A. - “A população de Torres Vedras em 1381”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 25, Lisboa, Sá da Costa, 1989, págs. 15 a 46; OLIVEIRA, António de - “A população das comarcas de Leiria e Santarém em 1537”, *Revista Portuguesa de História*, vol. 15, Coimbra, 1976, págs. 235 a 298; OLIVEIRA, António de - “A população de Caminha e Valença em

O Portugal do século XV era composto por pequenos e médios centros urbanos, com um grande núcleo à cabeça¹⁶³, Lisboa, "*grande metrópole à escala europeia e cidade enorme para o tamanho de Portugal*"¹⁶⁴.

Sem pretendermos discutir o valor das contagens que resultaram do Numeramento de 1527-1532, nem a disparidade de critérios que subjaz à sua elaboração, apenas tomamos as cifras para Guimarães como um mero indicador¹⁶⁵. Assim, arrolam-se 1405 fogos, constituindo o quinto centro urbano nacional, atrás de Lisboa, Porto, Évora e Tavira. Adoptando o coeficiente 4.6, corresponderia a uma população de cerca de 6463 habitantes¹⁶⁶.

3.4.1 Tipologia das casas

Com fins meramente processuais, optou-se por agrupar a informação recolhida segundo algumas categorias. São critérios arbitrários, mas que nos permitem formar conjuntos diferenciadores.

Assim, estes foram os agrupamentos: 'localização' (nome da rua ou lugar), 'tipologia' (casas térreas, de um ou de dois sobrados); 'género' (atafona, casa nova, cavaliariça, chão, estalagem, exido, forno, hospital, pardieiro, pelame, torre, tulha); 'dimensões' (casa, exido e sacada); se 'telhada' ou não.

Dos cerca de 380 registos compulsados, a esmagadora maioria fornece a localização dos prédios por rua, sem nada dizer sobre os atributos arquitectónicos. Por razões diversas, em vinte desses casos não existe qualquer tipo de informação espacial. Sem querer cair em repetições, importa, em todo o caso, lembrar que nem toda a propriedade urbana mereceu a atenção dos oficiais responsáveis pelo inventário, do qual a fonte é resultado. Trabalhámos, assim, com um património mutilado, ou seja, com o relativo às capelas, confrarias, hospitais, gafarias... Facto que obriga à prudência no sentido de propor interpretações.

1513", *Revista Bracara Augusta*, vol. 30-Fasc. 69 (81), Janeiro-Junho de 1976, Braga, 1976, págs 1 a 43.

¹⁶³ MARQUES, A. H. de Oliveira - "Les villes portugaises au Moyen Âge (XIV^e-XV^e siècles)", *Villes et sociétés urbaines au Moyen Âge*, Paris, PUF, 1994, p. 107.

¹⁶⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira *et alii* - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* («Nova História de Portugal» dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1998, p. 18.

¹⁶⁵ Para um enfoque mais abrangente sobre Guimarães, cf., FREIRE, A. Braancamp - "Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. século", *Arquivo Histórico Português*, vol. 3, n. 7/8, Lisboa, 1905, p. 241 a 273; COELHO, Maria Helena da Cruz - "A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII", *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI. I - Notas do viver social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, págs. 139 a 169.

¹⁶⁶ Como se sabe, a unidade de contagem da população era calculada com base no número de fogos, de acordo com o respectivo coeficiente, que foi variando entre 3, 4, 4.5 e 5. (cf., DIAS - *Gentes e espaços* (...), *op. cit.*, págs. 58 a 61); Também sobre o numeramento de 1527/32, vide, GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne - *O numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico*, Lisboa, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, n. 9, 1986.

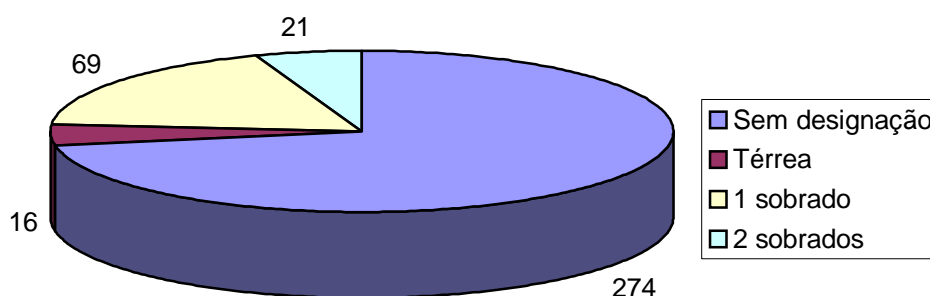
Decorrente da análise do Gráfico 1, feitas as contas, são cerca de noventa e cinco o número de casas passíveis de alguma análise quantitativa, quanto ao número de pisos. De entre estas, dezasseis eram térreas, sessenta e nove tinham um sobrado e vinte e uma eram de dois sobrados. Não há notícia de casas com altura igual ou superior a três sobrados, como, aliás, ocorre na generalidade da habitação corrente dos centros urbanos de média grandeza.

Do seu interior pouco sabemos, à excepção da referência à existência de “câmaras” em edifícios cuja importância justifica um maior detalhe, como no caso dos hospitais.

Embora não conhecendo o total do universo construído, temos uma amostra de casos relativamente significativa. Facto que nos permite extrapolar algumas considerações gerais, com base na distribuição do tipo de casas pelas ruas de Guimarães medieval (Tabela 14, p. 79).

Para um observador coevo, a vila de Guimarães registava já em algumas das suas ruas uma relativa altimetria, atendendo aos valores da época¹⁶⁷.

Gráfico 1 – Categoria: ‘Tipologia das casas’ (número de registos)



Uma significativa parte das casas tinha um sobrado, sobretudo nas artérias mais próximas do centro. Aí, a maior pressão demográfica e os espaços de maior valor locativo justificam o crescimento em altura. De entre estas ruas, sobressai a

¹⁶⁷ O perfil das construções dos centros urbanos portugueses era baixo, com prevalência das casas térreas, seguido das de um sobrado. Nas maiores cidades, como Lisboa ou Porto, as construções eram mais altas, sendo frequentes os três, quatro e mesmo cinco sobrados (DIAS - *Gentes e espaços (...)*, *op. cit.*, p. 112).

dos Mercadores, muito central. De fisionomia aproximada eram as ruas Nova do Muro e a Sapateira (cf. Tabela 14).

A preponderância das casas de um sobrado sobre as térreas vai sendo progressivamente adoptada, ao ritmo da evolução demográfica que cada centro urbano vai sofrendo. Esta tendência pode ser verificável pelos registos obtidos de casas novas, oito no total, todas elas de um sobrado.

Apesar do Gráfico 1 não o demonstrar, devemos levar em conta o elevado número que compõe o conjunto de habitações de tipologia desconhecida, sendo de todo plausível que elas correspondam ao designativo de casas térreas, dado ser esta a normalidade prevista. Os registos do Tombo só eram desenvolvidos quando os prédios eram da instituição inquirida. Como grande parte só mantinha com ela uma relação censitária, não se registaram pormenores.

Tabela 14 - Distribuição da tipologia das casas pelas ruas

Rua	Tipo				Total
	Desconhec	Térrea	1 Sobrado	2 Sobrados	
Gatos	24	3	18		45
Castelo	24		9		33
Mercadores	17			9	26
Nova do Muro	17		5	4	26
Val-de-Donas	18		7	1	26
Sapateira	19		1	4	24
Couros	22	1			23
Judiaria	21		1		22
Gado	10	3	3		16
Torre Velha	9		3	2	14
Caldeiroa	9	1	2		12
S. Tiago	7		4	1	12
Escura	8				8
Fornos	7		1		8
S. Paio	6	1	1		8
Toural	3		4		7
Porta de Santa Luzia	1	5			6
Outras ruas	29	2	8		39
Sem informação	18		2		20
Total	274	16	69	21	380

3.4.2 Dimensões das casas

Antes de iniciarmos a abordagem numérica neste item, achamos por bem especificar alguns critérios de precisão. Assim, entraram para o cálculo apenas as referências tidas como construção corrente, excluindo propositadamente aquelas

casas que, pelas suas largas dimensões e pela reconhecida atipicidade, confeririam aos valores médios uma perspectiva errónea da realidade urbana. Referimo-nos, por exemplo, à exclusão da famosa Casa do Arco, na Rua de Santa Maria, com os seus imponentes 20 m. de comprimento e 8,07 m. de largura¹⁶⁸. Outras 'exclusões' foram os hospitais, as cavaliças, os chãos, os fornos, cujas características obrigariam a um tratamento à parte.

Conhece-se o comprimento de oitenta e três prédios e a largura de noventa. Para os exidos, ficaram-nos as dimensões de cinquenta¹⁶⁹.

Se a diferença numérica entre o número de casas e o número de exidos registados pode ser facilmente explicada pela não obrigatoriedade de todas as casas terem espaços anexos, já o diferencial relativo às dimensões entre largura e comprimento pode causar estranheza, pois não teria lógica o oficial medir apenas um dos lados do imóvel. Convém referir, neste momento, o grau de destruição de parte do documento, o que torna ilegível muitas informações. Daí o facto que acima se referiu.

No entanto, dispomos de uma amostra suficientemente representativa para dela inferir algumas conclusões.

Esta convicção pode, no entanto, esbarrar na falácia da estatística, já que o seu cálculo encerra em si particularidades que convém respeitar ou, pelo menos, assinalar. Por exemplo: a importância normalmente atribuída à média, como medida típica dos valores registados, pode não ser totalmente justificada, isto se a dispersão desses mesmos valores for relativamente elevada. Em termos aplicados ao nosso estudo, será pertinente colocar a seguinte questão: até que ponto pode o valor da média assumir-se como medida típica das dimensões das casas, quando essas mesmas dimensões revelam alta assimetria?

Felizmente, existem outras medidas de tendência central que não são tão sensíveis à alta dispersão dos valores – a mediana é uma delas. Isto significa que, na nossa análise, valorizaremos a média ou a mediana, caso se verifique respectivamente menor ou maior dispersão de valores na distribuição. O índice de dispersão de uma distribuição é-nos dado pelo desvio padrão (d.p.) da amostra e

¹⁶⁸ As dimensões quase sempre foram expressas em varas e seus submúltiplos, tendo sido adoptado o sistema de equivalências de uma vara igual a 1,1 metros, proposto por OLIVEIRA MARQUES, A. H. - Pesos e medidas, *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, 2ª ed., Lisboa, 1971, págs. 369-374.

¹⁶⁹ A título comparativo, para Évora, são conhecidas as dimensões de oitenta e sete casas e dez quintais (SOUSA - *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, *op. cit.*, p. 75). Para Tomar, foram anotadas as dimensões de sessenta e um prédios, incluindo cinquenta e duas casas (CONDE - *Tomar medieval (...)*, *op. cit.*, p.116). Na Guarda, para o século XV, foram considerados sessenta e seis edifícios, embora se tenha que levar em conta o facto do cálculo assentar na área dos chãos e não na área ocupada pelo edifício (GOMES - *A Guarda medieval (...)*, *op. cit.*, págs. 73-75).

pelo respectivo coeficiente de variação (c.v.), ambos aferidores da autoridade do valor da média, como no início se referiu.

3.4.3 Valores médios para comprimento e largura

Em 1498, uma casa em Guimarães tinha, em média, 4,4 m. de largura e 9,8 m. de comprimento¹⁷⁰.

Quer em largura, quer em comprimento, os valores médios são coincidentes com os da mediana o que, se por um lado, revela uma quase ausência de assimetria, por outro, reflecte a concentração de valores em torno desta medida.

Quanto à largura, com um d.p. de 1,6, e partindo do princípio de estarmos em presença de uma distribuição normal ou aproximadamente normal¹⁷¹, podemos considerar que 68,26% da percentagem da área total, que corresponde ao limite de um desvio padrão acima e abaixo da média, varia em largura entre os 2,9 m. e os 6,1 m.

Tabela 15 - Dimensões das casas (resultados globais)

		Casa		Exido	
		Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n		82	89	48	50
Média		9,8	4,4	16,9	6,3
Mediana		9,9	4,4	12,9	5,0
Desvio padrão		2,7	1,6	13,8	4,6
Coef. de Variação		28%	35%	81%	72%
Valor máximo		18,7	8,8	69,3	20,9
Valor mínimo		2,2	2,2	2,8	1,1
Amplitude		16,5	6,6	66,6	19,8
Ratio	Máx.	5		9	
	Mín.	0,7		0,8	
	Médio	2,5		3,2	
Área média		44,6 m ²		146,0 m ²	
Área total		190,6 m ²			

¹⁷⁰ Para Tomar, as dimensões apresentavam valores em largura variando entre 3,3, a 5,5 m., e em comprimento entre 4,4 e 6,6 m. (CONDE - *Tomar medieval (...)*, op. cit., p. 116). Para Évora, existe a particularidade de haver o comprimento múltiplo ou aproximado de três varas para 52,8% das casas, o mesmo se passando para 55,17% da largura (SOUSA - *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, op. cit., p. 68).

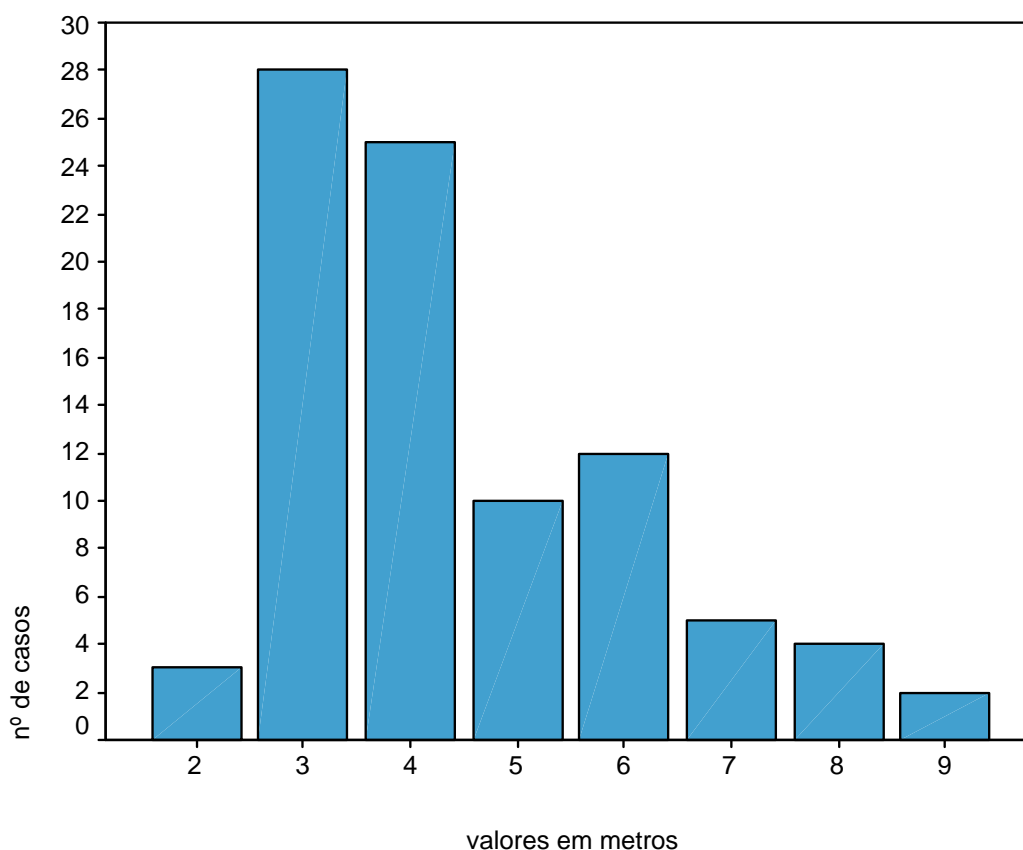
¹⁷¹ Muito sucintamente, a distribuição das frequências numa curva pode assumir uma forma normal, o que, em termos práticos, permite uma visão geométrica (em forma de gráfico) das distribuições dos valores. As características desta curva (simetria face ao centro da distribuição, ser unimodal e assintótica) são atributos que permitem descrever a distribuição de valores, interpretar o desvio padrão e calcular probabilidades. Para uma noção mais aprofundada sobre a distribuição em forma de curva normal, consultar BLALOCK - *Estatística Social, op. cit.*, págs. 104 a 114, como também LEVIN - *Estatística aplicada a Ciências Humanas, op. cit.*, págs. 81 a 103.

O c.v. obtido para a largura e para o comprimento foi de 35% e de 28%, respectivamente, o que, mais uma vez, assegura autoridade no uso do valor da média.

Pela análise dos resultados globais apurados para as dimensões das casas (Tabela 15), podemos constatar a existência de uma maior dispersão em comprimento do que em largura. Isto é, as casas tendem a ser mais homogêneas em largura (menor d.p. e menor amplitude).

Pensamos que tal facto terá a ver com as diferenças de espaço disponível para construção, sendo a largura sujeita a uma menor variação, pois pode depender não só da centralidade da rua, ou seja, da existência ou não de outras casas no espaço contíguo, como também da procura que esses espaços sofrem. Numa rua de grande densidade habitacional, como a dos Mercadores, a largura média era de 2,7m., com um d.p. de apenas 0,4, ao passo que na rua de Gatos a largura média era de 5,97m., com um d.p. de 1,4.

Gráfico 2 - Largura das casas em Guimarães (1498)

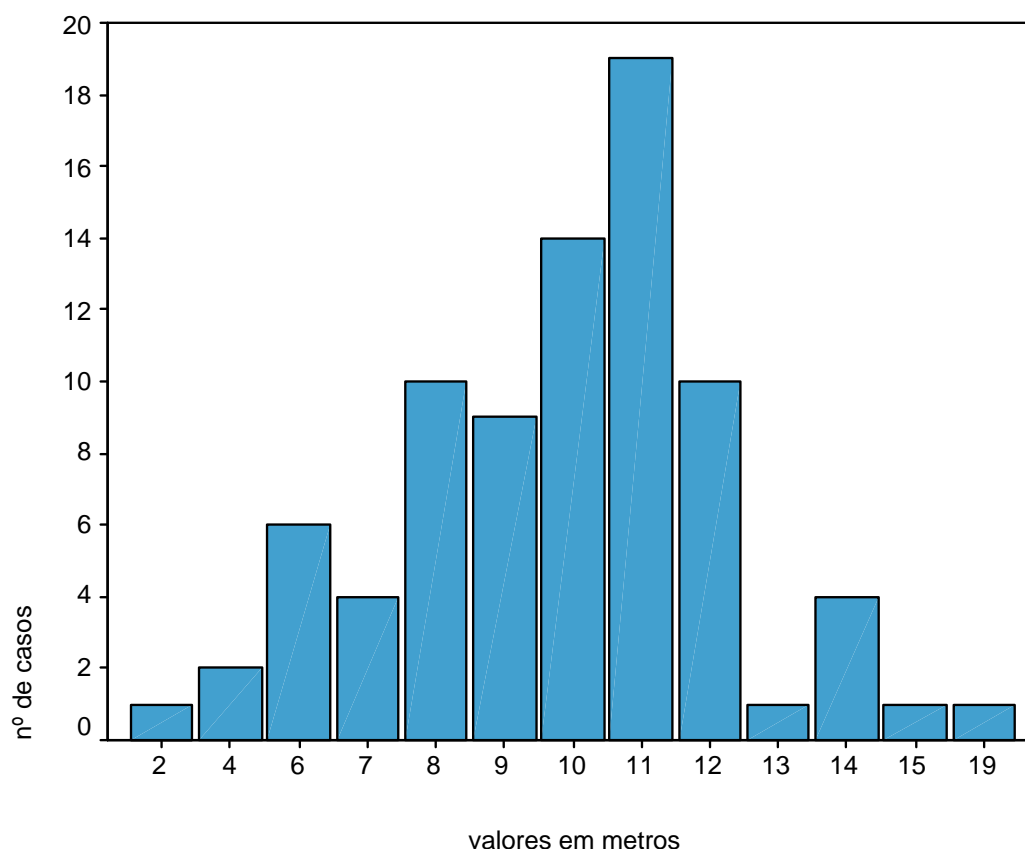


Em largura, os valores das casas registam uma maior frequência entre os três e os quatro metros, valor idêntico ao verificado em Lisboa e em Évora e

ligeiramente exíguo comparativamente a Tomar (entre três a cinco metros e meio)¹⁷².

Em comprimento, a variação já é maior, o que não causa surpresa, dado que as casas tendem a alongar-se mais neste sentido, ou por disponibilidade de espaço, ou pela própria lógica de construção. Registe-se a amplitude de 16,5 m., resultado da maior diferença das medidas em comprimento das casas. Esta facto apenas revela um ligeiro grau de assimetria negativa, particularmente provocada pela existência de valores extremos acima da média. O d.p. de 2,7 reflecte a menor homogeneidade do comprimento, quando comparado com semelhante valor da largura, significando, em termos concretos, e tomando como pressuposto a normalidade da distribuição, que 68,26% das casas em Guimarães variava em comprimento entre os 7,1 e os 12,5 m.

Gráfico 3 - Comprimento das casas em Guimarães (1498)



Os valores de comprimento mais comuns das casas em Guimarães situam-se entre os dez e os onze metros, resultados ligeiramente superiores aos verificados

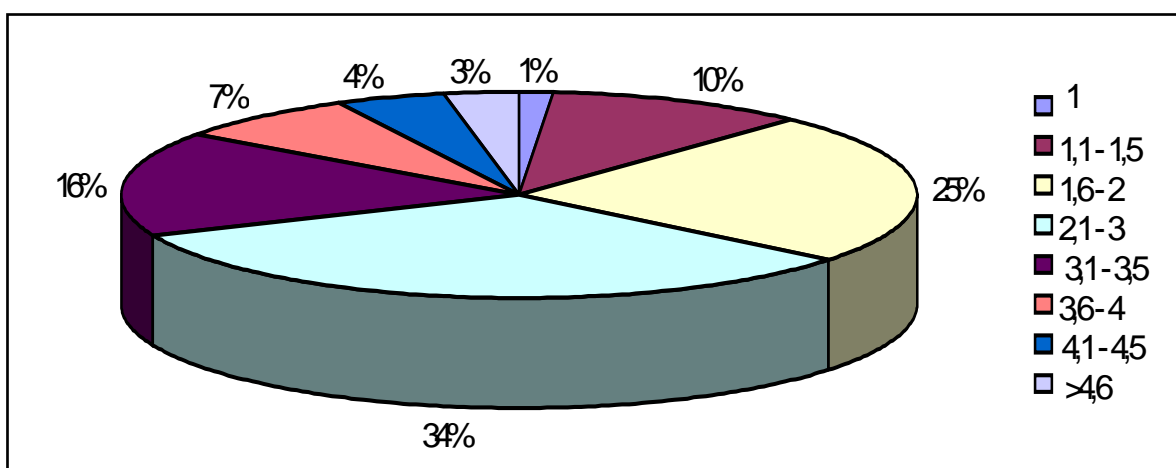
¹⁷² CONDE, Manuel Sílvia Alves - "Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal nos fins da Idade Média", *Arqueologia Medieval*, Número 5, Porto, Ed. Afrontamento, 1997, p. 249.

em Lisboa (entre 5,5 a 7,7 m.), e muito mais distantes dos ocorridos em Évora (entre 4,4 e 6,6 m.) ou em Tomar (3,3, e 5,5 m.)¹⁷³.

3.4.4 Ratios

A predisposição das casas apresenta uma razão média entre largura e comprimento de 2,5, com tendência para o rectangular e alongado¹⁷⁴. Esta predominância parece ter sido vulgar no Norte de Portugal, bem como em muitos outros centros urbanos da Europa medieval¹⁷⁵. Já era menos frequente no sul mediterrânico.

Gráfico 4 – *Ratio* largura/comprimento das casas em Guimarães (1498)



Uma leitura mais pormenorizada do Gráfico 4 permite-nos constatar a maior predominância (34%) de valores da *ratio* largura/comprimento compreendidos entre 2,1 e 3. No entanto, outras *rationes* assumem igualmente valores consideráveis, pelo que a diversificação dos valores para Guimarães é o reflexo das

¹⁷³ *Ibidem*-, p. 249.

¹⁷⁴ Os estudos realizados parecem evidenciar particularismos regionais. A norte, a tendência é para a casa comprida e estreita, manifestando-se em Ponte de Lima, com casas quatro a cinco vezes mais compridas que largas (ANDRADE - *Um Espaço urbano medieval: Ponte de Lima, op. cit.*, , págs. 36 e segs.). Também tendência para o alongado em Lisboa (CONDE - *Arqueologia Medieval, op. cit.*, p. 249). Em Abrantes, verificou-se um maior crescimento na horizontal do que na vertical, tendendo para a rectaguarda (VILAR, Hermínia Vasconcelos - *Abrantes medieval. Séculos XIV e XV*, Abrantes, C.M. de Abrantes, 1988, p. 27). Para Évora, as interpretações não são unânimes, ora considerando o módulo de três varas na construção corrente, sendo que a casa de 3x3 varas e de 6x3 varas (aprox.) representavam 29,8% dos casos, sem se ter definido um modelo típico (SOUSA - *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, *op. cit.*, págs. 68-76), opinião semelhante à de Ângela Beirante (BEIRANTE - *Évora na Idade Média, op. cit.*, p. 163). Opinião discordante tem Sílvio Conte (CONDE - *Arqueologia Medieval, op. cit.*, p. 249) referindo "se concentrar em torno dos valores médios". As casas aproximavam-se mais do quadrado em Tomar, com ratios de 1,1 a 2 em 47% das cinquenta e duas casas consideradas (CONDE - *Tomar medieval (...)*, *op. cit.*, p. 116), e em Torres Vedras metade dos casos apenas excede a ratio de um (RODRIGUES - *Torres Vedras. A vila e o termo (...)*, *op. cit.*, p. 154).

¹⁷⁵ Cf. ROUX, Simone - "L'habitat urbain au Moyen Age. Le quartier de l'Université à Paris", *Annales E.S.C.*, XXIV-5, 1969, p. 1206.

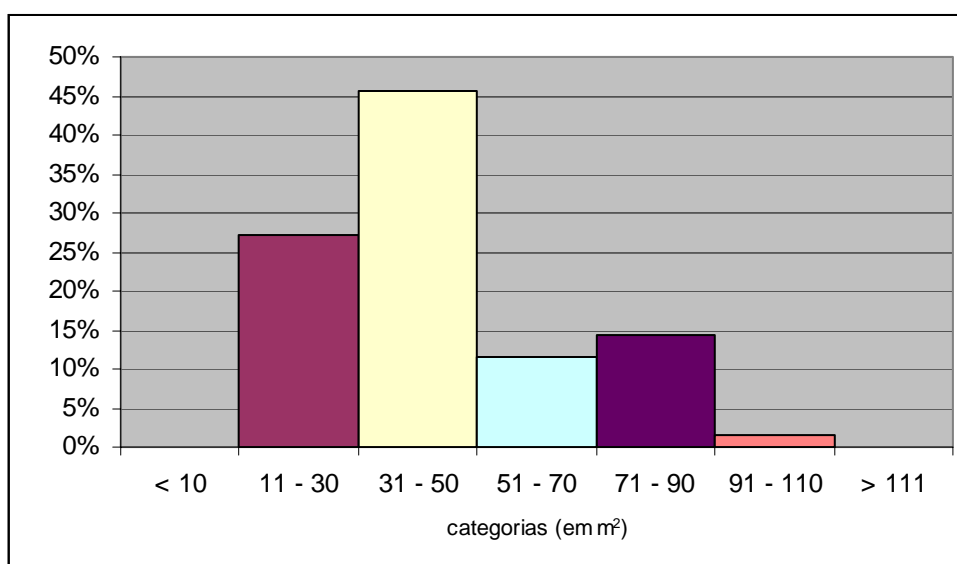
especificidades a nível local. Um pouco mais de metade das casas apresentava *rationes* entre 1,6 e 3, e 71% delas oscilavam entre 1,6 e 3,5.

Também as assimetrias encontradas nas dimensões dos prédios não são um fenómeno estranho, na medida em que, para a análise dos resultados globais das dimensões das casas, entraram para o cômputo as moradas de todas as ruas: tanto as de localização central e de maior densidade habitacional - largura mais exígua, mas de configuração mais estreita e alongada, como as da rua dos Mercadores (*ratio* de 3,6) -, como as de maior espaço para construção, a rua de Gatos (*ratio* de 1,7).

3.4.5 Área

Sem o conhecimento dos valores em altura, as áreas das casas devem ser sempre entendidas como a medida ao nível do chão, havendo, portanto, discrepância entre aquilo que deve ser considerado espaço ocupado e espaço útil, sabendo que a existência de um sobrado, no mesmo espaço ocupado, faz aumentar a área útil. Dado o fenómeno conhecido de nem sempre os sobrados reflectirem a área do piso térreo, e de haver casos em que só a parte dianteira era sobradada, não é lícito multiplicar a área do piso térreo. Depois, há que contar com o vão para as escadas, que subtrai espaço utilizável.

Gráfico 5 - Áreas categorizados das casas em Guimarães (1498)



Nesta amostra, a área da casa, ao nível do chão, atingia valores médios de 44,6 m², que não podem ser considerados valores elevados, atendendo à realidade

nacional verificada em outros estudos, que descrevem o conjunto das casas como sendo de reduzidas dimensões, como o verificado.

Ocupa expressão preponderante o grupo das edificações com uma área que oscilava entre os 31-50 m², com 46% das ocorrências¹⁷⁶. Também são relevantes os 27% de casas com espaço ocupado entre os 11-30 m². Tal significa que, em 73% dos casos, a área dos imóveis em Guimarães variava entre os 11-50 m².

Expressão semelhante tinha Torres Vedras¹⁷⁷, na sua maioria inferiores a 50 m². As áreas para Tomar eram mais elevadas (60 m²)¹⁷⁸.

Valores mais aproximados têm os de Lisboa, onde metade das habitações teriam 40,2 m²; em Óbidos teriam 43,6 m², e, em Alenquer, registaram-se 44,1 m². Para Évora, valores bem mais inferiores: cerca de metade das habitações situavam-se entre os 11 e os 30 m² de área¹⁷⁹.

3.4.6 Exidos

O tom ruralizante do mundo urbano manifesta-se pela presença dos exidos ou quintais. O seu conjunto deveria constituir uma significativa mancha “verde” na paisagem. Este espaço contíguo à casa era aproveitado como prolongamento natural da residência, para a construção de anexos (armazenamento, recolha de animais, tarefas de transformação alimentar – lagares, adegas, palheiros, entre outros) ou para qualquer plantio¹⁸⁰.

Na categoria dos exidos, obviamente as diferenças numéricas são maiores. Falar de uma superfície média dos quintais é um exercício que peca por imprecisão, tantas as discrepâncias em presença.

Em primeiro lugar, devemos referir que nem todas as casas tinham exidos. Daí o desfasamento entre o número de informação colhida sobre quintais e sobre prédios que, no primeiro caso, são cerca de cinquenta e, no segundo, cerca de oitenta.

Obviamente que a disparidade observada pela análise do d.p. e da variância é um reflexo preciso da enorme confluência de diferentes medidas para os exidos, razão pela qual se deve usar o valor da média com grande cautela. Prova disso é o facto da mediana estar relativamente distanciada face à média, reflexo da

¹⁷⁶ Entraram para o cálculo os valores conseguidos para as setenta casas de largura e comprimento simultaneamente conhecidos, uma vez ‘rejeitados’ os casos atípicos.

¹⁷⁷ Na maioria dos casos (66%), os valores eram inferiores a 50 m² (RODRIGUES - *Torres Vedras. A vila e o termo (...)*, *op. cit.*, p. 154).

¹⁷⁸ Em mais de 70% dos casos, variava entre 31 e 90 m² (CONDE - *Tomar medieval (...)*, *op. cit.*, p. 116).

¹⁷⁹ CONDE - *Arqueologia Medieval*, *op. cit.*, págs. 249-250.

¹⁸⁰ Sobre quintais, cf., LE CAILLE, Claire Mabire - “Les jardins de ville et de campagne”, *Art et société en France au XVIe siècle*, Paris, Maisonneuve & Larose, 1999, págs. 119 a 124.

assimetria dos valores. Posto isto, parece-nos mais prudente seguir os valores da mediana. Assim, o mais comum eram os exidos com 5,1 m. de largura e 13,2 m. de comprimento, numa *ratio* de mediana igual a 2,7 (média igual a 3,2), valor este que não contrasta com a tendência média verificada para as casas. Pela assimetria referida, deve ser feita menção à enorme amplitude registada, de 19,8 m. na largura, e de 66,6 m. no comprimento.

Analisando as áreas dos exidos, obtivemos um valor de 146 m² em média¹⁸¹.

Prosseguindo com cálculos numéricos, em Guimarães, a área média total de ocupação de uma casa com seu exido era de 190,6 m².

A globalidade das análises conduz ao problema do ocultar particularidades. Na realidade urbana, essa tendência é por demais evidente. Por exemplo, é óbvio que a expressão 'em média' não serve para representar correctamente todas as ruas. Mas, em face da ausência de elementos informativos em maior número e mais adequados, o meio termo tem a virtude de indicar uma ideia de espaço que, mesmo pecando por insuficiência, não deixa de constituir um elemento de análise com a sua importância.

3.4.7 Cobertura

A partir de finais do século XV, a cobertura em telha vai dominando face ao colmo, a palha e a madeira. As razões da mudança prendem-se, obviamente, com os motivos de maior segurança, isolamento, protecção e resistência, e com o teor estético da paisagem.

Os dez casos em que nos foi possível registar a expressão "telhada"¹⁸² foram insuficientes para tirar conclusões. Todavia, quer pelos estudos já realizados para este centro, quer pelo que sabemos em geral para o país, como para o cenário europeu, na centúria de quatrocentos o uso da telha, nas coberturas urbanas, era já uma realidade predominante¹⁸³.

3.4.8 Evidências de destruição

A presença manifesta da fragilidade da construção urbana medieval revela-se através do significativo número de pardieiros, decorrente do tipo de materiais utilizados na construção. Proliferam, sem dúvida, muitas casas "derribadas", em pardieiro.

¹⁸¹ Em Évora, a área dos quintas era em 70% superior a 100 m² (SOUSA - *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, op. cit., págs. 69-76).

¹⁸² Cinco dessas casas situavam-se defronte da porta travessa de Santa Luzia contra S. Domingos. Eram térreas, alugadas a um ano e estavam destinadas às lázaras (IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 27v/28).

¹⁸³ Cf., FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...)*, op. cit., págs. 561 a 563.

Embora os materiais não fossem registados, conhecemos o predomínio da madeira, do adobe, da taipa, o que explica a celeridade com que o prédio ruía¹⁸⁴.

O abandono a que o espaço foi votado é perceptível pelas expressões “pardieiros que foram casa” ou “jaz no chao e se nom pagua delle nada per quanto ho nam traz nenguem”. Situações como esta ocorreram dezasseis vezes, concentrando-se na rua do Castelo seis registos, sinónimo da progressiva desurbanização da parte alta da vila, à qual já tivemos oportunidade de aludir.

Esporadicamente, chegam-nos vestígios do estado de algum abandono a que as estruturas defensivas se encontravam nesta altura. Uma delas dizia respeito ao derrubamento accidental de uma das torres, presume-se que das muralhas:

“Item ao pee da torre do muro que cayo / estam tres casas fforam moradas / todas tres E quayo a torre e rribou/as E jazem allaguadas com ha / pedra da torre que cayo da torre / e tem per a rrua homze Varas todas tres / de largo emtestam na dita torre Ri / bada”¹⁸⁵.

3.4.9 Renovação urbana

O efeito inverso ao da degradação urbanística é o da edificação de novos espaços. Sob o epíteto de “casas que são novas” ou “casas que as fez de nouo”, surgiram-nos oito registos, havendo a realçar o conjunto de quatro casas localizadas no Toural, espaço situado no eixo de progressão urbana de Guimarães, e prenúncio da centralidade na qual hoje se integra.

Todas as casas novas são de um sobrado, manifestação de uma tendência urbanística que já estava cimentada.

Um destes registos define a conhecida Casa do Arco, situada na rua de Santa Maria, já por nós referida na análise espacial da referida rua.

3.4.10 Intramuros/Arrabalde

Uma compreensão mais pormenorizada da realidade urbana de Guimarães apela à consciência de que cada rua tem as suas próprias características. À luz daquilo que pudemos apreender, parece-nos conveniente proceder à análise quantitativa das casas por ruas, individualizadas segundo um critério de importância urbana.

¹⁸⁴ Cf., *Ibidem-*, págs. 542-543.

¹⁸⁵ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 280v.

Nesta perspectiva, e com vista a minorar os riscos das generalizações, achamos de interesse elaborar valores das dimensões das casas para o espaço intramuros e proceder de igual modo para o exterior da muralha (Tabela 16, p. 89). A hipótese experimental seria, meramente, a de saber se a existência do elemento fisicamente constrangedor das muralhas se reflectia nas dimensões das casas e seus exidos.

Analisando os valores, não se vislumbram diferenças significativas entre as médias das casas, obtidas para os dois espaços diferenciados. O valor médio do comprimento e da largura mantém-se sensivelmente igual (cf. Tabela 16).

As maiores diferenças residem, sobretudo, no aumento das dimensões dos exidos situados fora das muralhas, com uma área, em média, de cerca do dobro da verificada no espaço interno, o que, de modo algum, pode ser considerado anormal¹⁸⁶. Verificam-se, nos arrabaldes, medidas em comprimento que em média ultrapassam em cerca de oito metros o valor para o intramuros (21,6 m. para 13,5 m.), pelo que facilmente se depreende a maior influência que os valores de comprimento dos exidos no arrabalde exercem no cálculo da média global. Neste domínio, as larguras não revelam diferenças significativas.

Tabela 16 –Dimensões das casas e exidos no intramuros e no arrabalde

	Intra-muros				Arrabaldes			
	Casas		Exidos		Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	49	49	28	28	29	37	20	22
Média	9,9	4,4	13,5	6,0	9,7	4,4	21,6	6,8
Mediana	10,5	3,9	10,2	4,4	9,9	4,4	13,4	5,3
Desvio padrão	2,5	1,8	9,2	4,4	2,6	1,2	17,5	4,9
C.V.	26%	42%	68%	73%	27%	26%	81%	73%
Valor máximo	14,9	8,8	38,5	20,9	18,7	7,7	69,3	20,9
Valor mínimo	2,2	2,2	2,8	2,2	5,5	2,8	7,7	1,1
Amplitude	12,7	6,6	35,8	18,7	13,2	5,0	61,6	19,8
Área média	45,4 m ²		93,0 m ²		42,5 m ²		196,5 m ²	
Ratio médio	2,6		2,6		2,4		3,7	
Área média total	138,4 m ²				239,1 m ²			

¹⁸⁶ Como se sabe, os exidos no extramuros faziam a transição do mero quintal para as unidades de exploração mais vastas, como as hortas, ditas almuinhas, e as latadas. A propósito dos exidos, cf., LEGUAY - "Le rôle de la zone péri-urbaine (...)", *op. cit.*, p. 189 a 201, bem como, LE CAILLE - "Les jardins de ville (...)", *op. cit.*, p. 119 a 124.

3.5 Contratos

Bem conhecida a variedade da malha negocial, no que se refere à transferência da propriedade, o carácter vago e não poucas vezes ambíguo da terminologia contratual suscita grandes dificuldades no momento de melhor abordar as tramitações ocorridas¹⁸⁷. As dificuldades surgem, logo, na tentativa de decifrar quem eram os proprietários do imóvel, e quem realmente o habitava, sem referir o desconhecimento do número que compunha o agregado familiar, bem como a identificação de eventuais intermediários no processo e quais os interesses que os moviam.

3.5.1 Emprazamentos

A pesquisa efectuada, neste domínio, revelou o já conhecido: a esmagadora maioria dos contratos são emprazamentos, a menos controversa e melhor definida das formas: um contrato a prazo pressupõe a intenção de uma pessoa em ceder o domínio útil de determinado bem imóvel a uma outra, durante um dado período de tempo, definido normalmente em vidas¹⁸⁸.

Esta fórmula contratual, cujo período de validade envolvia normalmente a duração em vida de duas gerações (ou seja, três pessoas), tornou-se sobretudo comum nos contratos a partir do século XIII, atingindo um período de grande divulgação nos séculos XIV e XV¹⁸⁹. O termo “vidas” deriva, pois, da vigência dos contratos cujo emprazamento perdurava ao longo da vida dos indivíduos.

Na informação recolhida, as vidas sempre foram descritas em número de três¹⁹⁰, o que requeria a identificação das pessoas – no momento do acto ou *a posteriori* -, a quem, com o decorrer do tempo, o contrato ia passando, uma vez ocorrendo o falecimento da vida anterior. Normalmente, o primeiro outorgante era o marido, seguido da mulher e do/a filho/a, ou, na ausência deste último, outra pessoa entretanto a nomear.

A propósito, refira-se ser esta uma das poucas situações que involuntariamente proporcionava à mulher a saída do anonimato informativo a que

¹⁸⁷ Cf. SOUSA - *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, *op. cit.*, p. 66.

¹⁸⁸ O regime regulamentador da concessão de espaços era o enfitéutico, existindo variações quanto às suas formas de aplicação: os emprazamentos (em vidas), os aforamentos (contrato perpétuo e hereditário), os arrendamentos (períodos de tempo mais curtos, normalmente em anos).

¹⁸⁹ «Enfiteuse», in DHP, volume II, p. 380. Ver igualmente BARROS, Henrique da Gama - *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. VIII, Lisboa, Sá da Costa, 1945-1954, p. 159 e segs. (cf., igualmente, nota 204).

¹⁹⁰ Os contratos podiam perdurar em número de vidas entre uma e três, e, em caso excepcionais, quatro vidas ou mais, como o encontrado para Évora (cf. SOUSA - *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, *op. cit.*, p. 103). Embora sem regra definida, normalmente os contratos de emprazamento estabeleciam-se a três vidas.

estava submetida, na maioria dos casos surgindo-nos como “mulher que foi” do marido já finado¹⁹¹.

A recorrência a familiares directos para integrarem o círculo de envolvidos no contrato depreende-se pelo uso frequente da expressão “... casas que foram de X. já finado e que ora são de sua mulher Y, e o prazo he assim na segunda vida...”. A título meramente exemplificativo, apresentamos o seguinte caso:

“... as casas que foram de pero abbade que esta em Rua de gatos que he d erdade do spritall de sam domjnguos e que ora traz per prazo sua filha filipa pirez e sam finados seus pays e may e asy esta em huua vida que he em ella dita filipa pirez...”¹⁹².

Tal significa, em primeira instância, que a duração dos contratos era variável e imprevisível, pois dependia do factor longevidade, sempre impossível de prever. Portanto, era frequente o uso de expressões como: “... e uma vida he ja passada...” – indicando que o contrato ia na segunda vida -, ou ...”e as três vidas são ora vivas...” – no caso dos contratos com a duração ainda no início. Outras variações na forma e em número eram possíveis, como a seguinte: “... e as duas vidas sam ja pasadas e elle he a derradeira...”.

Uma vez terminado o contrato pelo falecimento das três pessoas envolvidas, novo prazo podia ser estabelecido com quem o proprietário melhor entendesse.

3.5.2 Sub-emprazamentos

A prática de sub-emprazamentos detectada em várias passagens, permite clarificar algumas situações relativas ao regime de propriedade e sua forma de administração.

A primeira constatação ocorre quando verificámos que numa casa “que ora traz Joham Afonso de Moura em que vjue gonçallo coronhejro”, o detentor do prazo não coincide com o locatário.

Situações como a referida são frequentes, o que torna importante distinguir entre aqueles que detêm o contrato e os que efectivamente moram ou vivem no prédio. Na base de dados elaborada foi possível constatar que a uma mesma pessoa podem estar associadas várias casas, mas de natureza diferente, sejam de herdade ou emprazadas, de habitação ou sub-arrendamento. O espaço urbano

¹⁹¹ Este pormenor será melhor definido no capítulo referente às ‘Gentes’.

¹⁹² IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, ob. cit, f. 88v.

onde estes interesses se localizam pode variar, não sendo possível detectar zonas de particular incidência.

O que em alguns casos se pode verificar é a distribuição espacial das estruturas de apoio a algumas pessoas. Vejamos alguns exemplos:

Bastião Gonçalves é tabelião e mora numa casa de dois sobrados na rua dos Mercadores, da qual é proprietário João Gonçalves dos Contos. Paga censo à Confraria de Santa Maria da Oliveira catorze reais e três pretos¹⁹³, desconhecendo-se quantas vidas são já passadas, utilizando a expressão própria ao tempo. O mesmo Bastião traz uma casa, desconhecendo-se qual a função do imóvel, situada no Adro de S. Paio, emprazada da Confraria de Santa Maria da Oliveira¹⁹⁴. No mesmo local, paga setenta reais de prazo a este mesmo senhorio por uma cavalaria¹⁹⁵. Ainda por oito reais traz prazo de uma pardieiro na rua de Donais, em segunda vida, desconhecendo-se o proprietário¹⁹⁶.

João Gonçalves, da Escada por alcunha, é ferreiro e é morador numa casa de um sobrado na rua de Gatos, pela qual paga triplamente censo às Confrarias dos Sapateiros, de Santo André e de São Domingos, no valor de vinte reais cada¹⁹⁷, mas da qual não se conhece o proprietário. A mesma pessoa é proprietária de uma outra casa na rua dos Mercadores, da qual paga quarenta reais de censo à Ordem e Gafaria de Santa Luzia¹⁹⁸, com a particularidade de não ser esta a sua residência. Também na rua Sapateira traz uma outra casa de dois sobrados da qual paga igualmente triplo censo às Confrarias de S. Francisco, Santa Maria da Oliveira, e dos Sapateiros, no valor de vinte reais cada¹⁹⁹. Nada mais se sabe. Na impossibilidade de residir em todas as casas simultaneamente, o mais natural será realizar sub-emprazamentos para uma boa gestão imobiliária. A casa que lhe serve de moradia provavelmente é aquela que melhor se adequa às necessidades do seu mester²⁰⁰, compensando o valor a pagar de renda com o que eventualmente recebe do sub-emprazamento das outras casas.

¹⁹³ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 148v.

¹⁹⁴ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 154.

¹⁹⁵ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 147v. A cavalaria tem as seguintes dimensões: 9,9 m. de comprimento, por 2,75 m. de largura. O prazo vai na 1ª vida.

¹⁹⁶ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 253v/254.

¹⁹⁷ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 96v; 179v; 252. Este é mais um caso típico de risco de inflação informativa, pois a mesma casa é relatada por três ocasiões na fonte

¹⁹⁸ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 29.

¹⁹⁹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 40; 148; 179/179v.

²⁰⁰ Como analisado num outro capítulo do nosso trabalho, na rua de Gatos foram registados três ferreiros.

Muitos mais exemplos se poderiam mencionar, mas seria redundante fazê-lo, dado ser matéria bem conhecida²⁰¹.

Uma outra circunstância, onde ocorria acumulação de emprazamentos, dizia respeito àqueles que detinham pelames na zona de Couros, embora neste caso a explicação tenha sentido mais claro.

A dedução da prática de sub-emprazamento parece arriscada quando calculada com base na diferença entre o nome de quem detém o prazo e o nome de quem o paga – por desconhecimento das pessoas que integravam o prazo não sabemos tratar-se de uma das vidas ou de um sub-enfiteuta (cf. Documento 10, p. 140). No entanto, a evidência é inapelável quando se faz referência directa às pessoas envolvidas no negócio, denunciando explicitamente o tipo de operação em causa²⁰².

Seria esta uma prática de negócio imobiliário, inflacionando o preço no “sub-aluguer” para dele retirar uma mais-valia? Quem dela beneficiava: o proprietário, algum intermediário ou o inquilino? Cremos que todos, pelo que já se apurou sobre o assunto.

A prática do sub-emprazamento pode ter a ver com a concepção de prestígio sócio-económico na sociedade urbana medieval e com as características dos contratos celebrados na altura. No primeiro caso, o detentor do domínio real ou *imane*nte de vários prédios urbanos beneficia de uma simbologia de notoriedade e de riqueza. Contudo, sendo impossível habitar em todas as casas, era irremediável a cedência do seu usufruto a outrém, que podia ser um inquilino ou um representante. A transferência desse benefício tinha, à data a que o nosso estudo recai, contornos especiais, quando comparados com a concepção contratual contemporânea: na maioria dos casos, é ao “proprietário útil”, aquele que recebeu o bem do “proprietário directo”, a quem compete a devida administração do imóvel, cuidando da sua conservação, bem como da melhor forma de o rentabilizar, desde que respeite algumas salvaguardas do senhorio²⁰³. Em algumas destas formas de livre disposição do imóvel, caberia o trespasse, na vertente do sub-emprazamento.

²⁰¹ Foram trinta e oito os casos registados onde a uma mesma pessoa se associava mais de um espaço, fosse ele considerado uma casa, um chão, uma cavalariça, um pardieiro, um pelame, ou outras formas.

²⁰² Desta forma, considere-se a situação de uma casa “... que ora traz da maa do dicto gomçalo afomso emprazadas nas suas vidas delle dicto gomçalo afomso joham afomso Criado de fernam de freitas e fez a rrenda per o dicto gomçalo afomso...” (IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fl. 94). Entre outros exemplo possíveis, veja-se o Documento 9, p. 139.

²⁰³ “Teoricamente, quem goza de mais direitos é o *proprietário imane*nte, isto é, o dono do solo urbano; (...) Mas, muitas vezes, os que detém o usufruto dos imóveis [proprietário útil] podem fazer quase tudo com eles – usá-los, partilhá-los, arrendá-los, vendê-los, fazer-lhes todo o tipo de acrescentos e modificações (...) - mas estão numa situação de dependência em relação ao dono do solo”, ver “Regime de propriedade e formas de administração em OLIVEIRA MARQUES *et alii* - Portugal do Renascimento à Crise Dinástica, op. cit., p. 128 e seguintes. Igualmente ponto de referência “A

Muitas das rendas eram afectadas pela desvalorização da moeda ao longo do período de vigência do contrato. Para um proprietário, uma renda podia representar um bom pecúlio no início do contrato, mas, com a crescente desvalorização da moeda, o valor real da renda ia perdendo poder aquisitivo, podendo daí decorrer uma situação de benefício para o foreiro da qual podia extrair dividendos: conseguindo um sub-arrendamento da sua casa por um preço maior ou igual, podia procurar uma moradia de rendas mais baixas, beneficiando da descida dos preços do aluguer das casas e ganhando a diferença.

Mas os possíveis benefícios ou malefícios da desvalorização eram menores do que podem parecer. Os proprietários tinham mecanismos de correcção e é vulgar que se anote: *pago a 500, pago a 700*. Ou seja, actualizava-se o cânone fixo consoante a realidade.

Terá havido alteração na situação de vida do enfiteuta, por casamento ou por mudança de residência, que o forçasse ao sub-emprazamento como forma de manter a casa sem perder o direito de opção sobre ela?

Terá havido receio de sanções pecuniárias e judiciais face ao possível desrespeito do acordo por incumprimento do foro (*comisso*), encontrando assim uma forma de obter o rendimento necessário para cumprimento das obrigações?

A julgar pela infinidade de estudos que versaram o tema e, neste caso, praticamente todos os trabalhos monográficos recentes, para além dos contributos dos historiadores do Direito²⁰⁴, será mais prudente concluir que à diversidade da teia negocial subjazia uma enorme variedade de situações, realidades e interesses.

3.5.3 Aluguer

Como já tivemos oportunidade de aludir, uma das formas que o proprietário imobiliário tinha de atenuar os efeitos nefastos da desvalorização monetária era o aluguer do imóvel, ou seja, a cedência por períodos de ano a ano. Embora não sendo prática usual - pois, como é sabido, a tendência geral dos contratos na Idade Média era o prazo em três vidas -, o registo de alguns casos explícitos de aluguer não podia deixar de ser motivo de reflexão. Tal constitui o indício daquilo a que a reanimação económica e demográfica de algumas cidades, num estado de

administração do património", em SOUSA - *A propriedade das albergarias de Évora (...), op. cit.*, p. 101 e segs.

²⁰⁴ Cf., subordinado ao tema geral dos emprazamentos e conceitos relacionados, COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida - *Origem da enfiteuse no Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957; LOBÃO, Manoel d'Almeida e Sousa de - *Appendice diplomático-histórico ao tractado practico do Direito Emphiteutico*, Lisboa, 1814; LOBÃO, Manoel d'Almeida e Sousa de - *Tractado practico, e critico de todo o Direito Emphiteutico, conforme a legislação, e costumes deste reino e uso actual das naçoens*, tomos I e II, Lisboa, Impressão Régia, 1814; MERÉA, Paulo - "Disposições «pro anima»", *Estudos de Direito Hispânico medieval*, vol. 2, Coimbra, págs. 1 a 4; MERÉA, Paulo - "Emprazamento e aforamento", *Boletim da Faculdade de Direito*, n. 19, Coimbra, 1943, págs. 228 a 237.

maturação, provocará na alteração das tipologias contratuais, passando do hereditário e perpétuo para o curto prazo e temporariamente definido.

Por este modo, era beneficiado o senhorio na medida em que podia proceder frequentemente à actualização da renda e até mesmo mudar de inquilino, fazendo uma gestão mais consentânea com a mentalidade contista, ajustando o valor das rendas em função da oferta e da procura.

Esta opção pelos arrendamentos surgiu-nos apenas em alguns casos. A expressão “anda aluguada cada anno” não deixa dúvidas quanto ao período de tempo de vigência, marcando precisamente a diferença em relação às demais formas de contrato.

Assim era a situação de quatro casas térreas, telhadas, situadas à porta travessa de Santa Luzia contra S. Domingos, no extra-muros, portanto. Eram casas para as lázaras e estavam alugadas, sendo a renda de cento e quinze reais para duas delas, e de setenta e dois reais nas demais duas²⁰⁵.

Uma outra, na rua do Castelo, de *herdade* da confraria de Santa Margarida, se paga dela sessenta reais “e anda haluguada cada anno”²⁰⁶.

Contudo, num dos casos envolvendo o aluguer, os contornos não se apresentam nítidos. Como em muitos outros exemplos, uma casa podia estar sobrecarregada com várias obrigações, limitada, no máximo da sua expressão, à liquidez do prédio. Tal nos foi dado a depreender pela referência a um mesmo espaço estar associado a capelas diferentes. Ocorreu, entre outros exemplos, com uma casa na rua do Castelo, à qual, por duas vezes, o oficial fez menção: uma no inventário da confraria de Santa Margarida, e outra na de S. Francisco.

Apesar de existir o risco dos dados serem repetidamente registados, também existe o lado positivo da questão, pois é mais uma oportunidade para o oficial se poder referir ao imóvel, caracterizando-o em mais alguns pormenores eventualmente omitidos na primeira abordagem. O exemplo que se segue é também disso relevante: um poço no exido a que, numa das descrições, não se fez referência, mas que em outra passagem se complementou (cf. Documento 9, p. 139). De resto, é coincidente a informação de que três quartos da casa pertencem à Confraria de Santa Margarida e o restante à de São Francisco, a qual “estam ssem titollo e andam alugudas cada huum anno”²⁰⁷. Mais adiante, contraditoriamente se

²⁰⁵ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 27v/28.

²⁰⁶ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 280/280v.

²⁰⁷ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 279v/280.

refere que a mesma está emprazada a Pedro Afonso, ferreiro, em três vidas, da qual se paga cento e trinta reais a Santa Margarida (catorze reais e três pretos é o valor do outro quarto a pagar à Confraria de S. Francisco²⁰⁸). Pelo facto de se ter referido estar sem título a casa, talvez por confusão se aludiu ao emprazamento a três vidas. Ou talvez essa confusão não seja mais do que o resultado do estado de desgoverno em que a propriedade vinculada se encontrava, o que justificou a intervenção régia neste processo. Não fora isso, e estaríamos inclinados a pensar que a casa, apesar de emprazada, era sub-emprazada na forma de aluguer anual.

Não terá sido incúria do oficial encarregue de medir as propriedades, poderia simplesmente ter sido mal informado, mas o mesmo exemplo indica mais disparidades ou imprecisões. Com respeito às confrontações da casa, numa passagem se disse que “parte de huuma parte com casas / de pedro afonso ferreiro que sam / de sam troquade”, mas na outra passagem se refere que a casa “per cima partem com casas de sam / torcade que ora traz o cabido”. Esta segunda referência induz em erro, pois o cabido (será o de São Torcato) não traz a sua própria casa, antes a emprazou a Pedro Afonso.

Este tipo de situações não deve ser considerada estranha na zona do Castelo, dado o seu estado de regressão, ao qual já aludimos, encontrando-se, assim, forma de melhor cativar inquilinos.

De uma outra casa, na mesma rua, bem junto à porta dos muros, diz-se que mora Gonçalo Leitão, escudeiro, mas cujo prazo pertence a João Francisco, ferreiro. Como “as vjdas ssam viuas”, não se coloca a hipótese de o inquilino ter recebido o prazo, antes terá celebrado algum tipo de contrato de aluguer cujas motivações e pormenores se perderam na memória²⁰⁹.

Na rua dos Mercadores, surgem duas situações: uma das casas era moradia de Pedro Eanes, sapateiro e “traz por prazo dos filhos de Antão Martins”²¹⁰. Trata-se de uma situação de sub-contrato na forma de aluguer a um ano, cujo pagamento anual era feito directamente ao mordomo e administrador da capela em questão: Duarte Afonso (vinhateiro, também ele morador na rua dos Mercadores), pelo valor de 300 reais. Conjunta a esta, o referido Duarte Afonso trazia uma outra casa, mas, para além das confrontações, apenas se sabe que a trazia “alugada cada ano”²¹¹, sem especificar valores.

²⁰⁸ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 41v/42.

²⁰⁹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 279v.

²¹⁰ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 107v.

²¹¹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 107v/108.

Por fim, uma casa “do morgado em que mora gil lourenço que ualem d aluguer mijl *reais* que estam na çapateira em fromte do poço com sua torre de tras”²¹².

3.5.4 Pagamentos

Em consonância com a prática corrente na altura, o pagamento dos prazos era feito anualmente por dia de São Miguel de Setembro. Era quase a época universal de pagamentos, mesmo havendo exceções²¹³.

Não deixa de ser significativo o facto de se tomar em conta um momento do calendário do ritmo agrícola para o pagamento dos prédios urbanos. A interdependência entre o urbano e o rural também neste aspecto se manifesta, pois por certo muitos dos moradores no intramuros obtinham os rendimentos através de actividades agrícolas, estando, portanto, os seus ganhos dependentes dos ritmos dos pagamentos no mundo rural²¹⁴.

O pagamento do foro expressava-se nas variações monetárias de reais e pretos, em consonância com a equivalência dos sub-múltiplos correspondentes ao sistema monetário português da altura, em termos de moeda de conta, isto é, como valor referencial de pagamento.

Por algumas vezes, e com uma curiosa preponderância na Capela de Gil Lourenço de Miranda e Joana Gonçalves²¹⁵, se fez referência ao pagamento em maravedis, que, como sabemos, se tratava de uma moeda de conta e que correspondia, no Entre Douro e Minho, a 27 soldos ou a 19,3, consoante a conversão era feita a “700” ou a “500”. O seu uso era particularmente frequente no Entre Douro e Minho²¹⁶.

Sendo um período marcado pela depreciação da moeda portuguesa, os proprietários sentiram grandes dificuldades na tentativa de se obter uma equivalência entre moeda circulante e moeda de conta, optando-se nos processos

²¹² IAN/TT, ob. cit, f. 134v.

²¹³ As rendas, em dinheiro ou complementadas em géneros (não de somenos importância dada as necessidades de alimentação das famílias geralmente numerosas), eram pagas por altura das grandes festas litúrgicas (Natal e Páscoa), e nos principais momentos do calendário agrícola: S. João (24 de Junho), S. Maria de Agosto, S. Miguel (29 de Setembro) e S. Martinho (11 de Novembro).

²¹⁴ Era bem conhecida a simbiose campo/cidade, como, aliás, já tivemos oportunidade de referir num outro ponto deste estudo.

²¹⁵ A instituição e estabelecimento deste morgado ocorreu em 1430, confirmado por D. João I (*IAN/TT, Núcleo Antigo, n.º 272, fls. 137v-142*). A relativa proximidade cronológica deste momento com o período de vigor do maravedi poderá estar na causa da preferência para o registo nesta moeda.

²¹⁶ ARAGÃO, Augusto C. Teixeira de - *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governantes de Portugal*, Vol. I, 2ª ed., Porto, Livraria Fernando Machado, 1963, págs. 31-32, 35 e 207. A propósito da região do Entre Douro e Minho, veja-se, FERRO, Maria José Pimenta - *Estudos de história monetária portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, s.e., 1974, p. 52.

de emprazamentos pelo uso de uma moeda de valor mais seguro e estável, e que desse mais garantias a médio prazo²¹⁷. O valor do maravedi em relação à libra gozava de uma maior estabilidade, ao contrário do valor do real.

Esta preocupação pode ser apreciada por uma passagem na fonte, em que se faz alusão ao valor cambial do maravedi, ocorrida na descrição de uma casa na rua do Castelo: "... E pagua dellas / em cada huum anno huum maravedy / que sam vijnte e sete reais esto per sam miguel / de setembro"²¹⁸.

Devido às sucessivas quebras monetárias e correspondentes conversões da moeda, era, portanto, natural que se procurasse assentar no acto da realização de um documento o valor cambial monetário à data da elaboração do mesmo, para salvaguarda dos interesses das partes contratantes, sem nunca se poder evitar a ambiguidade de sentimentos por alturas de variação da moeda: quando a mesma desvalorizava, beneficiava o foreiro em contraste com o proprietário; a realidade invertia-se em momentos de alta financeira²¹⁹.

O real branco (mas preto de cor) surge no sistema português como moeda de conta pela reforma monetária de D. Duarte, em 1435/36, existindo de um modo efectivo até 1460, e, posteriormente, apenas como moeda de conta²²⁰.

Com esta reforma, igualmente se fixou a equiparação entre moeda de conta e moeda real, tendo sido abandonado o sistema de contagem assente na libra, que se sub-dividia em vinte soldos, valendo cada um destes por sua vez doze dinheiros²²¹. Com a conversão do sistema antigo para o novo, uma libra corresponderia a vinte reais brancos, e cada um destes a um soldo ou dez reais pretos. A cada real preto equivalia um dinheiro²²².

²¹⁷ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Estudos de história monetária portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, s.e., 1974, págs. 50 e segs.

²¹⁸ IAN/TT, ob. cit, f. 279. O referencial de vinte e sete reis para um maravedi aparece igualmente em alguns dicionários, como, por exemplo, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Cândido de Figueiredo, ou no *Dicionário de Moraes*.

²¹⁹ Em alguns casos até, ficam salvaguardados os interesses do proprietário ao ficarem estabelecidas no contrato cláusulas que contemplem a variação cambial (ver TAVARES - *Estudos de história monetária (...)*, op. cit., pág. 51, nota 23.

²²⁰ TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - "Subsídios para o estudo da História monetária do séc. XV (1448-1495)", *NVMMVS*, Vols. IV/V/VI, II Série, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1981-83, p. 19.

²²¹ "...e pagase dele em cada huum anno vinte Reais que sse soyam a chamar vinte soldos...", in IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 174v.

²²² Ver questões relacionadas com a reforma monetária em MARQUES, A. H. de Oliveira - "A moeda portuguesa durante a Idade Média", *Ensaios da História medieval portuguesa*, 2ª edição, Editorial Vega, 1980, págs. 195-220, como também do mesmo autor OLIVEIRA MARQUES - *Portugal na crise (...)*, op. cit., p. 211 e segs. Consultar também GODINHO - *Os descobrimentos (...)*, op. cit., págs. 126/127, e ainda TAVARES - *Estudos de história monetária (...)*, op. cit., págs. 39-41. Também de salientar, TAVARES - Subsídios para o estudo (...), op. cit., , págs. 9-59, sem esquecer ARAGÃO - *Descrição geral e histórica (...)*, op. cit., .

O pagamento de uma pensão, ou seja, em géneros, não foi prática normal encontrada na fonte, embora se tivessem registado casos em que o pagamento em moeda foi igualmente acrescido de duas galinhas, ou, num único caso, de um almude de vinho pelo Natal. Era prática comum fixar o foro devido pelo emprazamento, pago por São Miguel de Setembro, acrescido de um cânone em géneros, a pagar pelo Natal: normalmente uma ou duas galinhas, ou um capão. Este pequeno acréscimo radica nas *Direituras*, funcionando como uma espécie de reconhecimento do proprietário, no quadro das relações feudalizantes.

Sem outra consideração para além da curiosidade, a modalidade de pagamento em géneros teve uma predominância na Judiaria, onde, a par destes, se efectuou igualmente um pagamento em reais e mais quatro varas de tré²²³.

De resto, como na maioria dos centros urbanos portugueses, o uso da forma monetária como meio de pagamento era prática preferida tanto no espaço urbano como no periurbano, sinónimo evidente da vitória da economia monetária²²⁴.

3.5.5 Prazo/Censo

Uma outra questão que importa mencionar é a distinção do pagamento nas vertentes de prazo e de censo. A uma casa apenas podia estar atribuído um prazo, mas a mesma podia estar sobrecarregada com outros ónus, os censos.

As obrigações censitárias advieram da instituição de *aniversários* ou *doações pro anima*, no fundo, vontades expressas por um testamentador em prol da perpetuação da sua memória, fazendo sobrecair sobre um seu imóvel um encargo bastante que garantisse a celebração de certos ofícios religiosos²²⁵. À medida que o imóvel ia sendo objecto de transacção, os encargos acompanhavam-no no tempo, sendo uma responsabilidade inerente ao novo dono ou inquilino, pagos anualmente no tradicional momento estabelecido na época, o São Miguel de Setembro.

Existem casas triplamente oneradas, parecendo pertinente a questão, como atrás referimos, de saber se o limite de censos que podia impender sobre um dado imóvel podia, teoricamente, acompanhar o limite do rendimento anual do prédio.

Nos dados recolhidos, os censos eram bastante diversificados quanto aos valores, mas semelhantes quanto à forma. Com efeito, a grande variação nominal não permite obter qualquer montante típico, havendo encargos bastante baixos (três reais e seis pretos²²⁶), e outros bem mais elevados (cento e seis reais²²⁷).

²²³ Uma espécie de tecido antigo (MORAES (Silva), António de – *Novo Dicionário da língua portuguesa*, 7ª ed., 5 vols., s/l, Editorial Confluência, Lda., 1992).

²²⁴ Tal é o caso para Évora (SOUSA – *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, op. cit., p. 111).

²²⁵ Cf., MERÉA – "Disposições «pro anima»", op. cit., p. 1 a 4.

²²⁶ Numa casa de um sobrado, na rua da Sapateira (IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 39v).

Entre estes valores se situavam, de modo distinto, os restantes encargos censitários. Quanto à forma de pagamento, a opção pela moeda era quase na totalidade a preferida, exceptuando um caso em que a obrigação era cumprida na forma de um almude de vinho²²⁸ e, num outro, em duas galinhas²²⁹.

No geral, podemos admitir que os valores associados aos censos foram inferiores aos dos prazos, embora haja alguns casos particulares em que o inverso se verificava.

²²⁷ Numa casa da Judiaria (IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 148v).

²²⁸ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 42/42v.

²²⁹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 130v.

Capítulo 4

As Gentes

4. AS GENTES

Nunca é demais salientar que a informação obtida corresponde a uma visão assaz truncada do universo do espaço e das gentes de Guimarães, orientada sob um fim específico. Reconhecemos que o rol de mesteres evidenciados na fonte não cobre o mundo do trabalho em Guimarães. Como exemplo disso, podemos referir que a presença do padeiro não se fez alguma vez notar, bem como a do pedreiro, actividades que, a par de tantas outras, compreendiam o universo laboral do tempo.

Tal como hoje, na Baixa Idade Média a actividade humana não só detinha um pendor económico relacionado com a angariação de riqueza para sustento próprio e familiar, como igualmente era sinónimo de identidade social. Dizia-se de 'alguém' que fazia 'aquilo', surgindo a actividade exercitada como algo concatenado ao conjunto onomástico. Embora o hábito de justapor ao nome a actividade ou ofício desempenhado seja normalmente entendida como uma prática processual para despistagem de homónimos, é inegável que esse dado, quando registado, servia ao mesmo tempo de identificador e diferenciador para quem o ouvisse²³⁰. No palco social, onde se disputavam importantes forças pautadas pela actuação nobre e aristocrática, as tentativas de alcançar uma via de promoção social pareciam ser perseguidas como um objectivo importante, num modelo onde a diferenciação social era omnipresente, mesmo entre cada um dos diferentes grupos sociais²³¹.

Elaborar capítulos distintos dedicados aos 'Espaços' e às 'Gentes' não significa querer cortar a relação umbilical que os une no seio da sociedade urbana. A representação dos grupos sociais está fortemente relacionada com a organização do espaço numa relação biunívoca, de forma mais ou menos espontânea, podendo ser perceptível pela análise dos grupos sociais o seu enquadramento dentro do espaço urbano.

Mais complexa é a percepção dos tipos de organização humana, representados sob a forma de grupos de vizinhança, paróquias, confrarias, congregação de um mester, dicotomia intramuros/arrabaldes ou centro urbano/campo. E, é claro, sem esquecer a forma natural de associação, a família²³².

²³⁰ "Les artisans, boutiquiers et gens de métier, ont réussi à se faire reconnaître au sein de la société urbaine", ROUX - *Le monde des villes (...)*, *op. cit.*, p. 149.

²³¹ *Ibidem-*, págs. 82 e segs.

²³² A evolução da antroponímia permite servir de identificativo: se durante a Alta Idade Média a designação da pessoa era em norma por único nome, a partir do séc. XII se utiliza um novo sistema da dupla apelação: o nome de baptismo e o patronímico. Daqui resulta a percepção da evolução familiar (cf. *Ibidem-*, p. 51).

Perceber a complexidade das actividades é poder traçar a matriz da sociedade medieval. Embora não se conheça para o caso português a força das corporações, como as congéneres da França, da Flandres ou Itália²³³ – onde a ‘etiquetagem’ social de um indivíduo era fortemente definida pela corporação profissional a que pertencia²³⁴ –, o sentimento de identidade social pôde ser perceptível pela existência de confrarias subordinadas a um labor específico, não tanto de carácter profissional e regulador da actividade – antes de socorro e assistência mútua²³⁵ –, mas, mesmo assim, congregada a um ofício ou grupo de ofícios²³⁶. Contam-se, para inícios do século XIII, as primeiras confrarias portuguesas conhecidas: a dos ferreiros (1229), a dos mercadores, sapateiros, carnicheiros pela mesma altura²³⁷. A congregação de actividades em mesteres constituía uma estrutura basilar no seio da sociedade urbana medieval: a sua orgânica interna, as relações com as sub-actividades do mesmo ramo e com aquelas colaterais, a dinâmica dos meios de produção, a relação com o entorno físico, os graus de honorabilidade entre cada mester²³⁸ constituíam forças-motriz de uma dinâmica social própria, mutável, e, ao mesmo tempo segregacionista, pois não podemos esquecer a diferenciação sexual, o leque de actividades consideradas menores, o grupo dos não-qualificados, o forte contingente dos pobres e miseráveis.

²³³ Apesar de reconhecidos pelo rei e municípios a partir da Crise de 1383-85 em localidades como Lisboa, Santarém, Évora, Coimbra, Porto, Guimarães e Tavira, os conselhos profissionais foram perdendo peso político, à excepção da capital. Só mais tarde se reorganizariam em corporações, sendo o regimento das corporações mais antigo o dos borzegueiros, sapateiros, chapineiros, soqueiros e curtidores de Lisboa, datando de 1489, e posteriormente reformado em 1569 por D. João III (cf. KRUS, Luis - "Corporações", *Dicionário Ilustrado da História de Portugal* (Publicações Alfa), vol. I, Lisboa, 1985, P. 158; CRUZ, António - "Corporação", *Dicionário de História de Portugal* (Livraria Figuerinhas), vol. I, Porto, 1990). Sobre corporativismo, cf., CARVALHO, A. L. de - "O corporativismo medieval português", *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval, Bracara Augusta*, Número especial, vol. XIV-XV, N. 1-2 (49-50), Tomo I, Braga, 1963, págs. 177 a 183.

²³⁴ "Para além disso, as diferenças de estatuto, de origem, de condição, em suma, de qualidade, provocavam divisões que se sobrepunham às de fortuna, o que não impede que o modelo social cidadão seja o burguês e que o critério de diferenciação social seja o dinheiro", ROSSIAUD - "O cidadão e a vida na cidade", *op. cit.*, p. 105.

²³⁵ "Nelas se encontra a família artificial, os laços de afeição mútua e solidariedade que reconduzem a segurança dos homens", COELHO - "As confrarias medievais (...)", *op. cit.*, p. 157.

²³⁶ Para a temática das confrarias em Portugal, existem alguns estudos de referência: BEIRANTE - *Confrarias medievais (...)*, *op. cit.*, ; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - "Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos", *Estudos Medievais*, n. 8, Porto, 1987, págs. 55 a 72. Versando sobre a congregação de mesteres em confrarias, um pouco por toda a Europa Ocidental, cf., LEGUAY, Jean-Pierre - "La confrérie des merciers de Rennes au XV^e siècle. Contribution à l'histoire économique et sociale de la ville de Rennes", *Francia*, Munique, Band 3 (1975), 1976, págs. 147 a 219; STOUFF, Louis - "Une confrérie arlésienne de la première moitié du XV^e siècle: la confrérie de Saint-Pierre de Luxembourg", *Provence Historique*, fasc. 93-94, tome XXIII, Juillet-Décembre, 1973, págs. 339 a 360; VÉNARD, Marc - "Les confréries de métiers dans le Comtat Venaissin, au XVI^e siècle", *Provence Historique*, fasc. 103, tome XXVI, Janvier-Mars, 1976, págs. 65 a 82.

²³⁷ OLIVEIRA MARQUES, A. H. - *A sociedade medieval portuguesa*, 3^a edição, Lisboa, Sá da Costa Ed., 1974, p. 169.

²³⁸ Apesar da possibilidade de generalização, o ordenamento dos mesteres, desde o menos socialmente considerado até aos do topo, não deve ser entendido como um modelo de interpretação à escala global das sociedades urbanas: o desenvolvimento de novas actividades, como a metalurgia, o incremento comercial e a ausência de certas actividades de região para região reduzem as interpretações a um nível relativo e local.

4.1.1 A particularidade dos elementos informativos

Como já foi mencionado, são quase inexistentes outros elementos identificadores para além do nome, que, só por si, pode ser muito pouco esclarecedor dada a profusão de homónimos²³⁹. Eventualmente, em associação ao nome, surgem como auxiliar de identificação a profissão ou cargo exercido, ou a sua categoria social²⁴⁰, ou mesmo um qualquer outro elemento distintivo, como sejam o estado civil²⁴¹ ou o grau de parentesco²⁴². Mesmo assim, o segredo a que nos remete a ausência de dados é em proporção significativa.

Num estudo desta natureza, onde a informação nos aparece de modo quase que avulso, não podemos deixar de referir as várias situações em que enfrentámos a incerteza de uma mesma pessoa estar registada em dois ou mais momentos diferentes. Pobreza na antroponímia ou mera duplicação? A informação recolhida não é suficientemente esclarecedora quanto a este aspecto, dada a exiguidade de dados com que nos premeia, restando-nos a possibilidade de filtrar a informação em busca de réplicas. Uma mesma pessoa pode ter interesses económicos em mais de um local, e, por esse modo, aparecer identificada em mais de uma ocasião, resultando daqui uma hiperbolização dos números com os quais iremos tecer interpretações, podendo contribuir para a formulação de falsos pressupostos acerca do universo dos homens de Guimarães.

As tecnologias da informação de que dispomos permitem suavizar esta questão, embora não a contornando por completo. A informação colhida e correctamente ordenada numa base de dados relacional permite a confrontação de elementos, quando agrupados por um nome de pessoa, de uma casa ou de uma rua. Nos casos em que a informação coincide, como, por exemplo, quando duas casas numa mesma rua e com as mesmas características aparecem atribuídas a uma pessoa com nome idêntico, mas identificada em fólios diferentes, a lógica da semelhança possibilita-nos concluir pela eliminação de um dos registos. Esta tarefa ulterior de confrontação vem beneficiar o nosso estudo, na medida em que muitas vezes autoriza completar com informações os registos individuais das pessoas e das casas. O contador, na sua tarefa de calcorrear, para que “ouuese de medir todallas

²³⁹ FERREIRA - *Uma rua de elite (...)*, op. cit., p. 187; GONÇALVES, Iria, «Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia» em *Um olhar sobre a cidade medieval*, Patrimónia Histórica, Cascais, 1996, p. 45; RODRIGUES - *Torres Vedras. A vila e o termo (...)*, op. cit., p. 282.

²⁴⁰ Porque fora do âmbito do nosso estudo, não tratamos a informação relativa à categoria social. No entanto, aqui deixamos as ocorrências: dezassete escudeiros, e três cavaleiros; nas dignidades religiosas, seis cônegos, dois clérigos e um capelão.

²⁴¹ “Item outro pellame que traz a Veuva do castelo”, IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 175.

²⁴² Por exemplo, “as casas que traz a filha que foy da Robalinha”, IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 133v, ou ainda a referência à “Irmaa do conego martim lourenço”, *ibidem*, f. 154; Um outro exemplo que serviu para designar diferentes graus de parentesco: “Item as casas que trazia o genro de Ludiça”, logo seguido de “Item outras casas que trazia seu filho”, *ibidem*, fls. 134v/135.

capellas secesooes gafarias da dita comarca”, não se orientava segundo um critério uniformizado por ruas, mas antes de acordo com a ordem das capelas instituídas. Ora, tal fazia com que, decorrido algum tempo, se tivesse de voltar a uma rua previamente percorrida, para registar outras casas ou uma mesma casa, dado não serem poucas as ocorrências em que estas estavam sobrecarregadas com mais de uma obrigação, como já tivemos oportunidade de referir. Como um outro exemplo, temos a casa na rua de Gatos onde mora João Gonçalves da Estrada, ferreiro, que paga vinte reis de censo a cada uma das Confrarias dos Sapateiros, de Santo André e de S. Domingos. Portanto, ocorrem na fonte três referências a esta casa²⁴³, tantas quanto o número de capelas às quais estava «obrigada».

Situação idêntica ocorreu com a casa telhada onde mora João Afonso, sapateiro, situada na rua Sapateira, que paga de censo dez reais à Confraria dos Sapateiros e nove reais à Confraria de S. Francisco²⁴⁴.

4.1.2 A oculta presença da mulher

Os indicadores das actividades referem-se na sua quase totalidade aos homens, escapando-nos as ocupações dos restantes elementos da família, designadamente da mulher, mas também dos filhos jovens ou de outros familiares relacionados. Apesar das informações quantitativas não o demonstrarem, é sabido que à mulher cabia um importante papel no mundo do trabalho, sendo difícil fazer a despistagem dessa existência, a não ser quando o cruel motivo familiar da viuvez a fazia honrar na coluna dos ‘figuráveis’²⁴⁵.

Tal como no estado civil, e mantendo o enquadramento familiar como unidade de produção, a actividade laboral da mulher era um prolongamento daquela desempenhada pelo homem a quem estava dependente, fosse ele o marido, pai, irmão ou qualquer outra elemento masculino²⁴⁶.

²⁴³ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 96v; 179v; 252.

²⁴⁴ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fs. 39v; 178v.

²⁴⁵ "(...) *Os homens da Idade Média conceberam, durante muito tempo, «a mulher» como uma categoria. (...) Quer se trate de esposas, viúvas ou virgens, a personalidade jurídica e a ética quotidiana foram delineadas em função de um homem ou de um grupo de homens*", KLAPISCH-ZUBER, Christiane - "A mulher e a família", *O homem medieval* (dir. de Jacques Le Goff), Lisboa, Ed. Presença, 1988, p. 193. Uma outra obra de referência para o trabalho feminino nas cidades, cf., KLAPISCH-ZUBER, Christiane (dir. de) - *História das mulheres - A Idade Média*, vol. 2, Lisboa, Ed. Afrontamento, 1993. No caso específica das viúvas, cf., COLLANGE, Lise - "Veuves et stratégies matrimoniales à Venise à la fin du XV^e siècle et au début du XVI^e siècle", *La ville au Moyen Âge* (sous la direction de Noel Coulet et Olivier Guyotjeannin), Paris, Éditions du CTHS, 1998, págs., 353 a 363. Ver, de igual modo, PEREZ DE TUDELA Y VELASCO, María Isabel - "La condición de la viuda en el medievo castellano-leones", *Las mujeres en las ciudades medievales. Actas de las III jornadas de investigación interdisciplinaria. Seminario de estudios de la mujer*, Madrid, Universidad Autónoma, 1984, págs. 87 a 101.

²⁴⁶ Para Florença, e referente à segunda metade do século XIV, a viuvez era, normalmente, a condição principal para o surgimento da mulher como chefe de família. No caso das mulheres celibatárias, a

Do total de registos, quarenta e um referem-se a mulheres, sendo quatro destas já finadas, e onze delas referidas como viúvas. Contudo, mesmo com o falecimento do marido, não era obrigatórias a emancipação social e a aquisição de uma identidade própria, pois em catorze casos a referência manteve-se, ainda assim, em forma de “mulher de...” ou “filha de...”, ou mesmo, por exemplo, “viúva da Torre Velha” ou “viúva do Castelo”, não sendo sequer dado a conhecer o seu nome²⁴⁷.

Entre o nosso universo, apenas se conhece a actividade de duas mulheres: Inês Afonso, tecedeira, viúva de Gonçalo Afonso, que morava numa casa na rua de Gatos cujo prazo ia já na segunda vida, como se depreende²⁴⁸. A outra, Constança Eanes, tendeira, tinha um sub-prazo em segunda vida também na rua de Gatos (provavelmente já enviuvava)²⁴⁹.

É de aceitação geral que a mulher dispunha de formas de proveito doméstico sob a forma da confecção de vestuário ou outros acessórios têxteis, trabalhando sob encomenda. Diversos estudos revelam que este sector é referido como o que mais evidencia a presença feminina no trabalho²⁵⁰. No entanto, a realidade seria bem diversa. A participação da mulher no trabalho produtivo era muito mais activa, ainda que os documentos dificilmente o deixem entrever. Em Portugal, como em toda a Europa Ocidental, há notícias do trabalho feminino ligado ao pequeno comércio retalhista das cidades (regateiras, vendedeiras, taberneiras, tendeiros e merceiras, entre outras), bem como em outros domínios, como candeieiras, alfaiatas ou labutando na construção civil, por exemplo²⁵¹.

ocupação exercida representava uma acrescida valia com identificador público. Nesse estudo, o conjunto das actividades remuneradas associadas a mulheres chefes de família revelava uma marcada divisão sexual do trabalho. A questão da sobrevivência financeira da mulher, acentuada em caso de perda do marido, levanta a questão das possíveis fontes de sustento. Para Florença, no estudo já citado, a menor referência a actividades remuneradas no caso das viúvas ter-se-á devido a razões de sustento provenientes de uma pensão matrimonial. (cf. STELLA, Alessandro - *La révolte des Ciompi. Les hommes, les lieux, le travail*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1993, págs. 179 e segs.). Para Sevilha, o anonimato dos ofícios das mulheres foi aumentando progressivamente na ordem dos 26% em 1384, para 65,4% em 1533 (COLLANTES DE TERAN, Antonio - *Sevilla en la baja Edad Media. La ciudad e sus hombres*, 2ª. ed., Sevilla, Servicio de Publicaciones del Excmo. Ayuntamiento, 1984, p. 307).

²⁴⁷ Para Ponte de Lima, mais da metade das mulheres conhecidas eram viúvas ou solteiras (ANDRADE - *Um Espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, op. cit., p. 171 e nota 184, p. 189).

²⁴⁸ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 90/90v.

²⁴⁹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 93v.

²⁵⁰ RODRIGUES - *Torres Vedras. A vila e o termo (...)*, op. cit., p. 316; COLLANTES DE TERAN - *Sevilla en la baja Edad Media (...)*, op. cit., p. 316; COELHO, Maria Helena da Cruz - "A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas", *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI. I - Notas do viver social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 45.

²⁵¹ O papel das mulheres nas cidades medievais portuguesas, em linhas gerais, foi traçado recorrendo a documentos específicos, em particular, aos livros de vereações e das posturas municipais (cf., COELHO - "A mulher e o trabalho (...)", op. cit., p. 38 e segs., em especial a nota 4 para a documentação). Para um enfoque feminino do quotidiano, cf., RODRIGUES, Ana Maria S. A.; FERREIRA, Maria de Fátima Moura - "Mulheres portuguesas em Marrocos. Imagens do quotidiano feminino nos séculos XV e XVI", *O rosto feminino da Expansão Portuguesa, Congresso Internacional*, Lisboa, 1994, págs. 417 a 431. Para o universo da construção na França em geral, cf., BERNARDI, Philippe - "Pour une étude du rôle

Por vezes, estas ocupações femininas estavam directamente relacionadas e eram complementares das do marido, como a mulher do sapateiro que pode trabalhar na cosedura ou na venda do produto em si. Noutros casos, a ocupação era diferenciada da do marido, como a mulher de um carnicheiro que era padeira. Note-se, ainda, que algumas ocupações eram predominantemente femininas, como as regateiras²⁵².

De resto, tem-se desenvolvido a ideia que o modelo da mulher em grande medida excluída do trabalho e remetida para a domesticidade corresponde a um fenómeno da sociedade burguesa da Revolução Industrial, resultado de um processo desenvolvido desde o século XVI/XVII. Ou seja, os séculos XIII e XIV, com prolongamentos para o XV, teria sido um período de maior variedade e importância do trabalho feminino, comparativamente com épocas posteriores²⁵³.

4.1.3 O vislumbrar de resultados

Decorrente do nosso estudo, obteve-se um total correspondente a 413 registos de pessoas. A percentagem de quem se conhece a situação sócio-profissional - isto é, aquelas pessoas que apareciam identificadas com um qualquer elemento a seguir ao nome, fosse ele uma actividade, um ofício ou a categoria social -, é de 47%. Esta cifra é considerada no estado mais refinado, após a extracção de catorze casos em que a uma mesma pessoa se associava mais de um indicador, bem como as quarenta e sete referências a pessoas já finadas²⁵⁴. Nas cinco referências a 'Mestres', apenas num caso se especificou ser 'da gramática', pelo que só esta entrou para o quadro geral das profissões²⁵⁵. As restantes, tal

des femmes dans le bâtiment au Moyen Âge", *Provence Historique*, Fascicule 173, 1993, págs. 267 a 278. Cf., de igual modo, para Espanha, em particular Madrid, AL-MUDAYNA, A. C. - "Presencia economica de la mujer en el bajo medievo madrileño", *El Madrid medieval. Sus tierras y sus hombres* (Ed. de Juan Carolos de Miguel Rodríguez), Madrid, A. C. Al-Mudayna, 1990, págs. 123 a 133

²⁵² Cf., MATE, Mavis E. - *Women in Medieval English Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, págs. 46 a 56; ASENJO GONZÁLEZ, María - "Las mujeres y el trabajo en las ciudades de la Corona de Castilla (siglos XIII-XV). Integración marginación", *La donna nell'economia secc. XIII-XVIII* (dir. Simonetta Cavaciocchi), Prato, Istituto Internazionale di Storia Economica «F. Datini», 1990, págs. 553 a 562.

²⁵³ Cf., OPITZ, Claudia - "A vida quotidiana das mulheres na Baixa Idade Média (1250-1500)", *História das mulheres no Ocidente - Idade Média* (dir. de Christiane Klapisch-Zuber), tomo II, Lisboa, Afrontamento, 1993, p. 390; ASENJO GONZÁLEZ - "Las mujeres y el trabajo en las ciudades de la Corona de Castilla (siglos XIII-XV). Integración marginación", págs. 561-562.

²⁵⁴ No estudo de Ponte de Lima, a cifra de quem se conhece a categoria sócio-profissional resume-se a uns "exiguos" 5%, correspondendo, nos dizeres da autora, "a uma imagem redutora da sociedade limiana", dado que "os inquiridores régios, na sua busca dos proprietários das casas não procederam ao registo sistemático das profissões" - ANDRADE - *Um Espaço urbano medieval: Ponte de Lima, op. cit.*, p. 188, nota 176.

²⁵⁵ "Quando mais nenhuma indicação aparece junto do nome pessoal e à palavra mestre, fica-se desconhecendo a verdadeira profissão, caindo no erro muitas vezes, ou, o que é melhor, persistindo na dúvida" (PINA, Luis de - "Franciscanos e Dominicanos nos hospitais vimaranenses da Idade Média", *Boletim Mensal da Ordem Terceira*, Braga, Edição do "Boletim Mensal", 1929, p. 16-17).

como na três alusões a 'Doutor', foram interpretadas como meros indicadores sociais de prestígio.

Nesse total de cento e noventa e cinco (47%), em cento e vinte e quatro delas apareceu associada ao nome a ocupação por ela exercida, correspondendo a sensivelmente 30% do universo. Em trinta e cinco casos constava como elemento auxiliar identificativo o ofício público (8%) e em trinta e seis a categoria social (9%).

Registaram-se, também, algumas ocorrências onde a profissão exercida constituía a única forma de identificação de uma pessoa, num caso concreto "o bucheiro"²⁵⁶. Num outro, a referência a uma pessoa era apenas a da ferradeira²⁵⁷, e noutro havia a referência a Gonçalo Rodrigues, escudeiro e filho do mestre da gramática²⁵⁸.

Um outro aspecto, embora de menor relevância para o cômputo geral dada a ténue expressão numérica, é o facto de, em seis casos, a mesma pessoa ter duas funções, sendo uma delas sempre um ofício público²⁵⁹.

Tal especificidade torna escassos todos os cuidados a tomar na definição da pluralidade das actividades humanas, sendo preferível, em certas situações, o uso das expressões 'ocupações' ou 'actividades', em vez de 'mesteres' ou 'profissões'²⁶⁰.

A priori, excluimos qualquer tentativa de relacionamento das actividades inventariadas, optando pela simples realidade do universo laboral que nos foi possível definir²⁶¹.

²⁵⁶ "Item em Rua de gatos das casas que traz o bucheiro com suas ortas", IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 130v.

²⁵⁷ "(...) e contra casas que foram de Gomez afonso e trazeas emprazadas a ferradeira em hua vida (...)", IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 152.

²⁵⁸ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 499v.

²⁵⁹ As associações foram as seguintes: mercador/escrivão; vinhateiro/mordomo; soqueiro/escrivão; sapateiro/escrivão; seleiro/memposteiro; atafoneiro/memposteiro.

²⁶⁰ Como bem refere STELLA - *La révolte des Ciompi (...)*, *op. cit.*, p. 158 e seguintes. O uso do vocabulário, a sua origem semântica e a cronologia da sua utilização são essenciais à compreensão histórica, defendendo que na Idade Média a compreensão da terminologia se deva resumir ao sentido simples do termo, muito menos abrangente do que na concepção actual, como para os casos de 'trabalho', 'mester', 'profissão'.

²⁶¹ O agrupamento por sectores de actividade foi objecto de análise num momento mais adiante (cf., Tabela 19, p. 115).

Tabela 17 - Ocupações (por ordem numericamente decrescente)

	Número de casos	%	(continuação)	Número de casos	%
Sapateiro	38	30,6	Seleiro	2	1,6
Ferreiro	15	12,1	Borzegueiro	2	1,6
Mercador	8	6,5	Mestre da Gramática	1	0,8
Ferrador	6	4,8	Tendeiro	1	0,8
Correeiro	5	4,0	Tendeira	1	0,8
Carniceiro	5	4,0	Carpinteiro	1	0,8
Barbeiro	5	4,0	Rendeiro	1	0,8
Bainheiro	4	3,2	Bucheiro	1	0,8
Vinhateiro	3	2,4	Picheleiro	1	0,8
Almocreve	3	2,4	Estalajadeiro	1	0,8
Coronheiro	3	2,4	Soqueiro	1	0,8
Alfaiate	3	2,4	Tecedeira	1	0,8
Ataqueiro	3	2,4	Hortelão	1	0,8
Tecelão	2	1,6	Oleiro	1	0,8
Serralheiro	2	1,6	Carreteiro	1	0,8
Atafoneiro	2	1,6			
		(continua)		124	100%

Da análise imediata do quadro anterior resulta um universo laboral composto por cento e vinte e quatro indivíduos, repartidos por vinte e nove actividades diferenciadas²⁶².

Numa primeira abordagem sobre o leque de profissões que nos é apresentado, podemos constatar uma diversificação ao nível das actividades, sendo possível visualizar algumas áreas de especialização, face ao número de mesteres a elas associadas²⁶³. Como em tantos outros casos, a vila é, por excelência, o local da divisão do trabalho, do comércio, do artesanato, da diversidade.

²⁶² Excluimos a variação de género para efeito deste cálculo (por exemplo, o agrupamento de tendeiro/tendeira).

²⁶³ Para a panorâmica dos mesteres em Lisboa, cf., CAETANO, Marcelo - "A história da organização dos mesteres na cidade de Lisboa", *Scientia Iuridica*, tomo VIII, n.º 39/41, Braga, Janeiro-Junho de 1959, págs. 1 a 15; De âmbito nacional, e também para o capítulo do oficialato, cf., RODRIGUES, Ana Maria S. A. - "Les artisans au Portugal: etat de la question", *Razo. Cahiers du Centre d'Etudes Médiévales de Nice*, n.º 14, Nice, Université de Nice, 1993, págs. 21 a 26.

Em Guimarães existiam os mais importantes mesteres da época, o que, por si só, reflecte a existência na vila de um mercado regular e diversificado²⁶⁴. Nunca é redundante lembrar que se trata de uma mera amostragem, circunscrita a um ano e aos fins da documentação que serviu de base a este estudo. Logo, reveladora de uma pequena parte da comunidade – a dos inquiridos.

A relativa variedade encontrada enquadra Guimarães no panorama das sociedades urbanas medievais tendente à diversidade das actividades e à fragmentação em pequenas unidades de especialização complementar²⁶⁵, tendência esta mais visível quando abordamos este assunto sob uma perspectiva de ramos de actividade. Também é notório que o conjunto de actividades se prende mais com as necessidades de consumo corrente.

A actividade com maior representatividade foi a dos sapateiros, com trinta e oito ocorrências. Normalmente tida como uma das mais frequentes nos centros urbanos, não é, pois, de estranhar a sua relevância na amostra.

A figura dos ferreiros foi a segunda actividade que mais ocorrências obteve. Preferimos a análise congregada no sector de actividade do 'trabalho dos metais' (cf., Tabela 19, p. 115).

A figura do mercador assume particular relevo, com oito casos registados. Entendemos destacar esta importante actividade e diferenciá-la do mero comerciante. Mercador era, por definição, o que vivia continuamente do ofício de mercadejar, tanto a curta distância, como a longo curso, para Inglaterra, Flandres, entre outros destinos²⁶⁶. Por comerciante, entendemos, então, todos os que se dedicavam ao ofício da troca e da venda de produtos, e em que grande parte dos casos eram os próprios a executá-los: são simultaneamente produtores e comerciantes de artigos²⁶⁷.

A presença de pessoas ligadas aos transportes decorre do progresso urbano verificado na Europa Ocidental desde o século XI. Segundo um complexo sistema

²⁶⁴ Num período anterior, "Guimarães (...) contava menos de 50 mesteirais, ao todo, no terceiro quartel do século XIV", MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Sá da Costa Ed., 1974, p. 138. Para Torres Vedras, em finais do século XV, registaram-se 416 artesãos, repartidos por 40 mesteres (RODRIGUES - *Torres Vedras. A vila e o termo (...)*, op. cit., p. 283.). Para Guimarães, a clássica referência, CARVALHO, A. L. de - *Os mesteres de Guimarães*, 7 vols., Guimarães, 1939-1951.

²⁶⁵ Em Torres Vedras assistiu-se a uma multiplicação e variedade dos artífices, embora sem contornos de um grande centro artesanal (RODRIGUES - *Torres Vedras. A vila e o termo (...)*, op. cit., p. 312). Em Sevilha era grande o arrolamento de actividades (COLLANTES DE TERAN - *Sevilla en la baja Edad Media (...)*, op. cit., págs. 307-352), bem como para Évora (BEIRANTE - *Évora na Idade Média*, op. cit., págs. 679 a 681).

²⁶⁶ A presença de mercadores vimaranenses pôde ser registada em Inglaterra e na Gasconha (cf., BAUBETA, Patrícia Anne Oder - "Some early english sources of portuguese History", *Estudos Medievais*, n.º 9, Porto, 1988, págs. 201 a 210).

²⁶⁷ Cf. STOUFF, Louis - *Arles à la fin du Moyen Age*, Aix-en-Provence, Université de Provence, 1986p. 257. Cf., também, GUREVIC, Aron Ja. - "O mercador", *O homem medieval* (dir. de Jacques Le Goff), Lisboa, Ed. Presença, 1989, págs. 165 a 189.

de causa/efeito, a melhoria gradual das condições de vida potencializou o número de clientes, ao mesmo tempo que se reanimavam as rotas de comércio inter-regional dado o aumento dos produtos para intercâmbio .

Apenas a título de curiosidade, a referência para três dos cinco mestres que se localizavam na Judiaria²⁶⁸.

No quadro do funcionalismo, as evidências apontam para a seguinte distribuição:

Tabela 18 - Oficiais (por ordem numericamente decrescente)

	Número de casos	%
Tabelião	10	28,6
Chanceler	2	5,7
Procurador	2	5,7
Medidor	2	5,7
Escrivão	2	5,7
Almoxarife	2	5,7
Juiz	2	5,7
Memposteiro	2	5,7
Mordomo	1	2,9
Porteiro	1	2,9
Anadel	1	2,9
Contador	1	2,9
Ouvidor	1	2,9
Portageiro	1	2,9
Escrivão dos Resíduos	1	2,9
Alcaide-mor	1	2,9
Administrador	1	2,9
Guarda da Moeda	1	2,9
Pregoeiro	1	2,9
Total	35	100%

²⁶⁸ A situação era corrente na globalidade do reino (cf., TAVARES - *Os judeus em Portugal (...)*, op. cit., págs. 299 a 302; GONÇALVES - *Imagens do mundo medieval*, op. cit., p. 19).

Desta demonstração, facilmente se depreendem dois aspectos: por um lado, a preponderância dos tabeliães no quadro do funcionalismo; por outro, a diversidade dos oficiais (dezanove)²⁶⁹.

Tal é o reflexo da existência de um corpo burocrático vasto, num percurso administrativo que se vinha aperfeiçoando desde a centúria de Trezentos, pautado por duas condicionantes: por um lado, o reforço dos poderes municipais; por outro, a crescente intervenção do poder régio nas questões concelhias²⁷⁰.

As tarefas específicas da governação concelhia haviam adquirido um grau de burocratização inevitável, através do crescente recurso à documentação escrita nos domínios da justiça, da administração civil, da fazenda/contabilidade, e da administração militar.

Que os tabeliães eram o corpo mais numeroso, já se sabia²⁷¹. Para Guimarães, num período cronológico compreendido entre 1385 e 1500, os escrivães e tabeliães representavam 44% dos oficiais da escrita²⁷².

As necessidades do documentar não se confinavam às tarefas públicas, extravasando a sua acção para os domínios da vida quotidiana e do privado, tanto na formalização das derradeiras vontades de um moribundo, como para registo de transacções particulares²⁷³.

Uma visão simplista dos elementos acima fornecidos pouco pode revelar para além da afirmação do que é óbvio. A realidade social é, sem dúvida, muito mais complexa e intrincada do que a panóplia de actividades reveladas, pelo que se torna necessária, para uma prospecção mais aprofundada, a adopção de categorias conceptuais concernentes às ocupações do homem medieval. Em presença de uma realidade social específica, exigem-se agrupamentos em função daquilo a que se

²⁶⁹ "Os «funcionários públicos» do tempo (...) não iriam para além das poucas centenas, antes dos finais do século XV", MARQUES - *A sociedade medieval portuguesa*, op. cit., p. 149. Para Guimarães, conhecem-se cento e sete servidores da administração local (FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Gerir e julgar em Guimarães no século XV. Subsídios para o estudo dos ofícios públicos*, Guimarães, AMAP e C.M. Guimarães, 1993, p. 42).

²⁷⁰ Para uma análise mais aprofundada dos actos de gerir e julgar, e dos confrontos entre poder régio e concelhio para controlar e administrar, cf., FERREIRA - *Gerir e julgar em Guimarães (...)*, op. cit., p. 23. Para uma perspectiva a nível do país, cf., HOMEM, Armando Luis de Carvalho *et alii* - "Oficiais régios e oficiais concelhios nos finais da Idade Média: balanços e perspectivas", *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, 1988, págs. 27 a 53. Para o panorama da administração espanhola, cf., GARCÍA MARÍN, José M. - *El oficio público en Castilla durante la baja Edad Media*, 2ª ed., Madrid, INAP, 1987

²⁷¹ Sobre os tabeliães, cf., COELHO, Maria Helena da Cruz - "Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico (sécs. XIV-XV)", *História, Instituciones, Documentos*, n.º 23, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1996, págs. 107 a 108; GONÇALVES, Iria - "Tabeliado", *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão), vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, pág. 107-108.

²⁷² FERREIRA - *Gerir e julgar em Guimarães (...)*, op. cit., p. 25.

²⁷³ JEHEL; RACINET - *La ciudad medieval (...)*, op. cit., p. 304.

assemelha e distingue as actividades, respeitando os critérios económicos e produtivos de então.

A categorização das diferentes actividades do homem medieval acarreta uma dificuldade metodológica. A julgar pela existência de variadas propostas operativas, a decisão é de todo pouco pacífica, uma vez que nenhuma delas evita as imprecisões e traça limites taxonómicos.

Assim, a perspectiva economicista tradicional decorrente da distribuição profissional pelos três sectores de actividade²⁷⁴, estabelece um agrupamento conceptual das actividades humanas, consignando o primeiro sector às actividades agrícolas, criação de animais e pesca; o secundário às actividades mesteirais (artesanato, produção de objectos manufacturados e construção); e o terciário ao comércio, transporte, profissões liberais e administrativas. Contudo, quando pretendemos analisar o mundo laboral medieval, deparámo-nos com um conjunto de especificidades que extravasa este modelo conceptual. O carácter transversal de algumas das actividades não se compatibiliza com uma mera sectorização estanque. Frequentemente, ocorre que o produtor seja simultaneamente comerciante, e que o local de trabalho seja oficina de produção e loja de comércio.

De um outro modo, o agrupamento por corporações típico da Baixa Idade Média e Antigo Regime no Norte da Europa fazia corresponder a ocupação de um indivíduo à designação da corporação a que pertencia, segundo uma taxonomia de Artes Maiores e Menores, com escalas de estatuto diferenciado no interior de cada uma das corporações²⁷⁵. Um dos óbices parece residir no limitado âmbito de aplicação destes esquemas interpretativos, sensíveis aos condicionalismos de cada centro urbano (por exemplo, não existem os mesmos mesteres para todas as cidades). No nosso caso, a utilidade fica ainda mais reduzida dado as corporações terem sido um fenómeno mais consistente numa data posterior à do nosso estudo, como, aliás, já tivemos oportunidade de referir.

A mais recente perspectiva sociológica francesa da distribuição das actividades por categorias sócio-profissionais²⁷⁶ pareceu-nos ser preferível,

²⁷⁴ Cf. GONÇALVES - *Um olhar sobre a cidade medieval*, op. cit., p. 49; COLLANTES DE TERAN - *Sevilla en la baja Edad Media (...)*, op. cit., págs. 307 a 352.

²⁷⁵ Para o caso de Florença da Baixa Idade Média, consultar STELLA - *La révolte des Ciompi (...)*, op. cit., p. 163.

²⁷⁶ Cf. ANDRADE - *Um Espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, op. cit., p. 188; GOMES - *A Guarda medieval (...)*, op. cit., p. 108; FERREIRA - *Uma rua de elite (...)*, op. cit., págs. 187 e ss.; RODRIGUES - *Torres Vedras. A vila e o termo (...)*, op. cit., págs. 282 e ss.

perfilhando a opinião de Jacques Le Goff²⁷⁷. Outras situações, no entanto, seriam possíveis de desenhar²⁷⁸.

Se a opção por um modelo conceptual não se prefigura tarefa fácil, as dificuldades não se esgotam após a passagem deste primeiro momento de decisão. Como é do conhecimento geral, resulta por vezes muito difícil isolar certas profissões, quando as mesmas são de actividade ambígua, num mundo urbano onde a fronteira entre o que é artesanal e o que é comercial é bastante ténue²⁷⁹. Muitas vezes, as pessoas não se ocupavam de uma só actividade, acumulando outras profissões ou cargos públicos. É o caso de Duarte Afonso, vinhateiro, memposteiro e administrador, morador na rua dos Mercadores²⁸⁰. Outro exemplo é o de Afonso Gonçalves, expressamente designado por sapateiro e mercador, morador na rua de Gatos²⁸¹.

Existem casos em que ocorre a referência por duas ou mais vezes a um mesmo nome, até mesmo situados na mesma rua, mas ocupando profissões diferentes. À falta de melhores informações, não temos evidência suficiente para rejeitarmos a hipótese da duplicação de casos, aceitando como válida a possibilidade de estarmos em presença de mais de uma pessoa, com o nome semelhante, mas exercendo funções diferentes.

A utilidade de uma classificação por sectores e sub-ramos de actividade permite destrinçar as diferentes especializações no seio de um sector de actividade, sob a cadeia de produção e distribuição de um bem de consumo.

Estas evidências permitem entender melhor as tendências e os acontecimentos que marcaram as gentes de Guimarães, algumas delas permanecendo até aos nossos dias.

Sendo assim, propomos um esquema de agrupamento dos mesteres por sectores de actividade, cujo valor não é mais do que isso mesmo, uma proposta.

²⁷⁷ LE GOFF - *Por amor das cidades*, *op. cit.*, págs. 29 a 30.

²⁷⁸ Por exemplo, o agrupamento de acordo com as três funções vitais à sobrevivência humana: alimentar-se (alimentação), vestir-se (têxteis, couros e peles), alojar-se (construção, mobiliário), *in* STELLA - *La révolte des Ciompi (...)*, *op. cit.*, p. 175.

²⁷⁹ Cf. STOUFF - *Arles à la fin du Moyen Age (...)*, *op. cit.*, p. 287, para o caso, por exemplo, dos sapateiros, cuja actividade pode ser interpretada como sendo um mester ou um comerciante de vestuário. A mesma questão se coloca para os coronheiros, podendo perfeitamente caber na área dos metais ou na da madeira, ou mesmo no das armas

²⁸⁰ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 107v.

²⁸¹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 93.

Tabela 19 - Categorias sócio-profissionais, por sectores de actividade

		Mesteres	n	%
Sectores de Actividade	Couros/peles/calçado (42%)	Sapateiro Correeiro Bainheiro Borzegueiro Seleiro Soqueiro	38 5 4 2 2 1	30,9 4,1 3,3 1,7 1,7 0,8
	Trabalho dos metais (20%)	Ferreiro Ferrador Coronheiro Picheleiro	15 6 3 1	12,2 4,9 2,4 0,8
	Tecelagem e vestuário (7%)	Alfaiate Ataqueiro Tecerão Tecedeira	3 3 2 1	2,4 2,4 1,7 0,8
	Alimentação (6%)	Carniceiro Bucheiro Hortelão	5 1 1	4,1 0,8 0,8
	Serviços (5%)	Estalajadeiro Barbeiro	1 5	0,8 4,1
	Construção/mobiliário (2%)	Serralheiro Carpinteiro	2 1	1,7 0,8
	Transportes (3%)	Almocreve Carreteiro	3 1	2,4 0,8
	Transformação (2%)	Atafoneiro Oleiro	2 1	1,7 0,8
	Artes liberais (1%)	Mestre da Gramática	1	0,8
	Outros (11%)	Mercador Vinhateiro Tendeiro Tendeira	8 3 1 1	6,5 2,4 0,8 0,8

Há a necessidade de tecer algumas considerações, face às dificuldades sentidas em categorizar certas actividades. A nosso ver, uma das que mais cuidados requis foi a do mercador, considerado como todo aquele que continuamente se dedicava ao mercadejar. Não o considerámos um comerciante porque comerciantes, em última instância, eram todos. A especificidade da sua

actividade, já anteriormente analisada, torna-o, assim, um elemento à parte entre os demais.

Em relação ao vinhateiro, subsiste a dúvida se o mesmo era um comerciante de vinhos, ou um viticultor, ou ambas as coisas.

Decidimos retirar o 'rendeiro' do quadro de análise, dada a ambiguidade das suas funções: arrecadar ou gerir rendas, a título pessoal ou a mando de outrém. De qualquer modo, parece-nos não corresponder às características de um mester.

Em outros casos, a interligação entre as actividades é tão estreita que a solução encontrada para obviar impasses foi a de as concentrar num só sector, como o caso dos couros/peles/calçado.

De modo global, é o mundo dos mesteirais que nos chega com maior relevância²⁸².

Entrando em detalhes, de entre os sectores de actividade, o dos couros/peles/calçado é o mais representado. Com 52 elementos agregados, equivale quase a metade do total. São os sapateiros os que mais contribuem para esta evidência, ao contabilizarem 38 indivíduos²⁸³.

É conhecida a tradição dos couros em Guimarães. A actividade ganhou um espaço próprio – consequência dos odores do ofício -, junto ao rio do mesmo nome, por necessidade de água corrente. Das catorze referências obtidas para emprazamentos dos pelames da zona de Couros, seis deles estavam de alguma maneira relacionados com a necessidade da pele²⁸⁴. A zona dos pelames constituía uma actividade alternativa, pois também obtivemos um prazo para um vinhateiro e um outro para um barbeiro.

Também relevante, o conjunto das actividades relacionadas com os metais. O mester das armas está presente em todos os tempos e em todos os lugares, variando a sua expressão com os ritmos da paz e da guerra. Mas a produtividade do ferro não se resume apenas ao manancial de objectos bélicos, sejam eles de ataque ou de defesa (reforço da segurança do castelo, armaduras, algemas e correntes diversas). Também fornece objectos para a construção (fechaduras, pregos, guarnições diversas para as portas e janelas, e outros), agricultura (utensílios agrícolas, ferragens variadas para os animais), transportes, como produz os mais variados utensílios de uso doméstico. A divisão de tarefas fez surgir uma série de actividades acessórias ao mester principal, representadas pela presença do

²⁸² "En todas las ciudades, pequeñas o grandes, los artesanos son los más numerosos", JEHEL; RACINET - *La ciudad medieval (...)*, op. cit., p. 312.

²⁸³ Também destaque tiveram os sapateiros em Alenquer de 1497, representando 35,8% dos mesteirais (FERRO, João Pedro - *Alenquer medieval (Séculos XII - XIV). Subsídios para o seu estudo* (Patrimonia Historica), Cascais, *Patrimonia*, 1996, p. 105).

²⁸⁴ Correeiro, seleiro, banheiro, sapateiro, ataqueiro e soqueiro.

ferrador no sector dos utensílios para animais e do coronheiro para o sector das armas²⁸⁵.

4.1.4 Topografia ocupacional

A distribuição das gentes e suas ocupações pelo espaço de Guimarães, quer no intramuros, quer nos arrabaldes, permite reflectir sobre os motivos de tal espacialidade, razões que se prenderão indubitavelmente com a evolução histórica, mas também com razões fortemente marcadas pela concentração de certas actividades em determinados locais. O arruamento por mesteres respondia a uma série de necessidades: protecção, controle da qualidade e preço dos produtos, melhor acessibilidade para clientes²⁸⁶. A partir do século XV, um pouco por toda a Europa Ocidental, a repartição de artesãos e comerciantes por artérias específicas deixa de ser uma característica geral²⁸⁷.

Na tentativa de se encontrar alguma correlação directa entre residência e actividades, a questão central será a tentativa de pigmentação por grupos ocupacionais no quadro dos arruamentos da Guimarães medieval. Sem, contudo, ser possível detectar os movimentos dos interesses reflectidos pela variação do espaço ocupado, ao longo do tempo, dada a ausência da diacronia neste estudo, não deixa, de ser interessante tentar inferir a tela dos espaços ocupados. Mesmo correndo o risco da nossa análise poder ser enviesada pela presença do 'desconhecido', pretendemos com os resultados não mais do que 'sinais'.

Dizia J. P. Leguay, referindo-se a uma das funções da rua medieval, que ela era o "teatro de todo o tipo de actividades profissionais"²⁸⁸. A localização podia obedecer a critérios variados, como a proximidade a um recurso natural (rio de couros), acessibilidade comercial, ou razões higiénicas ou de ruído.

Procedendo a uma análise mais específica sobre a distribuição das profissões pelas ruas de Guimarães, optamos por incidir o nosso estudo atendendo ao universo de indivíduos que a fonte descreveu como alguém que "mora" ou "vive", como, também, aos que aparecem sob a forma de "traz" ou "tem" prazo de uma casa. Deste modo, a representação dos valores na Tabela 20 não diferencia quem mora no local, ou apenas quem detém o prazo. Obviamente ficam excluídos todos os casos para o qual não dispomos de qualquer informação espacial.

²⁸⁵ Para uma análise da importância do ferro, cf., BARROCA, Mário - "Ferrarias medievais no Norte de Portugal", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1988, págs. 211 a 241.

²⁸⁶ MARQUES - *A sociedade medieval portuguesa*, op. cit., p. 139.

²⁸⁷ LEGUAY - *La rue au Moyen Age*, op. cit., págs. 131-132.

²⁸⁸ LEGUAY - "La rue: element du paysage (...)", op. cit., págs. 28-31.

Tabela 20 - Profissões, por rua, tendo interesses

		Arrochela	Castelo	Couros	Gatos	Infesta	Judiaria	Mercadores	Nova do Muro	Porta de São Domingos	S. Paio - Adro	Sapateira	Torre Velha	Toural	Val-de-Donas	Total
Profissões	Sapateiro	1	2	4	1		3	1	2		3	1		6	24	
	Ferreiro	2		7							1				10	
	Vinhateiro		1				3								4	
	Bainheiro		1	1			1		1						4	
	Mercador					1							1		2	
	Ferrador											1	1		2	
	Barbeiro		1	1			1								3	
	Ataqueiro		1	1							1				3	
	Seleiro	1													1	
	Estalajadeiro													2	2	
	Correeiro					1					1				2	
	Coronheiro				1									1	2	
	Almocreve			2											2	
Ofícios	Tabelião						1		2						3	
	Mordomo						2								2	
	Memposteiro	1													1	
	Escrivão				1			1							2	
Total	2	3	6	17	2	2	11	2	2	3	6	2	2	9	69	

Podemos destacar a pobreza da toponímia face à diversidade das profissões. Na linha do anteriormente analisado, a concentração de ofícios e profissões foi-se diluindo, ao longo da Idade Média. Parece, haver evidência para uma diversificação de actividades pelas várias ruas, o contrário de um arruamento rígido por mesteres²⁸⁹, como pressupõem a toponímia das ruas dos Mercadores, Ferreiros, Sapateiros, sinal de tempos mais recuados, onde topónimo e actividade estavam em consonância.

Na rua dos Mercadores não se registou qualquer morador com esta actividade. A única referência para um mercador com residência conhecida é para o Toural²⁹⁰. Na dita rua, há a referência para três sapateiros, dois vinhateiros (um deles é simultaneamente mordomo), um bainheiro, um barbeiro, e um tabelião.

²⁸⁹ Para o caso de Tomar, cf. CONDE - *Tomar medieval (...)*, op. cit., p. 205.

²⁹⁰ De seu nome João Martins (IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 95v).

Na Rua dos Sapateiros registou-se apenas um sapateiro morador, João Afonso de seu nome²⁹¹. Parece haver uma concentração de sapateiros na rua Val-de-Donas, com seis ocorrências verificadas.

De entre as ruas, aquela que regista mais profissões residentes é a de Gatos, com dezassete casos, segundo a intencionalidade da inquirição de 1498. A tendência para a concentração de ferreiros nesta artéria acentua-se sobremaneira (sete ocorrências). A alguma distância estão a rua dos Mercadores e a rua de Val-de-Donas.

A presença de elementos moradores ligados às actividades agrícolas só vem ressaltar a interdependência entre os mundos urbano e rural, bem como a crescente importância de um viver urbano na mentalidade do homem medieval apresentando-se a cidade como um pólo atractivo para as pessoas.

São os sapateiros quem parece ter maior interesse na vila, a julgar pelo número de ocorrências verificadas (vinte e quatro). Embora observando-se uma dispersão desses interesses pelas várias artérias, é contudo na rua Val-de-Donas onde ela incide mais em particular, seguido da rua de Gatos. O outro mester com maior representação, o dos ferreiros, e como já anteriormente havíamos afirmado, concentra a sua atenção na rua de Gatos, com dez ocorrências.

Para Ourense, por exemplo, ao longo do século XV, 55% da população laboral distribuía-se em distintos ofícios de produção artesanal, havendo ainda a ressaltar 23% (288 casos) relacionados com o comércio, e algo mais de 20% para outros serviços variados. Depois, com fraca expressão, 1,5% (19 casos) ligados ao sector primário. Este quadro ganha contornos melhor definidos quando inseridos na evolução dos sectores profissionais ao longo da centúria de Quatrocentos, tendo-se observado um movimento inverso entre a 'produção' e os 'serviços', no sentido de uma aproximação entre ambos, face à diminuição da preponderância do primeiro e aumento do segundo. Aproximação, essa, verificada até metade desse período, mas que, a partir de 1450, conhece outro percurso no sentido do progressivo distanciamento entre a cada vez maior preponderância da 'produção' em oposto à diminuição acentuada do 'comércio'²⁹².

²⁹¹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 39v, 178v.

²⁹² LÓPEZ CARREIRA, Anselmo - *A cidade de Ourense no século XV. Sociedade urbana na Galicia baixomedieval*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, 1998, págs. 190 e 296.

Conclusão

5. CONCLUSÃO

Eis que, por ora, a caminhada faz uma pausa para recuperar fôlego.

Para trás ficou um gratificante caminho de aprendizagem. Tal como uma rua medieval, sinuoso nos progressos, estreito em muitas vertentes de análise, mas, simultaneamente, fascinante pelas vivências.

Em plena humildade, sabemos que o condicionalismo da fonte de estudo permite extrair resultados com um valor relativo. Longe de pretendermos retirar conclusões globalizantes, aquilo que fica é o registo de uma parcela, um contributo para interpretações maiores, enfim, sinais da Guimarães urbana em 1498.

A título pessoal, os trabalhos desenvolvidos recentemente na área da informática e dos métodos de investigação condicionaram algumas observâncias. Por certo contribuíram para a abertura de outros horizontes de investigação, mas também limitaram outras hipóteses interpretativas.

Ciente de que este não é um processo acabado, muito se poderia dizer na tentativa de descobrir o que está oculto.

Ainda assim, tivemos a ousadia suficiente para lhes dar alguma forma de conhecimento.

Em 1498, Guimarães consolida a tendência expansionista no sentido Este/Oeste já indiciada nos séculos anteriores. A partir de Quatrocentos, a relação de novas ruas fez-se sentir mais densamente na zona envolvente ao burgo e, volvido um século, a ocupação habitacional e já notória, no entorno do Toural, sobretudo através da ramificação da rua de Gatos.

Esta tendência é reforçada pelas evidências de destruição e de abandono verificadas na antiga 'vila alta', em redor do Castelo.

Em termos de habitação corrente, das noventa e cinco casas passíveis de alguma análise quantitativa, dezasseis eram térreas, sessenta e nove casas tinham um sobrado, e vinte e um eram de dois sobrados.

As casas tinham um sobrado de altura, sobretudo naquelas artérias mais próximas do coração da vila. Fruto, naturalmente, de uma maior pressão demográfica sobre espaços de maior valor locativo, sendo possível identificar artérias caracterizadas pela existência de casas de dois sobrados. Entre estas, sobressai a rua dos Mercadores, uma rua central, mas fisionomia aproximada devem ter as ruas Nova do Muro (actual Egas Moniz) e Sapateira (actual Rua da Rainha).

A preponderância das casas de um sobrado sobre as térreas vai sendo progressivamente adoptada. Os registos obtidos de casas novas, oito no total, eram desta 'tipologia'.

São conhecidas as dimensões de oitenta e três casas, em comprimento, e noventa em largura, bem como cerca de cinquenta registos para as dimensões do exido.

Em 1498, uma casa em Guimarães tinha, em média, 4,4 m. de largura e 9,8 m. de comprimento. Pela análise dos resultados globais, apurados para as dimensões dos imóveis, podemos constatar pela existência de uma menor dispersão relativa na largura do que no comprimento. Isto é, as casas tendem a ser mais homogêneas em largura do que em comprimento. Em largura, os valores das casas registam uma maior frequência entre os três e os quatro metros. Os valores de comprimento mais comuns, das casas em Guimarães, situam-se entre os dez e os onze metros. A predisposição das casas apresenta uma razão média entre comprimento e largura de 2,5 vezes, com tendência para o rectangular e alongado. Esta predominância parece ter sido normal no Norte, como se referiu.

Analisando os valores obtidos, não se vislumbram diferenças significativas entre as médias das casas obtidas entre os dois lados da muralha.

Para Guimarães, os principais mesteres foram possíveis de detectar na amostra. Em termos numéricos, sobressaem os sapateiros, ferreiros e mercadores. Em função do agrupamento por sectores de actividade, o grupo dos que trabalhavam nos couros/peles/calçado era aquele com maior expressão.

A imagem da topografia ocupacional não manifestou a prevalência dos arruamentos por mesteres, antes se verificando uma dispersão dos interesses. Contudo, detectou-se uma certa associação entre a rua Val-de-Donas e os sapateiros, e entre a rua de Gatos e os ferreiros.

Entre gentes e espaços, entre ruas, edifícios e homens, aqui deixamos alguns 'sinais' que ainda persistem, da Guimarães de há cinco séculos atrás.

Apêndices

6. APÊNDICE DOCUMENTAL

No conjunto de documentos que se seguem, utilizámos os seguintes critérios de transcrição²⁹³:

1. Transcrição do documento em linha contínua, separando os fólios ou as páginas originais, (...) aplicando traços oblíquos ao final de cada linha do texto original.

Para distinguir os traços oblíquos uns dos outros e, logo à primeira vista, se poder verificar a mudança de linha, fólio ou coluna, é lícito variar a espessura ou número de traços (...): um traço para a separação das linhas e dois traços para a dos fólios, (...) sendo reiniciada página a página.

2. Respeito absoluto pela ortografia do texto original, mantendo exactamente maiúsculas e minúsculas, pontuação original, etc., mas separando as palavras que estejam no original unidas ou reunindo as sílabas ou letras de uma mesma palavra que se encontrem nele separadas.

3. Desenvolvimento das abreviaturas, colocando em itálico as letras ou palavras subentendidas no original, mas mantendo a forma original dos numerais.

4. Colocação entre [] de tudo o que tenha sido interpretado pelo leitor ou acrescentando ao texto original, e da palavra [*sic*] a seguir aos erros do próprio original.

²⁹³ DIAS, João José Alves *et alii* - *Álbum de paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987.

Documento 1 - Ordem do Juiz Diogo Borges

Ordem emanada pelo Juiz Diogo Borges para medição das propriedades

1498, Guimarães, Janeiro, 27

INTT, *Núcleo Antigo*, n.º. 272, fólios 170v/171

Juiz da com/fraria de ssantjaguo de rrande / Dieguo Borjees caualleiro da ca/ssa del Rey nosso *Senhor e* Juiz dos / Resjdos capeellas *espritaaes* gafarj/as *confrarjas e* etc vos mandamos *que* / com huum tabelljam desse Jull/guado *e* honrra vades mjdiyr to/dallas herdades que a dicta com/frarja them *e* conuem a ssaber ho / ttaballjam ssera aujssado que // meça todollos campos deuessas cha/mtadorjas ujnhas *e* todallas ou/tras coussas *e* herdades que sam / da dicta confrarja conuem a ssaber / vijera declarado no dicto thombo / quantas varas ssam d ancho *e* / tantas de llonguo *e* com quem / partem asy do nascente como do / poente como do vendauall como / do agujam *e* quem as traz *e* quanto / paga cada anno *e* sse as traz / em ujdas ou por *afforamento* de / ssempre ou por annos em tall modo / que venha todo muj bem decla/rado em huum oliju cosseijto *e* emffjm delle venha *e* sseja assjgna/do de vosso sijnall *proprio e* por quan/to Eu tenho aprouado a dicta con/ffrarja *que* me tragam o dicto / thombo aCabado atee qujnta / ffeira esta primeira que vem *e* sse / vos taballjam que pera ello for/des Requerjdo nom comprederem / lloguo eu vos hej por condapre/nado em dous Cruzados per aa / chançellarja que perante mjm / anda ho que asy comprij ffecto em / gujmaraaes quatro djas de dezembro // de quatroçentos *e* nouenta *e* ojto annos

Documento 2 - Capela ordenada por Francisco Geraldês

O juiz Diogo Borges mandou ao administrador da capela de Francisco Geraldês que mostrasse a respectiva instituição.

1498, Guimarães, Janeiro, 8

INTT, *Núcleo Antigo*, nº. 272, fólios 170v/171

E depois desto aos viii dias do / mes de Janeiro de LRix annos na Vj/lla de gujmaraaes nas pousadas / do dito diogo borjes o dicto diogo borjes / fez vir perante sy njcollaau al/ue rez çoqueiro *escripuam* da com/fraria de sam francisquo e lhe fez / pergunta como oofjcial *que* he da / dita comfraria e como officiaes / Menistradores da dita capella e lhe fez pergunta se auya hy all/guua Stituiçamde quem a dicta / capella ordenou e elle njcollaao alue/rez dise que a ordenara huum francisquo / geraldez dotando *per* a dicta capela / todas suas erdades e as Remdas / dellas se despemdesem *pera* sua al/ma em cada huum anno em misas / *E* em vestimentas de misa se ne/cesareas fossem e *pera* esto leixou certo / salario aos ditos officiaães da dita / comfraria *pera* ministrarem e comprarem / a mando do dicto defunto *segundo* sse / majs compridamente se comtem no dito / testamento as quaaes misas se dizem / em cada huum anno per os cleriguos / coreiros da egreja de sancta / maria de oliuejra omde jaz se/pultado o dicto francisquo geraldez / nas costas da capela mayor da parte do sol na crasta e as ditas / misas se cumprem cada huum anno / *E* o *prioste*²⁹⁴ de cada huum anno delo for / aos officiaes da dita confraria // e *pera* que sse acabou o dito tombo de / fazer ao qualll o dito juiz e contador dos Residuos deu a elle Sua autoridade (...)

[f. 171]

²⁹⁴ Antigo cobrador de rendas eclesiásticas.

Documento 3 - Capela ordenada por Martim Chantre

João Lopes, escrivão do rei, apresentou uma carta de D. João II ao juiz Diogo

Borges, de mercê, escrita em pergaminho e selada com o selo pendente.

1498, Guimarães, Dezembro, 20

INTT, *Núcleo Antigo*, nº. 272, fólios 116-119.

[f. 116v]

Dom Joham per *graça* de *deus* Rey de *por/tuguall E* dos *algarues d a/queem e d*
aalem mar em africa / Senhoor da gujnee A *quaantos / esta nosa carta virem*
fazemos / saber que anos diserom que auya / mujto tempo que huum martim /
paez chamtre que foy na egreJa / da nosa villa de gujmaraaes orde/nara huuma
socesam de certos beens / pellos quaaes lhe aujam de ser ditas / Certas misas em
cada huum anno / per sua alma e per descurso / de tempo se perdera a dicta
Insti/tuiçam do dito chamtre em tal maneira que se nam sabia nem / podia saber se
o dicto chantre mandaua / dizer misas per Anjuersairos nem / quantas nem em
que tempo / nem meesmo se Sabya // quem auya de dar a dicta soce/sam se a
alguuns da sua geeraçam / se outros estranhos e andaria sem/pre em baram ou
veria a molher / nem se sabia por allguma que de/cendese da geeraçam do dito
cham/tre e pero estes bees asy andarem / sem rregra e sem emcarreguo / allgum
diz que forom em ha/lheados mujtos os quaaes se agora / nam podiam saber
quaaes eram / E aquellos que posuiam allguuns / dos ditos bees os lograuam e os
aujam sem mandar nem dizer mi/sa nem auangelhos per la alma do / dito defunto
e per descurso do / tempo os ditos bees que nam fo/ram em alheados vieram os /
avooos e bisauoos de huum duar/te afomso os quaaes os lograram e pesuiram como
cousa de / capela Porem nam dauam / esmolla nem faziam bem all/guum pela
alma do dicto Institujnte / E asy vierom os ditos beens a huum / Ruy martjns auoo
do dicto duarte afomso o qual fezera doaçam ha / huum seu neto E dalj viera ha /
dicta socesam ao dicto duarte afonso / per morte de seu padre e madre E veemdo o
dicto duarte afomso / como a fama era que os ditos / beens eram de emcarrego e
que // os nam podiam teer e comer sem pe/cado lançara comta a rrenda que /
Rendiam e achara que Rendiam / mjll Reais e que emtam de sua von/tade sem
prema nem costrangimento / algum de justiça ordenara de man/dar cantar em cada
hum anno sejs /mjsas conuem a saber duas canta/das e quatro Rezadas as quaaes
/ mjsas sempre mandara dizer des que ouuera a pose dos ditos beens / E estando

[f. 117]

asy em pose dos ditos / beens foram pedidos a nos e pasa/ra a carta pera dieguo
 Borjes que / fezese peramte sy vir o dicto duar/te afomso e soubese como tinha /
 os ditos beens E o que fazia pela / alma do dicto defumto. e tirara [letras 'ra'
 rasuradas] / se sobre todo emqujriçam e a mam/dase aos do noso desembarguo / a
 qual viera a elles e acharam que ho / fazia bem e mamdaram que ho dito / duarte
 afomso continuase em a / pose e tinha delo determinaçam / e semtemça pasada
 pelos ditos / nosos desembargadores e asy os pe/suya pelo modo sobredito. E que /
 huum Joham de bragaa meo Ir/maao do dicto duarte afomso / morador em a dicta
 villa o trazia / em demanda sobre os ditos bees // dizendo que lhe pertenciam a
 elle por / ser filho majs velho e que a elle / nam pertencia majs ante ha / dita
 menjstraçam pertencia ha / dada delle a nos e per direito / a podiamos dar nossa /
 merçee fosse Pedindonos o dicto / duarte afomso per merçee que per / hj nam auer
 Instituiçam allguua / e aqeerçam do dicto defunto ser / defunta e eses beens que
 hj auja / elle os tinha e pesuya ja por / huuma outra nosa carta per que elle / os
 teuese e comprase os carregos / que elle duarte afomso de sua / Liure vontade
 ordenara e man/dara fazer atee achamdosse / ou desemalheamdose outros al/guuns
 bees que a dicta capella / pertecessem e de sy per a da/da della pertecer a nos e de /
 direito a dar podiamosa ha / quem nosa merçee fosse lhe / fezesemos da dita
 capella / e bees e a menistraçam della / merçee per que elle querja com/prar os
 emcarregos que elle fa/zia e outros quaaesquer e ou/tros quaaesquer que
 ordena/dos ouuesem de seer se pellos // bees e Remdas delles se achassem que / se
 deuiam fazer pela alma do dito / defunto e nos veendo o que nos elle / asy dezia e
 pedia se hasy for que ha / linhagem do dicto defunto for desfunta / e hy nam ha
 Instituiçam allguua e / a dada a nos de direito pertença / dar e querendolhe fazer
 graça e / merçee ao dicto duarte afomso por / confiarmos delle que a menistra/ra e
 aproueitara os beens da / dicta capella e carreguos della / e como elle esta em pose
 e pe/sue os ditos beens per huuma outra / nosa carta pasada pellos de nosso /
 desembarguo per que elle seruisse e / pesuisse os ditos beens e comprase / aquellos
 carreguos que ele ordenara / de fazer per se nam achar Institui/çam alguuma da
 dita capeella tee/mos por bem e fazemos lhe merçee / da dita capella e beens e a
 menjstra/çam della em sua vida E majs / nam ficando Resgardado ao / dito Joham
 de Bragaa seu meo Irmaao / alguum dessas ou a outras all/ guuas pessoas se

[f. 118v] entenderem *que* ho / teem em a dicta capella *e* bees / *E* a menistraçam dela de o poderem / demandar como *deuem* / Porem mandamos a todollos *Corregedores* // juizes *e* justiças dos nosos Regnos / a que esta nosa carta for mostra/da que notarios ajam por no/tado o dicto duarte afomso *em* pose / dos beens da dita capeela *que* ele / asy posue *E* os leixem logiar / *e* posuir em sua vida *e* majs *nam* / *E* lhe mandamos *que* elle compre / os encarregos que asy dos ditos / bees ordenou que sam sejs misas / duas cantadas *e* quatro Reza/das *e* esto se os ditos bees de mayor / Renda *nam* sam que dos mjll *Reais* / que em Sua petiçam declara *e* lhe / mandamos que elle posa Citar / *E* mandar quaaesquer tentos / embargantes *que* allguuns bees te/nham *e* pesuam da dita capeela / *E* os demandar *e* fazer trazer / a ordenamça da dicta capella *e* / trazendos *e* desemalheamdos se / sabera emtam a Remda *que* Ren/diam ou podia Render pera sse / per ellas majs carregos ouuesem de / fazer pela alma do dicto defunto / *E* os bees que ora elle teem *e* pesue / lhe mandamos *que* faça tombo / delles *e* se ponham bem declara/damente em liuro declarando / as confrontaçoos delles com quem / partem *E* em o começo do dicto / Liuro se traladara esta nossa // Carta em lloguo de Instituiçam pera / se em quallquer tempo mostrar co/mo a nos pertence menjstrar *e* dar / a menjstrador aa dita capella *e* elle du/arte afomso faça hum Liuro em que / se estpreuam os carreguos *e* misas / que asy ha de mandar dizer pela / allma do dicto defunto *e* o Vigaro da / vigaria ou prior della tera outro tal / Liuro em maneira que sse faça / todo bem *e* fiellmente em tall / guisa que todo venha a boa Reca/daçam *e* se de delo boo emxemplo / por quem sa merçee *e* vomtade he / de lhe fazermos merçee da dita / menjstraçam pella quisa que / dito he dada em a [²⁹⁵] a Vidigueira xxii djas do mes / de março el Rej mandou pelos / doutores fernam rrodriguez de seu / conselho da mam de coImbra de/sembargador do paaço *e* diogo pinhejro / do seu desembarguo Joham Jorje a fez / anno do nascimento de nosso *Senhor Jeshus Cristo* de mjll *e* iiic Lxxxix anos.²⁹⁶

[f. 119]

²⁹⁵ 'Villa de guj/maraaes' riscado

²⁹⁶ Na sequência desta contenda, o porque o assunto se afasta do nosso propósito, de referir apenas que Duarte Afonso mostrou "huuma sentença *escripta* em pergaminho per *que* contra elle *e* Joham de bragaa seu jrmaao foy debate *e* demanda na corte do dicto *Senhor Rey* sobre esta capela em tal maneira que ho dicto duarte afonso foy asolto delle *e* condejnado nas custas *e* achou o dicto Juiz que o dicto duarte afonso dezia as ditas missas comtheudas no dicto estatuto *e* ordenança", (INTT, *op. cit.*, f. 119v).

Documento 4 - Chão que já foi casaINTT, *Núcleo Antigo*, n.º. 272, fólhos 504/504v/505

[f. 504] *Item huum chaaoo que Ja foram ca/ssas que he da dicta capee/lla o quall chaaoo ora traz pero / da mjzqjtas caualeiro que lhe / ficou de pero lourenço sseu / ssogro Cuja allma deus ha / Ja que ho ouue per titollo / de prazo da dicta capeella / ha tee bijr allguma pessoa que / lho queira alleuantar em casas / o quall parte*

[f. 504v] *descon//tra ho nasçente com cassas do dicto / pero da mjzquita que he coziynha / E asy contra cassa que ora traz bijatrjz llopez ffilha que ffoy de / llopo gonçaluez mercador mora/dor na dicta bijlla e descontra ho / hagujam com cassas que ora / traz per prazo dieguo llopes / de llijma allcaide mor do ca/stello da dicta bijlla que ssam / duas cassas e da parte do / ssull com outras cassas do / dicto pero da mjzquita que fez / pero llopez sseu ssogro conuem / ha ssaber com as paredes da dicta / cassa por ho allijçerse pero que / no as tem huum corredoiro que / he ff sso [sic] ho dicto chaaoo da dicta Capeella .. o quall chaaoo he todo Çeerquado de pareede das dictas cassas com que confron/ta e teem de tras ssayda per a / dicta Rua escura e he de com/prido da parte do ssull de dez / Varas e quarta e da parte*

[f. 505] *do ha/gujam de noue Varas e dancho // Noue Varas e esto contra a parte / da Rua e da outra contra ho / Nasçente ssam oijto Varas e tres / quartos e sse paga dellas ssegundo / disse ho mjnjstrador Çinquo/enta reais cada huum anno L^{ta} reais*

O quall comprido sse Enteende / da dicta Rua ppublica pera contra ho / Naçente

Documento 5 – Sub-emprazamentoINTT, *Núcleo Antigo*, n.º. 272, folios 93, 93v, 94, 94v, 95

[f. 93]

Item humm prazo que traz gomçalo [letra ‘v’ rasurada] afomso / estalejadeiro emprazada da / dita comfraria em tres vidas das / quaaes he finada huuma ficam du/as conuem a saber que eram duas / casas quando lhe foy empraza/do conuem a saber do canto da / estalajem do dicto gomçalo afomso e atee / as casas que feez payo Rodrigez / çapateiro em que ora mora afomso / gonçalluez çapateiro que sam do / moesteiro de sam domjngos das / quaaes duas casas o dicto gomçalo afomso / fez tres e todas tres moradas e com/juntas e teem cada huuma estas va/ras que se seguem Item primeiramente / em que mora ora Lourenço gonçalluez / çapateiro que parte com a do dicto afomso gonçalluez / çapateiro e mercador que tem de comprido com / sua sacada dez varas e de ancho tres / tres [sic] varas e sam de humm sobrado empraza/das ao dicto Lourenço gonçalluez nas / vidas e por as do dicto gomçalo afomso e da maa do dicto gomçalo afomso //

[f. 93v]

Item a outra casa descontra a estallajem / que parte com a do dicto Lourenço gonçalluez / E teem de varas de comprido outras / dez varas e de ancho outras tres va/ras E som de humm sobrado e trazeas / costança eanes teendeira por noue / annos da maa do dicto gomçalo afomso

Item outra casa que esta a pare com ha / estalajem do dicto gomçalo afomso que he / bem conjunta a ella e teem de / varas outras dez varas de longo e de / ancho tres varas a quall casa traz / o dicto gomçallo afomso de sua maa / E teem em ella seu pam e vinho / a qual teem humm sobrado as quaaes casas / lhe asy foram emprazadas lhe foy / dado humm emxido pera seruentia das / ditas casas que teem de ancho oito va/ras e mea e de comprido sete varas e / mea e alem deste emxido tras ma/js o dicto gomçalo afomso em o dicto seu emprazamento / estas cousas que se adiante segue

Item Majs alem do dicto emxido humm / palheiro que ora jaz deRibado no / chaao que teem de comprido sete varas / E de ancho cinco varas E aalem / do dicto

[f. 94]

palheiro contra a estalajem / teem humma Saida pera humma vinha / que teem de largo tres varas Item / maj's humma vinha no dito seu prazo o qual / teem de comprido sesemta e duas / varas e de ancho em traues e / per baixo quorenta e sejs varas e mea / E de longura per outra parte sesemta / e sete varas e mea e parte a dita vinha //

com estrada publica que vem da fonte / da fonte [sic] da madroa e todo he de/marcada sobre sy d aRedor que he todo / da dicta confraria e pera baixo em/testa com a Ribada de Ines pirez

Item Maj's no cabo da dicta Vinha / contra o tourall deu o dicto / gomçalo afomso per consentimento da dicta / confraria estes chaaos pera fazerem / casas que se seguem das quaaes pem/sooes fazem per o dicto gomçalo afomso em / as ditas suas vidas.

Item primeiramente humma casa / em que ora mora Joham eannes / ferrador que cabe em o dicto empraza/mento as quaaes casas teem de / longo Cinco varas e cinco / d ancho as quaaes tras o dito Joham e/anes da maa do dito gomçalo afomso / E parte de humma parte per detras / com a dicta vinha do dicto gomçalo afomso / e per diante entesta no Resio / do toural e he de humm sobrado

[f. 94v]

Item houtra casa aalem da sobre/dita casa no cabo da vj/nha que ora traz da maa do dicto gomçalo afomso emprazadas / nas suas vidas delle dicto gomçalo afomso joham afomso Criado de fernam / de freitas e fez a rrenda per / o dicto gomçalo afomso e sam de humm so/brado e sam nouas e teem de com//prido dez varas e d ancho quatro Va / ras

Item outra conjunta com a dita casa bem / no quanto da dita vinha que parte / Com a es[trada] que uem da fonte / da madroa tambem noua e parte / com a dita vinha per detras e per / diamte com o Resio do toural e faz / a Remda delas per o dicto gonçallo / afomso estam emprazadas nas Vj/das do dicto gonçalo afomso a gonçalo eanes olej/ro e sam de humm sobrado nouas e teem / de longuo dez varas d

ancho quatro / varas e pagua o dicto *gomçalo* afomso de to/das seis casas e palheiro e vinha mjl / *Reais* em cada huum anno per dia de / sa mlguel de setembro e teem duas / vidas viuas.

Item Majs teem a dicta confraria dous chaaos / amtre Joham eannes o ferador e os ho/leiros pera fazer casas emprazadas / afomso gonçalues mercador e a gonçall eannes çapateiro em tres vydas e elles sam as primeiras pessoas tamanho huum como ho / outro *E* pagam delles cada huum / anno a dita confraria dez *Reais* per dia / de sa miguel de setembro e lhe he ater/mado termo em que as ajam de fazer este anno que vem e tem cada huum chaaos de longo oito varas e d ancho seis varas / *E* estas sam as primeiras vidas.

[f. 95]

Item teem a dicta confraria outras ca/sas d erdade em que mora joham // eannes cabano nouaa[letra 'a' rasurada]s as quaaes partem com / casas de joham martijns mercador e partem / de tras com vinha do dicto *gomçallo* afomso / estalejadeiro e per diante emtesta no tou/ral per o carualho a quall he de huum / sobrado e traz o dicto joham eannes cabano / per prazo e dura ajmda as tres vj/das e he d ancho seis varas e de lon/guo dez varas e mea e paga dellas / cada anno dez *Reais* per dia de sa miguel / de setembro e sam de huum sobrado as / quaaes fez de nouo.

Item outra casa que he da dicta comfra/ria d erdade que traz Joham martijns / mercador do toural per prazo e as / vidas sam viuas ajnda e sam nouas de huum sobrado e parte de huuma parte / com saida que vem da estallajem / e d outra parte com o dicto Joham e/annes cabano e per detras com a dicta Vinha / de *gomçallo* afomso e per diante / com Resio do toural e pagase delas / Cada huum anno a dicta confraria dez / *Reais* per sa miguel de setembro e as fez / nouas todas de nouo.

Documento 6 - Casa encostada ao muro da vila

Casa encostada à escada do muro da vila, junto da Porta de S. Domingos, no fundo da rua Sapateira. As referências a esta casa, bem como ao seu morador e vizinho, ocorreram em quatro momentos diferentes na fonte, correspondentes a outras tantas obrigações censitárias devidas às instituições a seguir descritas.

1498, Guimarães

INTT, *Núcleo Antigo*, n.º. 272, fólios 39v, 96, 130, 178v/179

“Título da Confraria do Hospital de São Francisco da Vila de Guimarães”

fólio 39v

Item houtras casas que estam as / portas dos muros da villa / que se chama a porta de sam do/mjngos as quaaes casas estam bem / chegadas a escada do muro e partem / d outra parte com casas de pero gonçalluez / penteado capateiro as quaaes casas / se paga dellas [espaço até ao fim da linha em branco] / E tem d ancho per diante duas varas / e mea e per de tras d ancho outro / tanto e de longo onze varas / e de tras teem huum emxido que teem / de longuo duas varas e mea e / d amcho tres varas as quaaes traz gill.

“Título da Hospital da Confraria de São Domingos da Vila de Guimarães”

fólio 96

Item per outras casas de gomçallo gonçallues / capateiro que estam acostadas / ao muro da villa da porta de / sam Domingos as quaaes partem / com a escada do muro e d outra / parte partem com casas de pero / gomçalluez penteado capateiro / ha a dicta comfraria cada huum anno / pera sempre de cemço quorenta / Reais per dia de sa mjguel de setembro em cada huum anno e sam de huum sobrado.

R^a Reais

“Inventário das propriedades que pertencem ao morgado que ordenou Gil Lourenço de Miranda, cavaleiro, e de sua mulher, Joana Gonçalves”
fólio 130

Item per huua casa que esta a porta / de sam domingos que parte da huua / parte com o muro e da outra / parte com casa em que viue o pen/theado e mora em ella gonçallo gonçalluez / capateiro e paga cada ano R reais quorenta reais

“Título da Confraria dos Sapateiros da Vila de Guimarães”
fólios 178v/179

[f. 179]

Item per las casas em que ora mora gonçalo / gonçalluez capateiro que foram d afomso // gill de villa de comde as quaaes estam / pegadas ao muro junto da porta / de sam domingos e parte da outra / parte com casas de pero gonçallues / capateiro e per diante com / Rua publica da capateira / as quaaes casas leixou afomso gill / de villa de conde que ouuese ha / dita comfraria de çenso pera todo / sempre per ellas quorenta reais per/gumtado que era o que lhe fe/zesem per os dictos quorenta Reais / dise que o nam sabe foi lhe mandado / per o dicto joham lujs que buscasse ha / scriptura da dita doaçam pera / veer o que se mandou que se fizese / per os dictos quorenta Reais as quaaes casa sam de hum sobrado e enxido per detras

R^a reais

Documento 7 - FornoIAN/TT, *Núcleo Antigo*, nº. 272, fólhos 181/181v

[f. 181v]

Item Na Rua dos Fornos tem ha / dicta confraria dous terços / do forno d oliueira que foy / de pero dominguez e de sua / molher Isabel aluerez o qual ella / Isabel aluerez ora traz e huum / terço foy de martim afonso / o gallo E os dous terços / d erdade da dita confraria // per morte da dicta Isabel alvarez e ora nom / pagua delle nada em sa vida o qual / forno tem de comprido vinte e / quatro varas E d ancho sejs varas / E mea tambem em sua vida / se nam pagua nada.

Documento 8- Hospital de S. Domingos

IAN/TT, Núcleo Antigo, nº. 272, fólhos 87v/88v

[f. 87v] *Item primeiramente o espirital de / sam domingos que esta na Rua / das molianas
junto da Rua de / gatos o quall espirital parte de / huua parte com casas d aluero
pirez / cadrado que sam da dicta comfra/ria e d outra parte com casas que ora / traz
afonso meendez ds molia/nas que sam do cabido e per detras / com emxido d
afonso meendez e / com vinhas que forom de joham de uieira / o qual sprital he*

[f. 88] *de comprido ao / lomgo da Rua de[z*]anoue va/ras e mea e de larg[o] seis varas //
e mea e no cabo delle teem huua casinha do espiritaleiro que emtra nas / dezanoue
varas e mea o qual espri/tall teem dentro esto que se sege*

*Item huua camara sobradada que teem / de ancho seis varas e mea / E d estreito
quatro e majs huum en/xido do dicto sprital que teem de longo / vinte e quatro
varas e de ancho de/zasete varas*

O qual espirital teem estes leitos que se segem /

Item sete leitos com cada huua sua / Cama /

Item majs teem esta Roupa que se segem /

Item huua Coçadra /

Item oito almadraques conuem a saber /

Tres nouos E cinco bem velhos /

*Item de cabecaes doze conuem ha / saber quatro nouos e huum acerqua / nouo e
sete velhos /*

* rasgão no folio

Item de mantas quatorze conuem / a saber duas nouas de pello e huua meada e omze Rotas que / perfazem asy quatorze Peças /

Item Duas chumellas /

[f. 88v]

Item quatro leicooes conuem a saber / hum nouo e tres pera co/brir os finado e hum delles esta / no Crucifixo sobre a porta //

Item Dez cubertas de burel todas boas /

Item huua mesa com seus pees e oito banquos E huua game/lla longa e dous atahudes conuem a saber huua grand e pequeno /

E todo esto foy entregue a espri/taleira per lourenço goncal/uez capateiro procurador da / dita confraria presente ho escrip/uam da confraria /

Item na aRequaadaceiraam estam / estas cousas que sse sseguem /

Item duas eixadas e huua paa e / hum aluiam e hum piquo e huua / campaa e todo entreguo ao mor/domo presente ho escripuam da dicta / confraria eu joham do porto ta/balliam escripuam que todo fuj escripujdo

Documento 9 - Casa alugada

Casa alugada em cada ano na rua do Castelo (Título da Confraria de S. Francisco)
IAN/TT, *Núcleo Antigo*, nº. 272, fólhos 41v/42

[f. 42] Item per huum carto de huumas casas que / estam na Rua do castello que ora // andam alugadas as quaaes foram de / lujs eanes ferreiro E huum quarto da dita comfraria e os tres queos [sic] d/a comfraria de sancta margarida e teem / de varas d amcho duas varas e mea / E de lomgo noue varas e teem huum / emxido pera tras que teem de compri/do noue varas e mea E teem huuma laran/geira e huum poço e partem de huuma / parte com casas do moesteiro da costa / E per cima partem com casas de sam / torcade que ora traz o cabido e sam de / huum sobrado e se paga per o dicto quarto / dellas quatorze Reais e tres pretos per sa / miguel de setembro em cada huum anno xiiij e iij pretos

A mesma casa, referida num outro momento da fonte (Título da Confraria de Santa Margarida)
folios 279v/280

[f. 280] Item outras casas que estam em ha / dita Rua do castello que foram de / lujs eanes ho ferreiro que sam ora / d erdade da dicta comffrarja com/uem a saber tres quartos della e o [²⁹⁷] outro quarto he da confrarja / de sam françisquo as quaaes / estam ssem titollo e andam / aluguadas cada huum anno e // partem de huuma parte com casas / de pedro afomso ferreiro que sam / de sam [²⁹⁸] troquade e per baixo com / casas do mosteiro da costa e per de / tras emtestam com seu emxido no / muro e tem huuma lorangeira e / tem de comprjdo Noue Varas e / d amcho duas E mea E emxido / tem noue Varas e mea e d amcho / duas e mea sam de huum sobrado [sinal //] / emprazadas a pedro afomso ferreiro / em tres Vidas paguam çento e / trimta reais a samta marguarjda / e sam da dicta comfraria de samta / marguarjda [sinal //]

²⁹⁷ Palavra "dito" rasurada

²⁹⁸ palavra "de" rasurada

Documento 10 - Casa de prazo indefinido

Casa (Título da Ordem de Santo André)
IAN/TT, *Núcleo Antigo*, nº. 272, fólio 253v

Item Na rrua da torre Velha ha a dicta guafa/ria per huumas casas que traz gonçallo / pirez de matos *E* agora as traz Joham / sodre ha per elas trimta *e* oyto Reais / *E* sseis pretos *E* sam de comprjdo oyto / varas *E* d amcho tres Varas menos / huum pallmo *E* tem dous sobrados *E* / partem de huuma parte com cassas / outras do dicto joham sodre *e* com casas / de joham eannes do canto o moço.

Tabela 21 - Base de dados

Nome	Casa				Exido		Tipo de Contrato	Vidas	Quantia	Folio	Estado Civil	Profissao	Oficio
	Tipo	Género	C (m)	L (m)	C (m)	L (m)							
Afonso Geraides							Censo		9	283v			
Diogo Eanes			9,9	5,0			Prazo	1 ^a Vida	100 + 40	40v			
Fernando Correia										108			
Filho do genro de Ludiça									3 mrvd	135			
João Álvares de Andrade										502			Almoxarife
João da Ponte		Pardieiro							36	131v			
João Eanes							Prazo		150	131			Carreteiro
João Gonçalves							Mora			38v			Serralheiro
		Pelame					Prazo			33			Correio
João Luis de Arões										248v			Carniceiro
João Maio		Pardieiro					Prazo		70	131v			
João Pereira		Torre								169v			
Maria Eanes										40v			
Mulher de Álvaro Martins		Pelame						2 ^a Vida	40	44/44v			Viúva
Mulher de Pedro Álvares	1 Sobrado		3,9	5,5			Prazo	1 ^a Vida	160	178/178v			Viúva
Arrochela													
Gonçalo Gonçalves							Censo		30	154			Seleiro Memposteiro
Caldeiroa													
Afonso Garcia									50	135v			

Álvaro Eanes da Silva							150v	Mercador			
Dias Afonso							248v				
Fernando Eanes							Prazo	150	133		
Gonçalo Gil	Térrea	6,6	5,5	13,2	12,6	Prazo	3 ^a Vida	46v			
João do Porto							248v	Tabelião			
João Pires	1 Sobrado	9,9	3,3	13,8	5,5	Prazo	1 ^a Vida	80	149v/150		
	1 Sobrado	9,9	3,3			Prazo		100 + 2 galinhas	150/150v		
								70	150v		
Lourenço Eanes							Censo	20	248v		
Luis de Couros							Prazo	2 ^a Vida	15	46v/47	Casado
Pedro Gonçalves do Minhoto							Prazo	2 ^a Vida	100	150v/151	
Castelo											
Álvaro Afonso							129v	Ferreiro			
Beatriz Álvares	1 Sobrado	10,6	6,6	11,0	9,6	Prazo	1 ^a Vida	100	278v/279		
Diogo Pinheiro							278	Doutor			
Fernão de Carvalhais							9,9	13,2	40	275v/276	
	1 Sobrado	Casa Nova	8,8	8,8	4,4	5,5	Prazo	2 ^a Vida	20	276v/277	
Gonçalo Domingues							41v	Casado	Alfaiate		
Gonçalo Leitão	1 Sobrado	8,8	3,9			Sub-arrendamento	1 ^a Vida	60	279v		
Isabel Domingues	1 Sobrado	8,3	2,8	5,5	2,8	Prazo	1 ^a Vida	70	280v		

João Álvares	1 Sobrado	10,5	4,4	11,0	5,5	Prazo		45	277v/278		
	Pardieiro								278		
João de Guimarães									277v		
João Gomes									41v		
João Gomes do Castelo									275v		
Lopo do Carvalho									280v		
Luzia Gonçalves	1 Sobrado							3 Rs 6 prt	41v		
Martim Fernandes	1 Sobrado	11,0	2,8	7,7	2,8	Prazo	3 ^a Vida	27	279	Casado	Sapateiro
									279	Casado	Sapateiro
Mestre Luis									276v/277		Mestre
	Pardieiro	11,0	2,9	5,5	4,0	Prazo	1 ^a Vida	20	278		Mestre
Pedro Afonso	1 Sobrado	9,9	2,8	10,4	2,8	Prazo	1 ^a Vida	130 Rs; 14 Rs+3prt	42/279v/2 80		Ferreiro
									280		Ferreiro
						Censo		19 + 3 prts.	283v		
Pedro Lourenço									279v		
Vasco Afonso						Censo		30	277		Ferreiro
Couros											
Afonso Eanes									149v		Sapateiro
Afonso Esteves	Pelame						1 ^a Vida	8	176		Sapateiro
Diogo Eanes	Exido							28 Rs 6 prt	44		
Fernão Vasques									253		
Gonçalo Gonçalves	Pelame							20	175v/282		Seleiro Memposteiro
Gonçalo Luis	Pelame						2 ^a Vida	19 + 3prts	175		Vinhateiro

João de Basto	Pelame	Prazo	1ª Vida	40	44v		
João Eanes do Canto	Pelame	Prazo	3ª Vida	20	174v		
João Vasques		Censo		10	29	Atafoneiro	
	Atafona				44	Atafoneiro	
Luis Eanes					176	Sapateiro	
Mulher de Jorge Eanes	Pelame	Prazo	2ª Vida	5	175v	Viúva	
	Pelame		2ª Vida	22	175v	Viúva	
Nicolau Álvares	Térrea			51 + 2 prts	149v	Soqueiro	Escrivão
	Pelame				44v	Soqueiro	Escrivão
Pedro Eanes	Pelame	Prazo	1ª Vida	30	282	Bainheiro	
Pero Gonçalves	Pelame			20	174/174v	Ataqueiro	
Vasco Afonso	Pelame	Prazo	1ª Vida		175	Barbeiro	
Viúva do Castelo	Pelame		3ª Vida	26	175	Viúva	
Donais							
Bastião Gonçalves	Pardieiro	7,2	4,1	Prazo	2ª Vida	8	253v/254
							Tabelião
Diogo Pires		Censo		14 Rs. 3 prt.	40		Almoxarife
Fernando Afonso Leborão	Pardieiro				40		
Escura							
Beatriz Lopes		Prazo			504v		
Diogo Dias Colaço		Prazo			504v		
Diogo Pinheiro	Exido	Censo		14 Rs 3 prt.	43		Doutor
					43		Doutor
	Pardieiro				43		Doutor

Pedro da Mesquita	Chão	11,4	9,9		Prazo	50	504/504v/ 505			
Flores										
Gonçalo Lourenço						400	134			
Nicolau Vieira							149			
Rui Peixoto	1 Sobrado				Censo	60	149			
Vasco Lagarto							149	Sapateiro		
Fornos										
Álvaro Eanes da Silva						13,5	42	Mercador		
					Censo	1 almude de vinho	42/42v	Mercador		
Álvaro Fernandes							42			
Gonçalo Fernandes							42			
João Gonçalves							29v	Hortelão		
João Martins	1 Sobrado				Censo	25	29v	Anadel		
Gado										
Álvaro Rodrigues	1 Sobrado	13,1	6,2	27,5	7,7	Prazo	3 ^a Vida	58	398v	
Diogo Pires	Exido							281/281v		
Fernão Rodrigues do Porto								398v		
Garcia Caminha	Exido							42v		
Gomes Gonçalves								398v	Tendeiro	
Gonçalo Eanes	Térrea	9,9	3,9	19,8	3,8	Prazo/Censo	1 ^a Vida	140 + 27	42v/43	Tabelião

Gonçalo Fernandes	Exido	16,5	6,1			Prazo + Censo	27 Rs ; 7 rs+2 pretos	398v/399; 41v		
Gonçalo Martins								42v		
Gonçalo Pires	1 Sobrado	11,0	8,3	28,6	8,3	Prazo	1ª Vida	140	281/281v	Carpinteiro
João Pimentel	Exido	9,9	3,3	38,5	5,5			10	252v	
Martim Fernandes	Térrea	8,8	8,8	18,7	20,9	Prazo	1ª Vida	250	42v	
Martim Gil	Exido					Prazo			42v	Carniceiro
Senhorinha Afonso						Censo		9	252v	Viúva
Gatos										
						Prazo		250	130v	Bucheiro
Abade de Gouveia									89v	
Afonso Eanes									130v	Sapateiro
Afonso Gonçalves									93	Sapateiro
Álvaro Domingues		7,2	5,5	14,9	4,9	Prazo	2ª Vida	100	38v	Viúvo Serralheiro
Cavalinho						Prazo		10 mvd	134v	
Constança Eanes	1 Sobrado	11,0	3,3			Sub-Prazo	2ª Vida	1000 Rs por tudo	93v	Tendeira
Diogo Eanes									39;89v; 199v	Ferreiro
Fernando Afonso									91; 316v	Ferreiro
Fernando Eanes de Landim									89v/90	Ferreiro
Fernando Eanes de Seixas	1 Sobrado	18,7	4,4			Prazo	2ª Vida	60+60+60	39; 199v	Coronheiro

Fernando Martins	1 Sobrado	9,9	3,3	13,2	3,3	Prazo	2ª Vida	120	92v		
Fernão Eanes de Seixas									88v; 179v/180		
Filha de Pedro Martins									179v-180		
Filipa Pires	1 Sobrado	11,0	4,4	22,2	4,4	Prazo	3ª Vida	140	88v/89v; 179v; 38v		
Gomes Rodrigues	1 Sobrado	13,9	5,1	13,6	5,1		1ª Vida	200	92v/399		Barbeiro
Gonçalo Afonso	1 Sobrado	11,0	3,3	9,4	8,3	Prazo	2ª Vida	1000 Rs por tudo	93v	Viúvo	Estalajadeiro
								2,5 mrvd	136		Tecelão
Gonçalo Pires	1 Sobrado	9,9	3,3	7,7	2,8	Prazo	1ª Vida	200	92v		Sapateiro
Inês Afonso	1 Sobrado	12,1	3,9	9,9	4,4	Prazo+Dizima	2ª Vida	150	90/90v		Tecedeira
Isabel Vasques	1 Sobrado		6,6	16,5	6,1	Prazo dizimada	2ª Vida	160	90; 95; 38v	Viúva	
João da Barca						Prazo		236	131		
João de Évora									39; 89/90		
João Eanes						Foro e Censo		223 + 2 galinhas + 27 Rs	130v		Alfaiate
João Gonçalves	Térrea					Censo		20	91v		Ferreiro
	1 Sobrado					Censo		20 + 20 + 20	179v; 252; 96v		Ferreiro
João Vaz						Prazo		200	131v/200		Almocreve
Jorge Dias	1 Sobrado	9,9	6,6	11,0	9,4	Prazo	3ª Vida	250	92	Casado	Ferreiro
Leonor Afonso									92	Viúva	
Lourenço Gonçalves	1 Sobrado	11,0	3,3			Sub-Prazo	2ª Vida		93		Sapateiro Escrivão
Luis Eanes						Prazo		260 + 2 galinhas	130v		Sapateiro

Nicolau Afonso						Prazo + Censo	9; 7Rs+2 prts; 9 Rs+3 prt	38v; 179v; 88v; 92v		Almocreve
Pedro Afonso	1 Sobrado	8,8	4,4	12,1	2,2	Prazo	2 ^a Vida	81	89v/90	
Pedro Álvares	Estalagem					Censo	48 + 2 prts	153		Estalajadeiro
Pedro de Sousa de Bragança								95v		
Pedro Domingues	1 Sobrado	8,8	4,4			Prazo	3 ^a Vida	250	92/92v; 399	Ataqueiro
Pedro Eanes								96v;179v		Ferreiro
								399		Bainheiro
Pedro Fernandes	1 Sobrado	11,1	4,4	9,9	1,1	Prazo+Dízima	1 ^a Vida	250	90v/91	Ferreiro
	1 Sobrado	4,5	49,5	20,9		Prazo	1 ^a Vida	150	91	Ferreiro
	1 Sobrado	4,5	57,2	8,3		Prazo	1 ^a Vida	150	91	Ferreiro
	Térrea	4,5	69,3	9,9		Prazo	1 ^a Vida	150	91	Ferreiro
	Térrea	4,5	30,8	17,6		Prazo	1 ^a Vida	150	91	Ferreiro
Pedro Martins	1 Sobrado	8,8	2,8	33,0	4,4	Prazo	1 ^a Vida	160 (80+80)	95/95v/96	Ferreiro
Infesta										
Francisco Eanes								46	281	Sapateiro
Judiaria										
Álvaro Pinto									148v	
Baru								475 + 4 varas de tré	132	
Fernando Afonso								5 mvd	135	Correio
Fernão Vasques						Censo		30	253	
Fernão Vivas									148v	

Filhos de Mestre Josepe	Prazo	100	132v			
Genro de Abraão Levi		330	135			
Genro de Ludiça		200	134v			
Heitor Pires	¹ Sobrado	6,6 2,8	Prazo	^{1ª} Vida	330 169	Bainheiro
Isaac Maraes					9 mrvd 135	
Jacob Bernabeu					6 mrvd 135v	
João Lopes			Censo		60 48/48v	Mercador
Junca Vervadam			Censo		106 148v	
Mestre António					169v	Mestre
Mestre Luis					48	Mestre
Mosse Benadeu			Prazo		370 + 2 galinhas	132
Mulher de Jacob Benadeu			Prazo		150 + 2 galinhas	132v Casada
Mulher de Junta Vinas			Prazo		330 + 2 galinhas	133
Mulher de Mestre Isaac			Prazo		240 + 2 galinhas	133 Casada
Mulher de Mosse Deldeo			Prazo		150	132v
Rica (Clara Gonçalves)			Prazo		240 + 2 galinhas	132

Salomão Vaquom						350	135v		
João do Porto		5,5	5,5		Prazo	1 ^a Vida	180	43v	Tabelião
Madroa									
João Afonso		7,7	3,3		Sub-Prazo	3 ^a Vida	200 (c29, c30, c31)	37	Sapateiro
João Eanes		7,7	3,3		Prazo	3 ^a Vida		37	Sapateiro
Mercadores									
Afonso Luis								253v	Tabelião
André Afonso								108	
Bastião Gonçalves	2 Sobrados				Prazo		14+3 prts	148v	Tabelião
Diogo Rodrigues								107v	
Domingos Eanes								108v;180v	Sapateiro
	2 Sobrados						48 + 6 prts	149	Sapateiro
Duarte Afonso								33	Vinhateiro Mordomo
	2 Sobrados	11,0	2,6	20,4	6,6	Aluguer anual		108	Vinhateiro Mordomo
	2 Sobrados	11,0	2,8			Prazo	1 ^a Vida	107v/108	Vinhateiro Mordomo
Gonçalo Jorge								149	Barbeiro
Gonçalo José	2 Sobrados	11,0	2,2	6,6	2,2			125 180v-181	Barbeiro
Gonçalo Luis		8,8	2,8		Prazo	3 ^a Vida	100 + 200	33; 131	Vinhateiro
Isabel Gonçalves								151v	
João de Basto					Censo		60	253v	
João Fernandes								27/151v/2 52v	
João Gonçalves					Censo		40	29	Ferreiro

João Pereira					Prazo		108			
Lobo Sanches							180v			
Martim [?] Filho	2 Sobrados		7,7	2,2	Prazo	2 ^a Vida	99	151v		
Pedro Álvares	2 Sobrados		5,5	3,3	Prazo	1 ^a Vida	200	399/399v		
Pedro Álvares Eanes							148v			
Pedro Eanes	2 Sobrados						33; 149		Bainheiro	
	2 Sobrados		11,0	2,8	Sub-Prazo		300	107v	Sapateiro	
Pedro Portela							399v			
Molianas										
Afonso Mendes					Prazo		87v			
Álvaro Pires							87v			
Hospital de S. Domingos	1 Sobrado	Hospital	21,5	7,2	26,4	18,7		87v/88		
Muro da Queimada										
Álvaro Pinto							38			
Gonçalo Domingues							38		Mercador	
Gonçalo Vasques	1 Sobrado				Censo	14 Rs. e 3 prt	38		Alfaiate	
João de Santarém							38			
Nova do Muro										
Afonso [?]					Prazo		146v			
					Prazo		146v			
Álvaro Dias	1 Sobrado	Casa Nova	12,1	3,3	7,7	3,3	2 ^a Vida	120	146v/147	Correio
Álvaro Eanes							253			

Bartolomeu Afonso								253		Sapateiro
Diogo Pires						Censo	1 Mrvd	149		Almoxarife
Fernando Álvares								38		Borzegueiro
Fernão Vasques	2 Sobrados	5,5	2,8			Prazo	2 ^a Vida	200	282v	Viúvo; Casado 2 ^a vez[?]
Ferradeira	1 Sobrado	14,3	4,4	9,9	4,4	Prazo	2 ^a Vida	115	152/152v	Viúva
		9,4	3,9	8,8	3,8	Prazo	2 ^a Vida	180	152v	Viúva
Gil Pires									282v	Sapateiro
Gonçalo Afonso									37v; 147	
Inês Eanes	1 Sobrado					Censo	9 Rs e 7 prt	37v		Viúva
João Eanes do Canto	2 Sobrados					Censo	58	147		
João Vasques							0 (70 Rs + 1 galinha)	129v		Seleiro
								149v		Ferrador
Leonor Pires						Censo	26	130		Viúva
Luis Eanes	2 Sobrados	7,7	2,4			Prazo+Censo	2 ^a Vida	20+20	37v	Alfaiate
	2 Sobrados					Censo		20 + 20	26v/253	
Maria Fernandes						Prazo			149v	
Nicolau Álvares	1 Sobrado	14,3	4,4					150	400	Soqueiro Escrivão
Pedro Eanes									400	Sapateiro
Vasco Pires	1 Sobrado					Censo	19 e 3 prts	37v; 147		Sapateiro
Porrotas										
Gonçalo Gonçalves						Censo	33 + 2 prts.	254		Seleiro Memposteiro

Porta da Garrida												
Pedro Eanes	Térrea							Censo	5	41v		Sapateiro
Porta da Torre Velha												
Constança Álvares	1 Sobrado							Censo		37v		Viúva
Porta de S. Paio												
João Lopes	Térrea	Cavalaria	14,3	5,5	9,9	5,5		Prazo	1ª Vida	200	40v	Mercador
S. Paio												
Afonso Vincente										8 mvd	135v	
Álvaro Lagarto											147v	
Gomes Ferreira		Tulha									147v	
João de Ponte								Foro		40	134v	
João Sodré								Censo		14 + 3 prts	40/40v	
											40/40v	
Pedro Lopes	1 Sobrado									38+6 prts	147v	
S. Paio - Adro												
Bastião Gonçalves		Cavalaria	9,9	2,8				Prazo	1ª Vida	70	147v	Tabelião
											154	Tabelião
Estevão Sodre								Censo		19 + 3 prts	154	
Gonçalo Lourenço de Miranda											154	
Pero Eanes		Cavalaria	9,9	2,8				Prazo	1ª Vida	80	147v/148	Bainheiro
S. Tiago												
Álvaro Afonso	1 Sobrado		11,6	5,5				Arrendamento		210 (105+105)	500v	Ferrador
Álvaro Eanes								Prazo			500v	Sapateiro

Bastião Gonçalves	1 Sobrado	Casa Nova	11,5	4,8	23,6	2,8	Prazo	1ª Vida	60	499v/502/ 502v/503	Procurador
										499v	Doutor
Duarte Rodrigues	1 Sobrado		12,1	6,2	23,6	6,2	Prazo	3ª Vida	95	501/501v/ 502	
Fernando Vasques							Censo		30	159v	Almoxarife
Gonçalo Rodrigues	1 Sobrado		12,1	6,2	23,6	6,2	Censo		95	499v/502	Procurador
João Luis							Prazo		150	159	
							Prazo			501	Tabelião
Mulher de Fernão Pires										502v	Viúva
Pedro Eanes	2 Sobrados		11,5	5,9			Prazo			500	
Sabugal											
Vasco Martins							Prazo		20	130	
Sapateira											
Gil Lourenço de Miranda							Aluguer		1000	134	
Gonçalo Eanes							Censo		40	148/148v	Picheleiro
Gonçalo Gonçalves	1 Sobrado		12,1	2,8	2,8	3,3	Censo		40 + 40 + 40	39v; 96; 130; 178v/179	Sapateiro
João Afonso	2 Sobrados						Censo		10 + 9	178v; 39v	Sapateiro
João Gonçalves	2 Sobrados						Censo		20 + 20 + 20	40; 148; 179/179v	Ferreiro
										155v	Vinhateiro
João Lopes							Prazo		320 + 2 galinhas	130v	Correio
João Martins							Prazo		294	130v	Sapateiro
										148; 179	Mercador
João Vasques										178v	
Lopo Vasques										148	

Martim Gomes										39v								
Pedro Eanes										Prazo	290	133v	Sapateiro					
										40	Chanceler							
Pedro Eanes de Vilas Boas										Censo	40	148v	Mercador					
Pedro Gonçalves												96;130; 39v	Sapateiro					
Pero Gonçalves										2 Sobrados	35	148	Ataqueiro					
Rui Mendes										1 Sobrado	Censo	3 Rs + 6 prt.	39v	Contador				
Vasco Afonso										2 Sobrados	Censo	27	178v	Sapateiro				
Vasco Pereira												148						
Sta. Luzia																		
Pedro Álvares da Silva										Censo	19 + 3 prts	151						
Rodrigo Eanes										1 Sobrado	7,7	5,0	3,3	Prazo	1ª Vida	150	28/28v	
										1 Sobrado	7,7	5,0	3,3	Prazo	1ª Vida	150	26/26v	
Sta. Maria																		
Afonso de Lemos										Censo	13,75	180						
Fernão de Sousa										1 Sobrado	Casa Nova	22,0	8,1	30,1	8,1	Aforamento	350	441/441v
Torre Velha																		
Afonso Álvares												176v						
Bastião Gonçalves												3	Borzegueiro					
Diogo Gonçalves de Neiva										Prazo	16	133v						
Filha da Robalinha										Prazo	140	133v						

Inês Eanes					Censo	27	176	Viúva	
João Álvares	2	Sobrados	9,9	5,5			3	Solteiro	Ferrador
João Eanes da Adega							176v		Porteiro
João Eanes do Canto							253v		
João Lopes	1	Sobrado	Torre		22,0	2 ^a Vida	950	176v/177v	Mercador
João Sodré	2	Sobrados	8,8	3,1	Sub-Prazo		38 + 6 prts.	253v	
								253v	
Vasco Pires	1	Sobrado	5,5	3,3	Prazo	1 ^a Vida	90	177v/178	Sapateiro
Toural									
Afonso Gonçalves		Chão	8,8	6,6	Prazo	1 ^a Vida	10	94v	Sapateiro
Gonçalo Eanes	1	Sobrado	Casa Nova	11,0	4,4	Sub-Prazo	2 ^a Vida	94v	Oleiro
		Chão	8,8	6,6	Prazo	1 ^a Vida	10	94v	Sapateiro
João Afonso	1	Sobrado	Casa Nova	11,0	4,4	Sub-Prazo	2 ^a Vida	94	
João Eanes			5,5	5,5	Sub-Prazo	2 ^a Vida		94	Ferrador
	1	Sobrado	Casa Nova	11,6	6,6	Prazo	1 ^a Vida	10	94v/95
João Martins	1	Sobrado	Casa Nova			Prazo	1 ^a Vida	10	95v
									Mercador
Val-de-Donas									
Abade de Vila Nova								281v	
Afonso Eanes					Censo		72	151	Sapateiro
								151	Sapateiro
Álvaro Pinto		Pardieiro	14,9	8,4	Prazo		27	441	
André Esteves	1	Sobrado	7,7	4,4	Prazo		140	180	Sapateiro

Domingos Pires							441		Sapateiro
Fernão de Espinhosa	1 Sobrado	9,9	3,9			Prazo	1 ^a Vida	50	281v
		9,9	3,9			Prazo	1 ^a Vida	150	281v/282
Gil Pires								180	Sapateiro
Gonçalo						Sub-aluguer		441	Coronheiro
Gonçalo Pires	1 Sobrado	12,1	4,4	5,5	4,4	Prazo		60	503v/504
Gonçalo Rodrigues								180	Sapateiro
Isabel Álvares	2 Sobrados	11,0	6,6					0	181 Viúva
João Gonçalves								28v	Pregoeiro
									Pregoeiro
Lobo Sanches	1 Sobrado	12,1	4,4	4,4	4,4	Prazo	2 ^a Vida	90	28v
Lopo Vaz								41	Ouvidor
Maria Eanes	1 Sobrado					Censo		34,5 Rs	41
Pedro Álvares	1 Sobrado	12,1	3,6	4,9	3,3	Prazo		100	28v/29v Estalajadeiro
						Prazo		503v	Estalajadeiro
Pedro André								503v	Sapateiro

7. APÊNDICE GRÁFICO

Casas

Casa_ID: 269 Capela de: Hospital da Confraria de S. Domingos

Morador: Filipa Pires Pessoa_ID: 93

Localização: Gatos Fonte: T.T., Núcleo Antigo, n.º 2

Tipo: 1 Sobrado Género: Telhada? Folio: 88w/89; 179v; 38v

Comprimento: 11,00 m Comprimento do exido: 22,20 m Sacada

Largura: 4,40 m Exido Largura do exido: 4,40 m Comprimento: m

Área do edifício: 48,40 m² Área do exido: 97,68 m² Área Total: 146,1

Ratio do edifício: 2,5 Ratio do exido: 5,0 Ratio Total: 3,8

Observações: Tem 1 ameixoeira. Casa foi d Pedro Abade[92], "q ora traz per prazo sua filha Filipa Pires". Parte c/ c41 d Nicolau Afonso[95], e c/ c270. Parte c/ Hosp. S. Domingos[c80]. Seus pais já finaram. Herdade da Conf. Exido

Vidas: 3ª Vida Proprietário: Hospital da Confraria de S Tipo de contrato: Prazo

Paga a: Confraria de S. Domingos Quantia: 140 Rs Situação contratual: Traz

Registo: 231 de 377

Ilustração 12 - Base de dados: formulário para 'Casas'

Pessoas

Pessoa_ID: 314

Nome: Fernão de Sousa Alcuinha:

Morada: Sta. Maria Localidade:

Estado Civil: Finado

Profissão: Ofício:

Categoria Social: Fidalgo

Observações: Tem casa [c276]. Vive em c360 (casa do Arco). Fonte: T.T., Núcleo Antigo, n.º 272

Folio: 180/441

Observações complementares: Fidalgo da casa do Duque de Bragança. 1486-Set-8: Fernão de Sousa apresenta o traslado da carta de Apaniguado e pede conf. a João II

Fonte complementar: Chanc. D. João II, L8, f221/221v

Registo: 277 de 413

Ilustração 13 - Base de dados: formulário para 'Pessoas'

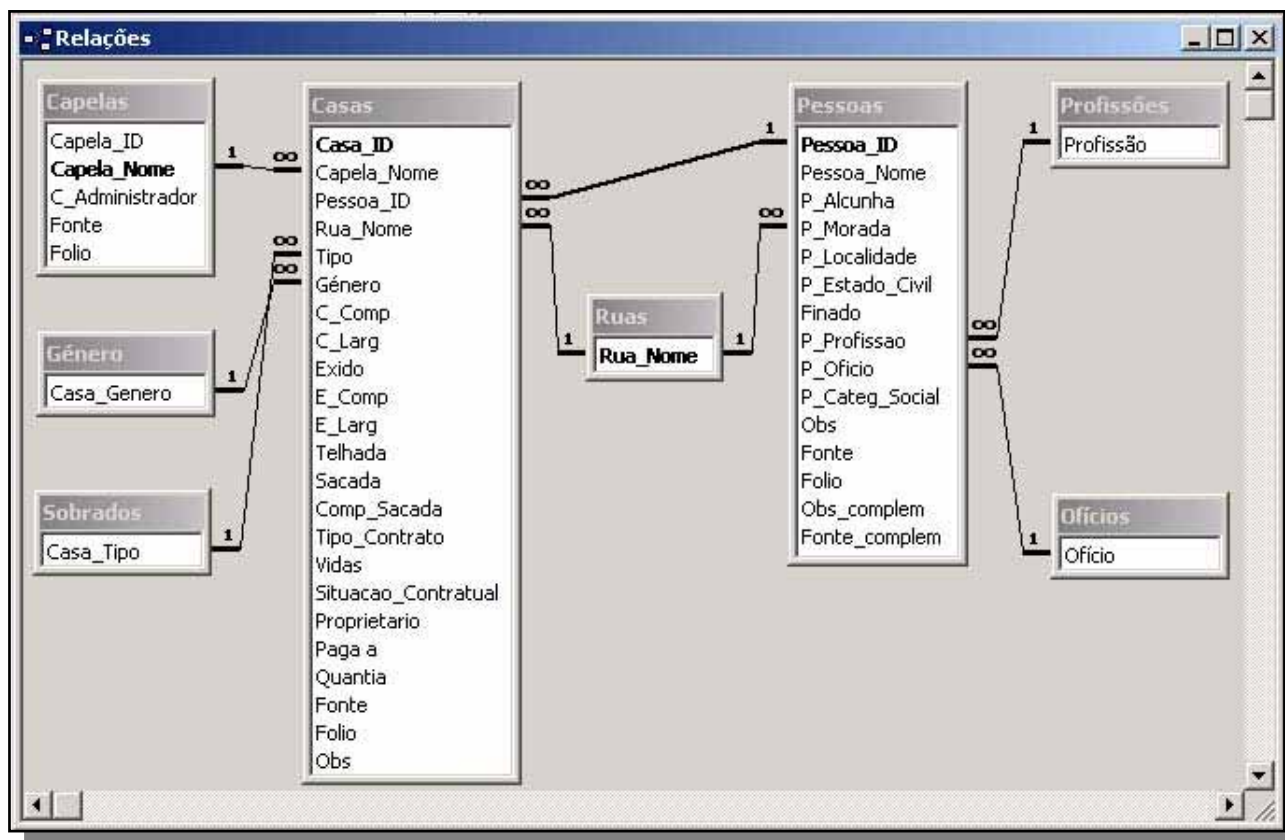


Ilustração 14 - Base de dados: esquema das relações entre categorias

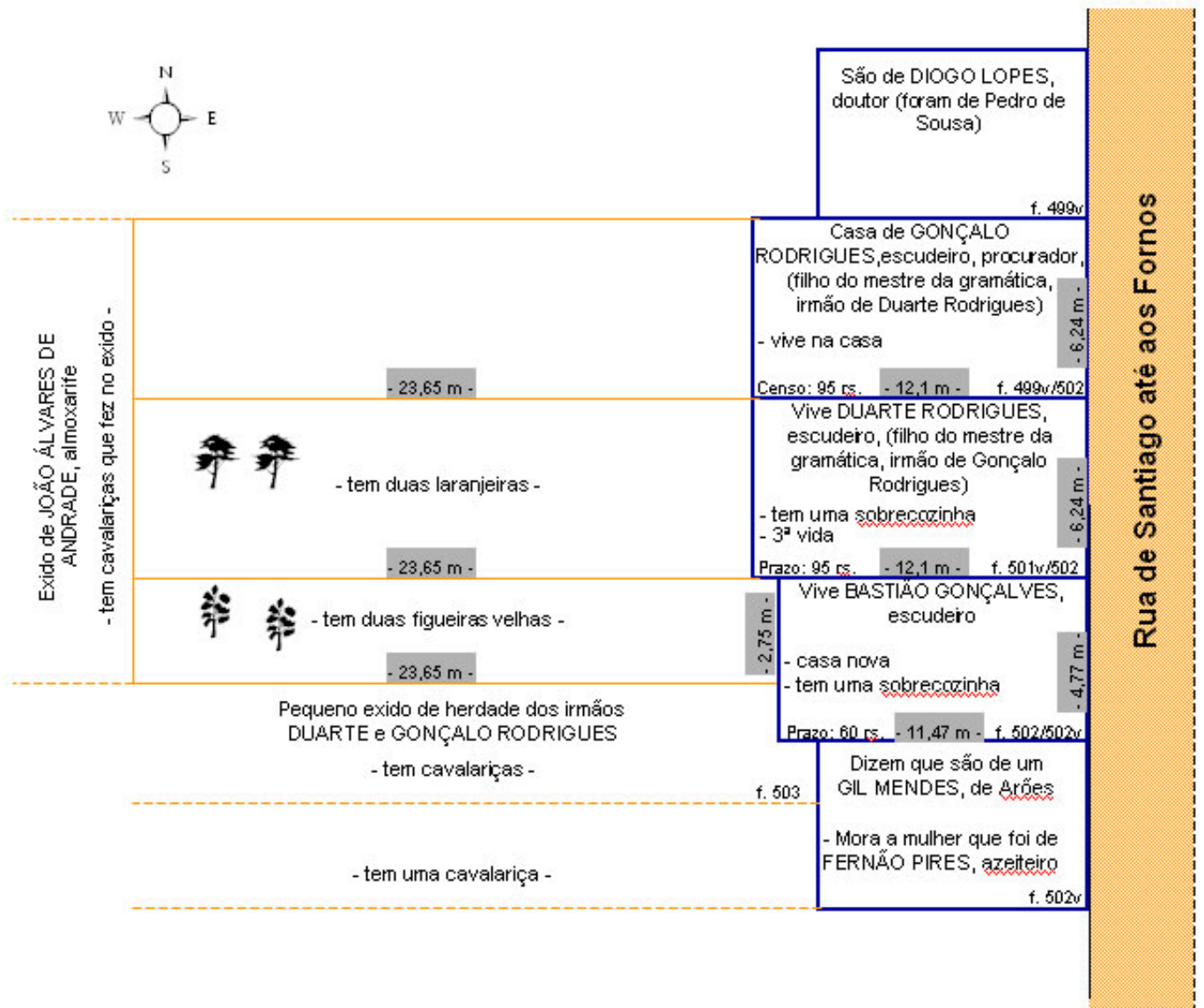


Ilustração 15 - Casas na rua de Santiago até aos Fornos

Fontes e Bibliografia

8. FONTES

a) Fontes Manuscritas

1 – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)

Núcleo Antigo, Número 272

Colegiada de Guimarães: Documentos Particulares, Documentos Régios e Documentos Eclesiásticos

Leitura Nova, Além Douro, I. 1 a 5

2 – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP – Guimarães)

Livros da Fazenda do Cabido, números 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 9A, 10, 11, 12.

Nota Antiga (A-4.3.3)

b) Fontes Impressas

ARMAS, Duarte de – “Livros de Fortalezas”, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, reprodução facsimilada da edição, Lisboa, 1924 (1.^a ed., Lisboa, 1828).

FREIRE, A. Braancamp – “Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. seculo”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. 3, n. 7/8, Lisboa, 1905, p. 241 a 273.

9. BIBLIOGRAFIA

a) Dicionários, Enciclopédias, Corografias

COSTA, América – *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular. Hidrográfico. Histórico. Orográfico. Biográfico. Arqueológico. Heráldico. Etimológico*, 12 volumes, Porto, 1929-49.

Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, 6 volumes, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990.

FIGUEIREDO, Cândido de – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 3^a ed., 2 volumes, Lisboa.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...*, Porto, Livraria Civilização, 1983-84; edição crítica por Mário Fiúza.

MORAES (Silva), António de – *Novo Dicionário da língua portuguesa* (Edição compacta do texto fundamental do «Grande Dicionário da Língua Portuguesa»), segundo a 10^a Edição revista, muito aumentada e actualizada conforme as regras do acordo ortográfico Luso-Brasileiro de 10 de Agosto de 1945 (por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado) 7^a ed., 5 vols., s/l, Editorial Confluência, Lda., 1992.

b) Estudos

AL-MUDAYNA, A. C. - "Presencia economica de la mujer en el bajo medievo madrileño", *El Madrid medieval. Sus tierras y sus hombres* (Ed. de Juan Carolos de Miguel Rodríguez), Madrid, A. C. Al-Mudayna, 1990.

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luis Miguel - "Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)", Separata da *Revista de História*, vol. 6, Porto, CHUP, 1985.

ANDRADE, Amélia Aguiar - *Um Espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

ANDRADE, Amélia Aguiar - "Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas", *A cidade. Jornadas Inter e pluridisciplinares*, Actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.

ARAGÃO, Augusto C. Teixeira de - *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governantes de Portugal*, Vol. I, 2ª ed., Porto, Livraria Fernando Machado, 1963.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, vol. I, Braga, Dissertação de Doutoramento em História - Idade Moderna, apresentada à Universidade do Minho, 1999.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de - "A reforma da assistência nos reinos peninsulares", *Actas do XXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social* (APHES), Volume I, Universidade do Minho, Braga, 2001.

ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz - *Urbanística medieval (Guipúzcoa)*, San Sebastian, Kriselu, 1990.

ASENJO GONZÁLEZ, Maria - "Las mujeres y el trabajo en las ciudades de la Corona de Castilla (siglos XIII-XV). Integración marginación", *La donna nell'economia secc. XIII-XVIII* (dir. Simonetta Cavaciocchi), Prato, Istituto Internazionale di Storia Economica «F. Datini», 1990.

AZEVEDO, Pedro de - "As cartas de criação de cidades concedidas a povoações portuguesas", *Boletim da Segunda Classe*, vol. X, Homenagem a Olavo Bilac, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1917.

BAREL, Yves - *La ciudad medieval. Sistema social-sistema urbano*, Madrid, IEAL, 1981.

BAROJA, Julio Caro - *Paisajes y ciudades*, Madrid, Taurus, 1984.

BARROCA, Mário - "Ferrarias medievais no Norte de Portugal", Separata de *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1988.

BARROS, Henrique da Gama - *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, t. VIII, Lisboa, Sá da Costa, 1945-1954.

BARROS, José Joaquim Soares de - "Memoria sobre as cauzas da differente população de Portugal em diversos tempos da monarquia", *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo I, Lisboa, 1789.

- BARUQUE, Julio Valdeón - Reflexiones sobre las murallas urbanas de la Castilla medieval, *La ciudad y las murallas* (dir. de Cesare de Seta e Jacques Le Goff), Madrid, Ediciones Cátedra, 1991.
- BAUBETA, Patrícia Anne Oder - "Some early english sources of portuguese History", *Estudos Medievais*, n.º 9, Porto, 1988.
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *Santarém medieval*, Lisboa, UNL/FCSH, 1980.
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *Évora na Idade Média*, dissertação de doutoramento em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1988.
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *Confrarias medievais portuguesas*, Lisboa, 1990.
- BENITO MARTÍN, Félix - *La formación de la ciudad medieval* (La red urbana en Castilla y León), Valladolid, Universidad de Valladolid, 2000.
- BERNARDI, Philippe - "Pour une étude du rôle des femmes dans le bâtiment au Moyen Âge", *Provence Historique*, Fascicule 173, 1993.
- BLALOCK, Hubert M. - *Estadística Social*, 2ª ed., 3ª reimp., México, Fondo de Cultura Economica, 1986.
- BOTÃO, Maria de Fátima - *Silves capital de um reino medieval*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1992.

- BRAGA, Paulo Drummond - A crise dos estabelecimentos de assistência aos pobres nos finais da Idade Média, , t. XXVI *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1991.
- CAETANO, Marcelo - "A história da organização dos mesteres na cidade de Lisboa", Separata de *Scientia Iuridica*, tomo VIII, n.º 39/41, Braga, Janeiro-Junho de 1959.
- CARVALHO, A. L. de - *Os mesteres de Guimarães*, 7 vols., Guimarães, 1939-1951.
- CARVALHO, A. L. de - "O corporativismo medieval português", *Actas do Congresso Histórico de Portugal Medieval, Bracara Augusta*, Tomo I, Número especial, vol. XIV-XV, N. 1-2 (49-50), Braga, 1963.
- CHEVALLIER, Bernard - "Le paysage urbain a la fin du Moyen Age: imaginations et réalités", *Le paysage urbain au Moyen-Age, Actes de XI^e Congrès des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur*, Lyon, PUL, 1981.
- CHUECA GOITIA, Fernando - *Breve história do urbanismo*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1989.
- COELHO, Maria Helena da Cruz - "A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas", *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI. I - Notas do viver social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

- COELHO, Maria Helena da Cruz - "A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII", *Homens, espaços e poderes. Séculos XI-XVI. I - Notas do viver social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- COELHO, Maria Helena da Cruz - "As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedades na vida e na morte", Separata de *Cofradías, gremios, solidariedades en la Europa medieval, XIX Semana de Estudios Medievales*, Estella, Departamento de Educación y Cultura do Gobierno de Navarra, 1992.
- COELHO, Maria Helena da Cruz - "Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico (sécs. XIV-XV)", Separata de *História, Instituciones, Documentos*, n.º 23, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1996.
- COLLANGE, Lise - "Veuves et stratégies matrimoniales à Venise à la fin du XV^e siècle et au début du XVI^e siècle", *La ville au Moyen Âge* (sous la direction de Noel Coulet et Olivier Guyotjeannin), Paris, Éditions du CTHS, 1998.
- COLLANTES DE TERAN, Antonio - *Sevilla en la baja Edad Media. La ciudad e sus hombres*, 2^a. ed., Sevilla, Servicio de Publicaciones del Excmo. Ayuntamiento, 1984.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves - *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves - "Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal nos fins da Idade Média", *Arqueologia Medieval*, Número 5, Porto, Ed. Afrontamento, 1997.

- CONDE, Manuel Sílvio Alves; SILVA, Manuela Santos - "Recursos económicos de algumas instituições de assistência nos finais da Idade Média", *Horizontes do Portugal Medieval. Estudos Históricos*, Cascais, Patrimonia, 1999.
- CORREIA, Fernando da Silva - "Os hospitais medievais portugueses", *Medicina Contemporânea*, ano LXI, Lisboa, 1943.
- CORREIA, Fernando da Silva - *Origens e formação das Misericórdias portuguesas. Estudos sobre a história da assistência.*, Lisboa, Henrique Torres - Editor, 1944.
- COSTA, António Domingues de Sousa - "Hospitais e albergarias na documentação pontifícia da segunda metade do século XV", *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1^{as} Jornadas luso-espanholas de História Medieval*, Lisboa, 25-30 de Setembro de 1972, tomo I, Lisboa, IAC, 1973.
- COSTA, Avelino de Jesus da - "Mumadona Dias (século X)", *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 3, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971.
- COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida - *Origem da enfiteuse no Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957.
- CRUZ, António - "Corporação", *Dicionário de História de Portugal* (Livraria Figueirinhas), vol. I, Porto, 1990.

DESACHY, Matthieu - "Querelles et conflits autour de la cathédral de Rodez (1300-1500)", *La ville au Moyen Âge* (sous la direction de Noel Coulet et Olivier Guyotjeannin), Paris, Editions du CTHS, 1998.

DIAS, João José Alves - *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1996.

DIAS, João José Alves *et alii* - *Álbum de paleografia*, Lisboa, Estampa, 1987.

DUBY, Georges - *O ano mil*, Lisboa, Edições 70, 1992.

DUFOUR BOZZO, Colette - "La porta di città nel medioevo come «testo» semiotico", *Fortifications, portes des villes, places publiques, dans le monde méditerranéen* (Textes réunis par Jacques Heers), Paris, PUF-Sorbonne, s/d.

DURANY CASTRILLO, Mercedes - "El paisaje rural medieval a través del ejemplo berciano", *Aragón en la Edad Media: Sesiones de Trabajo. III Seminario de Historia Medieval. Paisajes rurales y paisajes urbanos: métodos de análisis en Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1994.

ESTEPA DÍEZ, Carlos - "El alfoz y las relaciones campo-ciudad en Castilla y León durante los siglos XII y XIII", *Stvdia Historica*, vol. II, n.º 2, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, 1984.

FERNANDES, A. de Almeida - "A burguesia vimaranense nos Sécs. XII e XIII", *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Actas, Vol. 3*, Guimarães, 1981.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, C. M. de Guimarães e Sociedade Martins

Sarmento, 1989.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - "Barcelos terra de condes", Separata de *Barcelos Revista*, Barcelos, 1992.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Gerir e julgar em Guimarães no século XV.*

Subsídios para o estudo dos ofícios públicos, Guimarães, AMAP e C.M.

Guimarães, 1993.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'.*

Estudo de História Urbana (1250-1389), Braga, Dissertação de

Doutoramento em História - Idade Média, apresentada à Universidade do

Minho, policopiada, 1997.

FERRO, João Pedro - *Alenquer medieval (Séculos XII - XIV). Subsídios para o seu estudo* (Patrimonia Historica), Cascais, *Patrimonia*, 1996.

FERRO, Maria José Pimenta - *Estudos de história monetária portuguesa (1383-*

1438), Lisboa, s.e., 1974.

GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne - *O numeramento de 1527-1532. Tratamento*

cartográfico, Lisboa, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, n. 9,

1986.

GARCÍA MARÍN, José M. - *El ofício público en Castilla durante la baja Edad Media*, 2ª ed., Madrid, INAP, 1987.

GARCÍA TURZA, Javier - "Morfología de la ciudad de Nájera en la Edad Media", *III Semana de studios Medievales*, Logroño, Governo de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1993.

GARCÍA TURZA, Javier - "Lo imaginario y lo real en la figura de Santiago", *El Camino de Santiago y la sociedad medieval* (dir. de Javier García Turza), Logroño, Ediciones Instituto de Estudios Riojanos, 2000.

GASPAR, Jorge - "Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. X, n.º 19, Lisboa, 1975.

GIESTAL, Carlos Dantas - *Sistema de informação geográfica para a arqueologia urbana: o caso de Bracara Augusta*, Braga, Universidade do Minho, Dissertação de mestrado policopiada, 1998.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Os descobrimentos e a economia mundial*, Vol. I, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1963-1971.

GODINHO, Vitorino Magalhães - *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar: séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990.

GOMES, Rita Costa - *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)* (Cadernos da Revista de História Económica e Social), Lisboa, Sá da Costa, 1987.

GONÇALVES, Iria - "Tabeliado", *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão), vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971.

GONÇALVES, Iria - *Imagens do mundo medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

GONÇALVES, Iria - *Um olhar sobre a cidade medieval* (Patrimonia Historica), Cascais, Patrimonia, 1996.

GUREVIC, Aron Ja. - "O mercador", *O homem medieval* (dir. de Jacques Le Goff), Lisboa, Ed. Presença, 1989.

HEERS, Jacques - *La ville au Moyen Age en Occident: paysages, pouvoirs et conflits*, Paris, Fayard, 1990.

HOMEM, Armando Luis de Carvalho *et alii* - "Oficiais régios e oficiais concelhios nos finais da Idade Média: balanços e perspectivas", Separata da *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa, 1988.

JEHEL, Georges; RACINET, Philippe - *La ciudad medieval. Del Occidente cristiano al Oriente musulmán (siglos V-XV)*, Barcelona, Ed. Omega, 1999.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane - "A mulher e a família", *O homem medieval* (dir. de Jacques Le Goff), Lisboa, Ed. Presença, 1988.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane (dir. de) - *História das mulheres - A Idade Média*, vol. 2, Lisboa, Ed. Afrontamento, 1993.

KRUS, Luis - "Corporações", *Dicionário Ilustrado da História de Portugal* (Publicações Alfa), vol. I, Lisboa, 1985.

LACARRA, José Maria - "Panorama de la historia urbana en la Peninsula Iberica desde el siglo V al X", *Settimani*, tomo IV, Spoleto, 1959.

LAVEDAN, Pierre; HUGUENEY, Jeanne - *L'urbanisme au Moyen Age*, Genève, Droz, 1967.

LE CAILLE, Claire Mabire - "Les jardins de ville et de campagne", *Art et société en France au XVe siècle*, Paris, Maisonneuve & Larose, 1999.

LE GOFF, Jacques - *Histoire de la France urbaine* (dir. de George Duby), tome 2, Paris, Ed. du Seuil, 1980.

LE GOFF, Jacques - *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*, Lisboa, Edições 70, 1983.

LE GOFF, Jacques - "O homem medieval", *O homem medieval* (dir. de Jacques Le Goff), Lisboa, Editorial Presença, 1989.

LE GOFF, Jacques - *Por amor das cidades*, Lisboa, Teorema, 1999.

LEGUAY, Jean-Pierre - "La confrerie des merciers de Rennes au XV^e siècle. Contribution à l'histoire économique et sociale de la ville de Rennes", *Francia*, Munique, Band 3 (1975), 1976.

LEGUAY, Jean-Pierre - "La rue: element du paysage urbain et cadre de vie dans les villes du royaume de France et des grands fiefs aux XIV^e & XV^e siècles", *Le paysage urbain au Moyen-Age. Actes du XI^e Congrès des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur*, Lyon, PUL, 1981.

LEGUAY, Jean-Pierre - *La rue au Moyen Age*, Rennes, Ouest-France Ed., 1984.

LEGUAY, Jean-Pierre - "Le rôle de la zone péri-urbaine dans l'approvisionnement des villes armoricaines ao Moyen Age", *Flaran 5 - L'Approvisionnement des villes de l'Europe occidentale au Moyen Age et aux Temps modernes, Cinquièmes Journées Internationales d'Histoire, 16-18 Septembre 1983*, Flaran, AUCH, Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, 1985.

LEVIN, Jack - *Estatística aplicada a Ciências Humanas*, 2^a Ed., São Paulo, Harbra, 1985.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Sousa de - *Appendice diplomatique-historique ao tractado practico do Direito Emphiteutico*, Lisboa, 1814.

LOBÃO, Manoel d'Almeida e Sousa de - *Tractado practico, e critico de todo o Direito Emphiteutico, conforme a legislação, e costumes deste reino e uso actual das naçoens*, tomos I e II, Lisboa, Impressão Régia, 1814.

LÓPEZ CARREIRA, Anselmo - *A cidade de Ourense no século XV. Sociedade urbana na Galicia baixomedieval*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, 1998.

LÓPEZ CARREIRA, Anselmo - *A cidade medieval galega*, Vigo, Ed. A Nosa Terra, 1999.

- MACHADO, J. de Moura - "A muralha", *Guimarães do passado e do presente*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1985.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Sá da Costa Ed., 1974.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - "A moeda portuguesa durante a Idade Média", *Ensaio da História medieval portuguesa*, 2ª edição, Editorial Vega, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Ed. Presença, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - "Les villes portugaises au Moyen Âge (XIV^e-XV^e siècles)", *Villes et sociétés urbaines au Moyen Âge*, Paris, PUF, 1994.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - "Introdução à história da cidade medieval portuguesa", *Bracara Augusta* (Separata da Revista), vol. XXXV - Fasc. 79 (92), Braga, Jan.-Dez. 1981.
- MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, João José Alves - "A população portuguesa nos séculos XV e XVI", *Biblos*, LXX, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994.
- MARQUES, A. H. de Oliveira *et alii* - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica* («Nova História de Portugal» dir. por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1998.

- MARQUES, José - "Braga nos finais da Idade Média (Subsídios para o seu estudo)", *Braga medieval*, Braga, 1983.
- MARQUES, José - "A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)", Separata da *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, Vol. I, Porto, 1984.
- MARQUES, José - "A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média", *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. VI, Porto, Universidade do Porto, 1989.
- MARQUES, José - "A assistência aos peregrinos no norte de Portugal, na Idade Média", *Revista de História*, vol. 11, Porto, CHUP/INIC, 1991.
- MARQUES, José - "O culto de S. Tiago no Norte de Portugal", Separata da *Revista Lusitania Sacra*, 2ª série, 4, Braga, 1992.
- MARQUES, José - "Santa Maria de Guimarães, centro nacional de peregrinações", Separata de *Santuário de N.ª S.ª da Penha, Simpósio Mariológico, Actas*, Braga, 1994.
- MARQUES, José - "O culto de S. Tiago em Portugal e no antigo Ultramar português", Separata da *Comunidade de Trabalho Galicia-Norte de Portugal*, Xunta de Galicia, 1995.
- MARTÍNEZ SOPENA, Pascual - "El despliegue urbano en los reinos de León y Castilla durante el siglo XII", *III Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Governo de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1993.

- MATE, Mavis E. - *Women in Medieval English Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.
- MATTOSO, José - *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325 - Oposição*, Vol. I, Lisboa, Ed. Estampa, 1985.
- MERÊA, Paulo - "Disposições «pro anima»", *Estudos de Direito Hispânico medieval*, vol. 2, Coimbra, .
- MERÊA, Paulo - "Emprazamento e aforamento", *Boletim da Faculdade de Direito*, n. 19, Coimbra, 1943.
- MOLINA MOLINA, Angel Luis - "Territorio, espacio y ciudad en la edad Media", *La ciudad medieval. Aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*, Valladolid, Universidad de Valladolid, SPIC, 1996.
- OLIVEIRA, António de - "A população das comarcas de Leiria e Santarém em 1537", *Revista Portuguesa de História*, vol. 15, Coimbra, 1976.
- OLIVEIRA, António de - "A população de Caminha e Valença em 1513", Separata da *Revista Bracara Augusta*, vol. 30-Fasc. 69 (81), Janeiro-Junho de 1976, Braga, 1976.
- OLIVEIRA, António José de - *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (Séculos XIV-XVI)*, Braga, Universidade do Minho, Dissertação de mestrado policopiada, 1998.

- OLIVEIRA MARQUES, A. H. - Pesos e medidas, *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, 2ª ed., Lisboa, 1971.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. - *A sociedade medieval portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Sá da Costa Ed., 1974.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. - *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Lisboa, Ed. Presença, 1987.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. - L'introduction des chiffres arabes dans les documents médiévaux portugais, *Graphische symbole in mittelalterlichen urkunden*, Bd. 3, Sigmaringen, Jan Thorbecke Verlag, 1996.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. - Introdução à história da cidade medieval portuguesa, *Bracara Augusta* (Separata da Revista), vol. XXXV - Fasc. 79 (92), Braga, Jan.-Dez. 1981.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. *et alii* - *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa, Ed. Presença, 1998.
- OPITZ, Claudia - "A vida quotidiana das mulheres na Baixa Idade Média (1250-1500)", *História das mulheres no Ocidente - Idade Média* (dir. de Christiane Klapisch-Zuber), tomo II, Lisboa, Afrontamento, 1993.
- PARDO, Vittorio Franchetti - *Historia del urbanismo, siglos XIV y XV*, Madrid, Institutos de Estudios de Administración Local, 1985.

- PASSINI, Jean - "Estructura de los espacios urbanos a lo largo del Camino de Santiago en la época medieval", *El Camino de Santiago y la sociedad medieval* (dir. de Javier Garcia Turza), Logroño, Ediciones Instituto de Estudios Riojanos, 2000.
- PEREZ DE TUDELA Y VELASCO, María Isabel - "La condición de la viuda en el medievo castellano-leones", *Las mujeres en las ciudades medievales. Actas de las III jornadas de investigación interdisciplinaria. Seminario de estudios de la mujer*, Madrid, Universidad Autónoma, 1984.
- PINA, Luis de - "Franciscanos e Dominicanos nos hospitais vimaranenses da Idade Média", Suplemento ao *Boletim Mensal da Ordem Terceira*, Braga, Edição do "Boletim Mensal", 1929.
- RAU, Virgínia - "Para a história da população portuguesa dos séculos XV e XVI (Resultados e problemas de métodos)", *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Ed. Presença, 1986.
- REIS, Elizabeth - *Estatística Descritiva*, Lisboa, Ed. Sílabo, 1991.
- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco - *A Arqueologia e as tecnologias de informação. Uma proposta para o tratamento normalizado do registo arqueológico*, Braga, Universidade do Minho, Dissertação de mestrado policopiada, 2001.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A. - "A população de Torres Vedras em 1381", Separata da *Revista de História Económica e Social*, n.º 25, Lisboa, Sá da Costa, 1989.

- RODRIGUES, Ana Maria S. A. - "Les artisans au Portugal: etat de la question",
Razo. Cahiers du Centre d'Etudes Médiévales de Nice, n.º 14, Nice,
Université de Nice, 1993.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A. - *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A.; FERREIRA, Maria de Fátima Moura - "Mulheres portuguesas em Marrocos. Imagens do quotidiano feminino nos séculos XV e XVI", Separata de *O rosto feminino da Expansão Portuguesa, Congresso Internacional*, Lisboa, 1994.
- RONCAYOLO, Marcel - "Cidade", *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, INCM, 1986.
- ROSÁRIO, Frei António do - "Convento de S. Domingos e a Colegiada de Guimarães", *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Actas, vol. 2, Guimarães, 1981.
- ROSSIAUD, Jacques - "O cidadão e a vida na cidade", *O homem medieval* (dir. de Jacques Le Goff), Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- ROUX, Simone - "L'habitat urbain au Moyen Age. Le quartier de l'Université à Paris", *Annales E.S.C.*, XXIV-5, 1969.
- ROUX, Simone - *Le monde des villes au Moyen Age. XI-XV siècle*, Paris, Hachette Livre, 1994.

SÁ, Isabel dos Guimarães - "Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno", *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora. Actas*, Évora, 1996.

SÁ, Isabel dos Guimarães - *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*, Lisboa, CNCDP, 1997.

SÁ, Isabel dos Guimarães - "A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600)", *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1998.

SALGUEIRO, Teresa Barata - *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Porto, Ed. Afrontamento, 1992.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - "A concessão do foro de cidade em Portugal dos séculos XII a XIX", *Portugaliae Historica*, vol. I, Lisboa, FLUL, 1973.

SETA, Cesare de - "Las murallas, símbolo de la ciudad", *La ciudad y las murallas* (dir. de Cesare de Seta e de Jacques Le Goff), Madrid, Ediciones Cátedra, 1991.

SICCA, Paolo - "La idea de la ciudad en la Edad Media", *La imagen de la ciudad de España a Las Vegas*, Barcelona, Gustavo Gili, 1970.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média* (Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa), Lisboa, INIC, 1990.

SOUSA, Ivo Carneiro de - *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, CTT, 1998.

SPIEGEL, Murray R. - *Estatística*, 2ª ed., São Paulo, McGraw-Hill, 1985.

STELLA, Alessandro - *La révolte des Ciompi. Les hommes, les lieux, le travail*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1993.

STOUFF, Louis - "Arles à la fin du Moyen Age: paysage urbain et géographie sociale", *Le paysage urbain au Moyen-Age*, Lyon, PUL, 1981.

STOUFF, Louis - *Arles à la fin du Moyen Age*, Aix-en-Provence, Université de Provence, 1986.

STOUFF, Louis - "Une confrérie arlésienne de la première moitié du XV^e siècle: la confrérie de Saint-Pierre de Luxembourg", *Provence Historique*, tome XXIII, fasc. 93-94, Juillet-Décembre, 1973.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Estudos de história monetária portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, s.e., 1974.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - "Subsídios para o estudo da História monetária do séc. XV (1448-1495)", *NVMMVS*, II Série, Vols. IV/V/VI, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1981-83.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. II, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Os judeus em Portugal no século XV*, vol. I, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1982.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Judaísmo e Inquisição. Estudos*, Lisboa, Ed. Presença, 1987.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - *Judeus e conversos castelhanos em Portugal*, Separata de *Anales de la Universidad de Alicante*, nº 6, Departamento de História Medieval, 1987.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro - "Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de três confrarias de homens bons alentejanos", *Estudos Medievais*, n. 8, Porto, 1987.

VALDEÓN BARUQUE, Julio - Reflexiones sobre las murallas urbanas de la Castilla medieval, *La ciudad y las murallas* (dir. de Cesare de Seta e Jacques Le Goff), Madrid, Ediciones Cátedra, 1991.

VÈNARD, Marc - "Les confrèries de métiers dans le Comtat Venaissin, au XVI^e siècle", *Provence Historique*, tome XXVI, fasc. 103, Janvier-Mars, 1976.

VILAR, Hermínia Vasconcelos - *Abrantes medieval. Séculos XIV e XV*, Abrantes, C.M. de Abrantes, 1988.

ZUNTHOR, Paul - *La mesure du monde*, Paris, Éditions du Seuil, 1993.